

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Mauro Celso Senatore

A URBANIZAÇÃO DO CAMPO:

O BAIRRO DO MONJOLINHO EM TAUBATÉ - SP

Taubaté – SP

2012

Mauro Celso Senatore

**A URBANIZAÇÃO DO CAMPO:
O BAIRRO DO MONJOLINHO EM TAUBATÉ – SP**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ricci

Taubaté – SP

2012

MAURO CELSO SENATORE

**A URBANIZAÇÃO DO CAMPO: O BAIRRO DO
MONJOLINHO EM TAUBATÉ – SP**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: _____/_____/_____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Ricci (Orientador) – Universidade de Taubaté

Prof.^a Dr.^a Elvira Aparecida Simões Araújo – Universidade de Taubaté

Prof. Dr. Agnaldo de Souza Barbosa – UNESP - FRANCA

RESUMO

A urbanização do campo é um fenômeno singular ao processo de Revolução Industrial, especificamente, no Ocidente. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a influência do processo de transformação cultural rural e urbano do bairro do Monjolinho no município de Taubaté, estado de São Paulo. Identificar os aspectos sociodemográficos e as aparentes transformações culturais decorridas com o processo de urbanização a partir dos dados coletados na pesquisa de campo, nas imagens, relatos de moradores e pela simples observação. Porém, definir o que é rural ou urbano tornou-se um tema complexo no mundo acadêmico. No Brasil, país de economia industrial periférica, o efeito da urbanização do campo apresenta semelhanças com o modelo central. Contudo, os efeitos dessa influência podem gerar outros modelos de sociedade e de cultura rural. Este trabalho parte de dados quantitativos e qualitativos para analisar as causas e os efeitos das transformações culturais geradas pela influência da urbanização no bairro rural.

Palavras-chave: Sociedade Industrial, Urbanização do Campo, Economia regional e bairro do Monjolinho.

ABSTRACT

The urbanization of the countryside is a phenomenon unique to the process of the Industrial Revolution, particularly in the West. Therefore, the objective of this study is to analyze the influence of the process of cultural transformation of the rural and urban district of the city of Monjolinho Taubaté, São Paulo State. To identify the sociodemographic and cultural changes the apparent elapsed with the urbanization process from data collected in field research, images, reports from residents and by simple observation. However, defining what is rural or urban has become a complex issue in the academic world. In Brazil, a country of peripheral industrial economy, the effect of urbanization of the countryside has similarities with the central model. However, the effects of this influence can lead to other models of society and rural culture. This paper presents quantitative and qualitative data to analyze the causes and effects of cultural transformations generated by the influence of urbanization in the rural neighborhood.

Keywords: Industrial Society, Urban Field, regional Economics and district of Monjolinho.

LISTA DE FIGURA

Figura 01 – Gráfico do eixo do processo de desenvolvimento das cidades.....	23
Figura 02 – Quadrinhos sobre o processo de urbanização nos EUA.....	42
Figura 03 – Mapa da RA de São José dos Campos – SP	67
Figura 04 – Foto de satélite das zonas urbanas de parte do Vale do Paraíba Paulista.....	68
Figura 05 – Região de Governo de Taubaté.....	69
Figura 06 – Crescimento Urbano de Taubaté entre 1970 e 2000.....	81
Figura 07 – Mapa do município de Taubaté - Áreas Urbanas e sistema viário de Taubaté.....	82
Figura 08 – Foto de Satélite de Taubaté. Destaque para a área urbana e o bairro do Monjolinho.....	88
Figura 09 – Placas indicativas de atividades não agrícola.....	91
Figura 10 – Residências do Bairro do Monjolinho.....	92
Figura 11 – Você se considera um habitante do campo	93
Figura 12 – Qual a principal atividade da propriedade	94
Figura 13 – Como sua família se locomove.....	95
Figura 14 – Diversidade profissional	97
Figura 15 – De onde sua família tira o sustento	98
Figura 16 – Dos alimentos que consome, o que sua família produz.....	99
Figura 17 – Do vestuário, o que sua família produz.....	100
Figura 18 – Quantas vezes vai à cidade.....	101
Figura 19 – Qual o Destino do lixo	102
Figura 20 – Caçamba de lixo da Prefeitura Municipal de Taubaté	103
Figura 21 – Propriedade que não conta com destino adequado para os resíduos domésticos.....	104
Figura 22 – Qual o destino do esgoto doméstico.....	105
Figura 23 – Qual a origem da água potável	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Centro Demográfico das Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a Situação dos Domicílios – 1980-2010.....	59
Tabela 2 – Evolução da população do Vale do Paraíba Paulista.....	74
Tabela 3 – Dados comparativos da RG de Taubaté, do estado de São Paulo e do Brasil.....	79

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	Problema.....	12
1.2	Objetivos.....	13
1.2.1	Objetivo Geral.....	13
1.2.2	Objetivos Específicos.....	13
1.3	Delimitação do Estudo	13
1.4	Relevância do Estudo.....	14
1.5	Organização do Trabalho.....	15
2	REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1	O Urbano e o Rural.....	16
2.1.1	Etimologia, semântica e o espaço geográfico.....	16
2.1.2	A sociedade industrial.....	19
2.1.3	As cidades: política, mercantil e industrial.....	20
2.1.4	O ar das cidades liberta.....	24
2.1.5	O direito à modernidade.....	24
2.1.6	Uma outra ruralidade.....	28
2.1.7	O que é urbano e o que é rural no Brasil.....	31
2.1.8	Em busca da urbanização.....	32
2.2	O Processo de Urbanização no Ocidente.....	34
2.2.1	A cidade no contexto da revolução industrial	34
2.2.2	A urbanização no Brasil.....	43
2.2.3	O café e a cidade.....	45
2.2.4	A imigração e a urbanização de São Paulo.....	50
2.2.5	Uma urbanização desigual.....	53
2.2.6	O desenvolvimento das cidades.....	57
2.2.7	A rápida urbanização do Brasil.....	59
2.2.8	Nos tempos da globalização.....	61
2.2.9	Nem tudo é urbano.....	64
2.3	O Processo de Urbanização no Vale do Paraíba Paulista.....	66
2.3.1	A divisão administrativa do estado de São Paulo.....	66
2.3.2	A urbanização da RA de São José dos Campos.....	68
2.3.3	A geografia do Vale do Paraíba Paulista.....	70
2.3.4	A demografia valeparaibana.....	71
2.3.5	A história do Vale do Paraíba Paulista.....	72
2.3.6	O café e a urbanização do Vale do Paraíba Paulista.....	73
2.3.7	A industrialização a partir de 1950.....	77

2.3.8	As características geográficas do bairro do Monjolinho.....	78
3	MÉTODOS.....	83
3.1	Tipo de pesquisa.....	83
3.2	População e Amostra.....	83
3.3	Instrumentos.....	85
3.4	Plano para coleta de dados.....	85
3.5	Plano para análise de dados.....	86
4	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	87
5	CONCLUSÃO.....	108
	REFERÊNCIAS.....	111
	APENDICE A – Formulário de dados socioculturais.....	115
	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	116
	ANEXO A -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	117

1 INTRODUÇÃO

A urbanização do campo é considerada nesta pesquisa com o conceito de formação ou de transformação cultural com relação ao bairro rural do Monjolinho em Taubaté – SP. Utiliza-se então o termo cultura, como algo que descreva e gere identidade a um grupo de pessoas, uma comunidade, um país, uma nação etc. Cultura no sentido que defina ou classifique um povo por meio de elementos comportamentais, atitudinais, artísticos, étnicos, religiosos, econômicos, políticos e sociais que formam sua qualidade.

Dentro desta linha de raciocínio, este trabalho segue também um método científico específico da História, influenciado pela escola dos Annales. Partindo do materialismo histórico e dialético, desenvolve-se a questão da urbanização do campo a partir de um conjunto de fatores que engendram, com a contribuição de várias áreas do conhecimento no campo das humanidades, como a História, a Geografia, a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia, uma forma de interpretar as transformações do bairro e sua relação com a zona urbana da cidade.

Portanto, a partir das interpretações bibliográficas e da pesquisa de campo, formou-se um contexto histórico social, político e econômico do processo de industrialização do Ocidente, do Brasil e da Região do Vale do Paraíba Paulista como um dos elementos físicos que influenciaram a identidade cultural da região em estudo e suas transformações.

Como afirma Monte-Mór (2006-a), a Revolução Industrial no Brasil ocorreu a partir da Revolução de 1930. O governo Vargas iniciou um projeto de diversificação econômica apoiado por vários segmentos da sociedade, como parte da burguesia do café que passou a entender a prática industrial como alternativa para o investimento de capital.

A industrialização da cidade de São Paulo não se restringiu somente à capital do estado de São Paulo, ocorreu o que Viera (2009) chama de transbordamento para o interior. Foi nesta conjuntura, que a partir dos anos de 1950, o Vale do Paraíba Paulista, devido suas condições apropriadas de transporte, mão-de-obra e de proximidade geográfica com os dois maiores

mercados do país, Rio de Janeiro e São Paulo, recebeu grandes indústrias nacionais e multinacionais, públicas e privadas.

O processo de industrialização das cidades do Vale do Paraíba Paulista, principalmente dos municípios as margens da Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra (BR 116 – Rio/São Paulo) e servidos pela estrada de ferro Central do Brasil (em 1957 como RFFSA e a partir de 1996 M.R.S. Logística S.A.), fomentou um processo de urbanização extensiva e, conseqüentemente, a formação da sociedade industrial.

Porém, a constituição da sociedade industrial nestes municípios não se restringiu ao perímetro urbano, expandiu para as áreas rurais por meio de um processo de transformação cultural. Como Trevisan (2006) relata, a cultura industrial urbana é considerada pela maioria da população como moderna e desenvolvida e a cultura rural é considerada obsoleta e subdesenvolvida.

Portanto, percebe-se uma possível desqualificação institucional da cultura rural e uma provável supervalorização da cultura urbana, acompanhada da oferta de elementos concretos de ascensão econômica e social típicas da cidade. Fatos que sugerem elementos motivadores que contribuíram com o êxodo rural e a explosão/implosão das cidades do Vale do Paraíba Paulista, como São José dos Campos e, em menor escala, de Taubaté e Jacareí.

A formação da sociedade industrial em Taubaté demonstra similaridade com o processo de outras regiões do Brasil e de outros países, como nos Estados Unidos segundo Veiga (2005). A apropriação do campo pela cidade como demonstra Lefebvre (2008) e o possível surgimento de um novo modelo rural como Veiga (2004) são elementos de discussões pertinentes nesta análise do bairro do Monjolinho, para uma análise aproximada dos fenômenos de transformação ou de formação de identidade cultural urbana, rural ou híbrida.

Na Revisão da Literatura, são estabelecidos os critérios conceituais sobre a dicotomia entre o que é rural e o que urbano segundo o sentido etimológico, semântico, histórico e técnico. São apresentados elementos teóricos e conceituais da questão da urbanização do campo por especialistas de diversas áreas, como historiadores, geógrafos, filósofos e, principalmente urbanistas, com a finalidade de ampliar o entendimento sobre o fato, a complexidade que envolve esta questão e as transformações culturais, sociológicas e antropológicas.

No capítulo que trata do processo de urbanização do Ocidente. Descrevem-se as causas e as conseqüências da Revolução Industrial dos países da Europa Central, nos Estados Unidos e no Brasil, as condições humanas conforme as cidades cresciam de acordo com as necessidades de mão-de-obra da indústria. Abordam-se as condições adotadas pelo Estado brasileiro em relação à industrialização nacional, suas especificidades e transformações socioculturais e demográficas. Finalmente, discute-se a questão da urbanização extensiva, a formação da classe operária, dos subúrbios e periferias, dos problemas sociais e ambientais com a intenção de fornecer dados históricos gerais que facilitem a relação global com a local.

Na sequência, discute-se o processo de industrialização do Vale do Paraíba Paulista. Apresenta-se a região, suas origens e características geográficas. Também, sua história, economia e o processo de industrialização gerado pelo transbordamento dos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Abordamos as questões das políticas públicas de fomento à industrialização regional e as especificidades do bairro rural do monjolinho, o processo de transformação cultural, gerado pela extrema urbanização da cidade e sua relação com o processo de globalização econômica.

A partir do capítulo que trata da pesquisa de campo, o trabalho aborda algumas situações que contribuem para uma análise próxima da realidade econômica e social do bairro. Discutem-se as informações quantitativas, colhidas por meio da exposição e análises do formulário, sobre a possibilidade de influência da sociedade industrial na comunidade do bairro rural do Monjolinho.

Estes dados permitem que se estabeleça um valor ou uma quantidade que contribua com a análise deste caso. Trazem ainda relatos de moradores do bairro que descrevem a situação e a realidade por eles vivida no local, também imagens geradas ao longo do trabalho que permitem, no conjunto das informações, uma análise qualitativa sugerindo uma visão dos fenômenos recorrentes da industrialização da cidade de Taubaté interferiram na cultura do bairro.

Na conclusão utilizam-se os dados referentes às pesquisas bibliográficas e de campo e estabelece-se uma análise crítica sobre os efeitos do processo de urbanização do campo no bairro e conduz a sugestões sobre experiências de

outras regiões que podem contribuir para a melhoria das condições de vida dos habitantes deste local e sobre formas de desenvolvimento sustentável, com mínimos impactos ao meio ambiente.

Contudo, na intenção de buscar, pelos meios utilizados, um conceito que contribua para o entendimento da influência da urbanização no Bairro rural do Monjolinho em Taubaté, reconhece-se que nem todos os aspectos deste processo foram citados, abordados ou aprofundados, como a questão demográfica, folclórica e econômica. Porém, são questões importantes que podem servir como objeto para futuras pesquisas.

Estão, se espera contribuir com o entendimento e com futuros debates sobre os resultados do processo de urbanização gerado pela sociedade industrial no meio rural. Outra situação é partir de análises de como este processo de urbanização do campo, aqui abordado, pode fomentar ou transformar a cultura rural do local diante do cenário global.

1.1 PROBLEMA

A definição do que é rural e do que é urbano na atualidade, despertou a atenção de muitos autores no Ocidente que tentaram definir uma lógica para um conceito em transformação devido à dinâmica da sociedade industrial.

Em Lefebvre (1970/2008) áreas consideradas rurais em regiões de grande concentração industrial, mesmo em cidades de médio porte, apresentam fortes características de urbanização e de assimilação da cultura industrial de consumo. A obra *A Revolução Urbana* apresenta ainda uma hipótese concreta da “urbanização total da sociedade”.

No Brasil destaca-se Veiga (2004, p.51), este autor refere-se ao “debate sobre a superação da dicotomia urbano-rural e atualização das evidências empíricas sobre essas questões”. Para ele, coexiste uma urbanização ativa, uma resistência da cultura local no processo de transformação do meio rural e o surgimento de um modelo novo, resultante das mudanças que a sociedade desenvolve ao longo do tempo.

Neste trabalho, o fenômeno da urbanização e da apropriação do campo pela cidade ou pela sociedade industrial de consumo tornou-se evidente na região do Vale do Paraíba Paulista, especificamente em uma análise do bairro rural do Monjolinho no município de Taubaté. A observação desses fatores globais interligados com a localidade regional direciona esta pesquisa ao seguinte problema:

- Qual a influência exercida pela zona urbana do município de Taubaté e do modelo de sociedade industrial no bairro rural do Monjolinho? Culturalmente, o que segue um modelo padrão urbano, o que segue os padrões rurais e ainda o que se tornou híbrido ou novo?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a influência do processo de transformação cultural rural e urbano do bairro do Monjolinho no município de Taubaté, estado de São Paulo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os aspectos sociodemográficos do bairro do Monjolinho.
- Identificar o processo de urbanização ocorrido no Bairro do Monjolinho.
- Analisar as aparentes transformações culturais decorridas com o processo de urbanização a partir dos dados coletados na pesquisa de campo, nas imagens, relatos de moradores e pela simples observação.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A delimitação desse estudo esta na particularidade das transformações culturais pelas quais o bairro rural do Monjolinho no município de Taubaté, estado de São Paulo, esta sendo submetido ao longo dos anos em virtude da industrialização e da urbanização extensiva da mesoregião do Vale do Paraíba Paulista.

A pesquisa tem como outro delimitador a comunidade do bairro dividida em três regiões básicas: concentrações habitacionais ao longo do asfalto, propriedades do interior do bairro e um assentamento rural do Estado. O número de propriedades segue as informações contidas no mapeamento do setor de registros de imóveis da Prefeitura Municipal de Taubaté e da população do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Este trabalho pretende investigar a influência da cultura urbana no bairro e suas transformações aparentes. Portanto, além do uso de um formulário para

identificar, quantificar e analisar a população, serão utilizadas imagens fotográficas, além da técnica de observação.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A sociedade mundial, estabelecida a partir do modelo industrial de consumo, promoveu transformações consideráveis no relevo do planeta nos últimos séculos. Essas intervenções no meio ambiente geram, na maioria das vezes, efeitos que melhoram o nível de conforto dos indivíduos. Contudo, causam também alterações que afetam a humanidade, como a poluição e seus efeitos na biosfera.

As relações humanas também passam por transformações ao longo deste período histórico da era industrial. Os valores, hábitos, costumes e manifestações artísticas e religiosas que compõe a cultura de um povo e formam os elementos que constituem uma época, são elementos importantes para a sua identificação.

Diante deste cenário de transformação se torna importante a discussão dos limites do que é rural e do que é urbano. Conforme Veiga (2006) há uma complexidade nesta definição, pois o tema esta impregnado de uma grande diversidade de conceitos e valores. As transformações, decorrentes deste processo, podem gerar novas formas de organização social.

Outro ponto de grande relevância do estudo, é o fato de oferecer dados sobre a região do Vale do Paraíba Paulista, uma das mais industrializadas do país, e apresentar situações de alerta sobre o processo de formação da sociedade industrial como relata Lefebvre (2008). Considerando as transformações socioculturais, demográficas e as perspectivas do bairro do Monjolinho em Taubaté – SP, sob a perspectiva da urbanização do campo.

As informações adquiridas a partir desta pesquisa, apesar de sua limitação regional, apresenta dados importantes que auxiliam o entendimento de fenômenos semelhantes em outras áreas do país. Seguindo o conceito da micro-história de Ginzburg (2006) é possível compreender o macro por meio da análise das especificidades do micro.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta pesquisa trata da questão das transformações decorrentes do processo de urbanização do campo. Portanto, o trabalho está organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo é composto pela introdução, objetivos, delimitação, relevância e organização do trabalho.

No capítulo dois aborda-se na revisão de literatura os conceitos relativos ao espaço geográfico e aos termos urbano e rural, sua etimologia e sua semântica, como os autores utilizados nesta pesquisa entendem aquilo que é urbano e aquilo que é rural dentro e fora do Brasil.

O terceiro capítulo relata o processo de urbanização no Ocidente, suas origens históricas a partir da Revolução Industrial, o conceito de urbanização segundo Lefebvre, o processo histórico da urbanização no Brasil, segundo Veiga e Monte-Mór.

No quarto capítulo, aborda-se o processo de urbanização do Vale do Paraíba Paulista e especificamente de Taubaté, suas origens históricas, o papel do café como provedor de capital e sua inserção na revolução industrial brasileira ocorrida entre os séculos XX e XXI.

O método, incluindo o tipo de pesquisa, população e amostra, os instrumentos e os planos para coleta e análise de dados aparecem a seguir no quinto capítulo.

A partir do sexto capítulo, o trabalho apresenta os dados adquiridos por meio da pesquisa de campo a partir do formulário aplicado nas famílias do bairro do Monjolinho, relato de moradores, imagens fotográficas do local e descrição de dados colhidos pela simples observação. E por meio do conjunto de informações desses dados constrói-se uma análise quantitativa e qualitativa das transformações que processo de industrialização da cidade exerceu na cultura local, o que foi conservado e o que surgiu de novo.

Por último é apresentada a bibliografia, os apêndices e os anexos utilizados durante e na conclusão da pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Urbano e o Rural

2.1.1 Etimologia, semântica e o espaço geográfico

A discussão sobre o mundo rural e o mundo urbano e suas inter-relações ao longo do tempo, serviram de base para esta pesquisa. Analisar e perceber as especificidades e o processo dinâmico das transformações geradas pelo capitalismo industrial, ou seja, suas vicissitudes. Até mesmo em pequenas comunidades, como é o caso do bairro rural do Monjolinho no município de Taubaté, estado de São Paulo, torna-se evidente a influência da urbanidade industrial.

Como afirma Lefebvre (2008. p.14) “não há ciência sem hipóteses teóricas”. Portanto, buscar a exegese dos conceitos, como: explorar detalhes específicos; ver e rever os significados; as origens e a forma com que são empregados pelos autores. Por entender a dinâmica da língua e suas alterações ao longo do tempo, este trabalho se apóia em termos e significados que se apresentaram mais usuais, como sugere o fragmento abaixo:

Somente a história nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o tempo que passa e tudo muda (SANTOS, 1992. p.2).

Segundo o significado literal, a definição do termo rural significa algo que é relativo ao campo, etimologicamente o termo vem do latim *rusticus*, de *rus*, *rúris*, rústico, o que está em oposição à cidade.

Já o termo urbano é aquilo ou aquele relativo ou pertencente à cidade, ou que lhe é próprio, etimologicamente tem origem no latim *urbánus*, da cidade, também um adjetivo como polido, fino ou educado. Esses termos concluem o sentido literal, porém ao praticá-los percebemos sua complexidade na classificação do espaço geográfico.

Aprofundando na etimologia do termo cidade, pode-se encontrar em Le Goff (1998) sua origem no século XIII, pois até este período escrevia-se quase tudo em latim e, para designá-la, usava-se *civitas*, *cite* ou *urbs*. Porém, na Idade Média seu sentido semântico se alterava conforme a localização regional na Europa.

Na França, *ville* se tornou o significado de um centro urbano tardiamente. A vila também não significava o que hoje chamamos de bairro. A origem da vila é de um agrupamento de pequenas e modestas moradias em um local específico do feudo que concentrava famílias de camponeses a serviço do seu senhor. Uma propriedade feudal, pertencente a um nobre.

Entretanto, este significado de *la ville*, ocorreu durante o processo de passagem do poder do campo para as cidades. Contudo, na Península Itálica, o significado do termo *città*, em italiano, não mudou, usa-se para o vilarejo feudal e para as aglomerações urbanas modernas.

Na Itália também, o conceito de cidade e de urbanidade se tornou ao longo do tempo histórico algo complexo e de difícil generalização. A cidade na península Itálica e na parte continental ao norte, do que hoje se entende como a nação italiana, a cidade tem conotações que se alteraram no tempo e no espaço. A cidade romana durante a monarquia (753 a.C. – 509 a.C.) se assemelhava ao modelo de cidades gregas, separadas entre o centro administrativo chamado de polis e o entorno produtivo agropecuário denominado de demos. Roma era basicamente o centro político, militar de uma comunidade agropecuária. Durante a república (509 a.C. – 27 a.C.), o espaço urbano foi ampliado com ênfase no comércio, como meio de atração populacional, incluindo a cidade o caráter de centro econômico e comercial, mesmo que a base econômica romana continuasse a ser agrária (LEFEBVRE, 2009).

A gênese da cidade comercial, economicamente monetarizada, socialmente dividida em classes sociais e com representação de um status de superioridade cultural em relação ao meio rural se expandiu com o império (27a.C. – 476) para os territórios dominados. Este modelo entrou em declínio com o fim do império romano em quase toda a Europa durante o processo de feudalismo. Contudo, entre outras regiões da Europa Ocidental, na Itália, em regiões distintas, mesmo atingidas por invasões, saques e guerras, o modelo de

civilização urbana desenvolvido no império, seguiu se adaptando e se mantendo comercialmente ativa durante a Idade Média, originando as cidades burguesas da Baixa Idade Média (LE GOFF, 1998).

Segundo Santos (1992, p.96-98), o rural e o urbano, o natural e o artificial, o trabalho do homem e da natureza formam o espaço geográfico e é nele onde tudo isso ocorre. Esses elementos que compõe o espaço e suas transformações são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, enquanto se pretende definir fundamentos básicos a serem aplicados ao logo do texto. A natureza e o homem constituem um conjunto de forças que modificam e alteram a paisagem e este processo é dinâmico, ativo e constante.

Contudo, essas transformações se tornaram mais intensas nos últimos séculos do lado dos homens, devido a forma com que seu trabalho e sua expansão demográfica se intensificaram e construíram uma complexa variedade de organização que reproduziu formas diferenciadas de paisagens. Classificá-las então se tornou uma tarefa que não seguiu uma lógica comum, uma linguagem universal entre os profissionais da geografia.

Com a presença do homem sobre a Terra, a Natureza esta sempre sendo redescoberta, desde o fim de sua historia natural e a criação da natureza social, ao desencantamento do mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da Natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural. (SANTOS, 1992, p.4)

Entender o espaço como algo dinâmico e incomum, repleto de especificidades e identificado diferentemente pelos geógrafos é complexo. Entretanto, o espaço geográfico deve ser classificado para constituir parâmetros que ajudem a estabelecer uma lógica. Este trabalho utiliza uma concepção de espaço geográfico que necessita de uma fundamentação teórica consensual para definir o rural do urbano, como disserta e fundamenta o geógrafo Milton Santos:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade. Entretanto, através de análises, deve ser possível dividi-lo em partes e reconstituí-lo depois. Esta divisão deve ser operada segundo uma variedade de critérios, entre os quais estão os elementos do espaço. Os elementos do espaço, por sua vez, seriam os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas. Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de

fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso. As firmas têm como função a produção de bens, serviços e idéias. As instituições produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico seria o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. Finalmente, as infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc (SANTOS, 1985).

Conforme o homem se expande e se desenvolve, ocupando e transformando a paisagem ocorre um fenômeno de transbordamento para outras áreas e outras comunidades. Neste processo, novas circunstâncias e necessidades promovem transformações que resultam no surgimento de novos modelos espaciais e sociais. Fato recorrente neste estudo sobre a urbanização do campo e, especificamente, nas causas e consequências do bairro do Monjolinho em Taubaté.

2.1.2 A sociedade industrial

A fundamentação teórica deste trabalho visa também estabelecer um conceito comum ao sentido da formação de uma sociedade burocrática de consumo dirigido, gerada por um processo histórico, contínuo e infinito. O conceito que utilizaremos para classificar o produto da sociedade ocidental capitalista, burguesa, industrial de consumo é a descrita por Lefebvre (2008) como “sociedade urbana”, uma sociedade que nasceu após Revolução Industrial, durante seu processo de expansão, a partir da segunda metade do século XIX e da abrangência global entre os séculos XX e XXI.

Adotou-se neste trabalho o termo sociedade industrial instituído por Lefebvre, como base de referência para identificar indivíduos que apresentem as seguintes características culturais: viver em aglomerações ou conurbações urbanas; depender da infraestrutura urbanística, de transportes, moradia, saúde, segurança, educação, trabalho e lazer da cidade para viver; ser dependente da produção industrial, do dinheiro e do consumo; fazer parte de uma sociedade organizada segundo os interesses da classe burguesa ou capitalista industrial.

Uma sociedade que dominou e absorveu a produção agrícola. Que assumiu o poder do Estado e passou a impor suas vontades e valores culturais por meio dos veículos de comunicação de massa, da geração de mitos de

modernidade e da indução ao desejo do consumo exacerbado. É o que se pode concluir no texto sobre a conceituação lefebvriana de sociedade industrial:

As ciências especializadas (ou seja, a sociologia, a economia política, a história, a geografia humana etc.) propuseram numerosas denominações para caracterizar a “nossa” sociedade, realidades e tendências profundas, atualidade e virtualidades. Pode-se falar de sociedade industrial e, mais recentemente, de sociedade pós-industrial, de sociedade técnica, de sociedade de abundância, de lazeres, de consumo etc. cada qual dessas denominações comporta uma parcela de verdade empírica conceitual, de exagero e de extrapolação. Para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui este conceito: **sociedade urbana**, que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade. Isso, por conseguinte, não tira o valor de outra caracterização crítica da realidade contemporânea como, por exemplo, a análise da “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 2008, p.14, grifo do autor).

Considerando, o processo de industrialização e de constituição de uma sociedade mundializada pela cultura urbana. Lefebvre (2008) enunciou um objeto virtual, a sociedade urbana, na qual ele conceitua como um objeto possível, demonstra seu nascimento e seu desenvolvimento, além de relacioná-la a um processo e a uma ação prática.

Considerando que o campo também passa por um processo de modernização, a partir da mecanização do cultivo e da produção de alimentos, que o acesso aos benefícios e as tecnologias, historicamente típicas da cidade, estão cada vez mais no acesso dos habitantes da zona rural, se faz necessário uma análise criteriosa e difícil de concluir sobre o que é urbano e o que é rural. Contudo, a sociedade resultante desse processo tende a demonstrar peculiaridades urbanas.

2.1.3. As cidades: política, mercantil e industrial

As cidades modernas, na forma como as conhecemos atualmente, passou por um processo de desruralização, mas isso não significa que o processo inverso não ocorra concomitantemente. Veiga (2004 e 2006) demonstra exatamente isso, quanto aponta as posições antagônicas sobre o tema o que é rural e o que é

urbano. Para este autor, não podemos afirmar que no futuro a cultura urbana irá prevalecer e praticamente extinguir a cultura rural.

Os dois sistemas coexistem atualmente. Encontrar cidades em todos os continentes que apresentam características rurais, em perímetro urbano, é um fenômeno comum. Este fenômeno é evidente ao analisar o texto de Le Goff:

A desruralização da cidade é um fenômeno do século XIX. Até o século XIX, persiste uma certa atividade rural nas cidades, e ela é sempre suscetível de ser retomada em caso de necessidade. Vi isso recentemente na China: a casa da família, com o quintalzinho para os legumes, os frutos necessários ao consumo familiar e que são trocados com os vizinhos. Encontram-se assim campos e, principalmente, terrenos onde podem pastar os rebanhos. A cidade, portanto, pode ser penetrada pelo campo; não seria pertinente definir, a esse respeito, uma separação absoluta (LE GOFF, 1998, p. 32-33).

Diante desta afirmação, fica mais aparente a dúvida e a dificuldade de se estabelecer um único critério para o significado específico do que é rural e o que é urbano, quando tudo isso começou e a possibilidade de quantificar o quanto uma região é mais ou menos urbana.

Percebem-se ainda nas cidades industrializadas, de todos os tamanhos, como São Paulo, São José dos Campos ou Taubaté, cavalos, bois e vacas pastando o capim de áreas urbanas ainda desocupadas. No largo de avenidas movimentadas, viadutos, prédios de apartamento, Shopping Center e outras edificações urbanas, é notória a presença de carroceiros trabalhando se utilizando seus animais de carga como força motriz.

Culturalmente, enquanto toca em algumas rádios uma programação variada e globalizada culturalmente cosmopolita, em outras emissoras é possível ouvir músicas de origem rural, produzidas ainda com recursos acústicos e relacionadas com a vida e a cultura do campo, existem ainda os veículos de comunicação que mesclam os dois modelos, urbano e rural, nas chamadas rádios populares.

No campo, a situação não é diferente, coexistem as duas culturas, rural e urbana. Percebe-se a existência de uma grande dificuldade de se estabelecer um critério de classificação cultural do que é do campo e do que é propriamente da cidade. O novo e o velho e a mistura dos dois ao mesmo tempo, é fato.

As evidências e análises proporcionam ainda condições para manter distância da possibilidade de entender a urbanização industrial como o futuro do desenvolvimento humano esta presente em várias partes do mundo, é algo que ocorre no bairro do Monjolinho e também concomitantemente em outros locais do planeta. Além da experiência descrita anteriormente por Le Goff, o autor de “Por amor às cidades” ainda afirma que:

Da mesma maneira que se esquece aquilo que foi a função agrícola das cidades, e que reencontramos em alguma cidades da África, Bangui, Brazzaville, Kinshasa. Em Bamako, os criadores peúles guardam as cabras na cidade. Parece que 20% da população do Cairo pratica a agricultura (LE GOFF, 1998, p. 32).

Lefebvre (1998) relata o processo de formação das cidades a partir de uma exposição histórica na lógica marxista, recortado segundo seus modos de produção: asiático, escravista, feudal, capitalista, socialista. Parte do princípio da origem das primeiras formas de organização social, ainda tribal, a qual convive harmonicamente como parte da natureza, como alguns indígenas no interior de florestas no Brasil.

Estes aborígenes ainda não dispuseram de um sistema de produção de alimentos que os sedentarizasse, portanto não se faz necessária a aglomeração estável dos indivíduos, o que Engels (1978) coloca como estado de selvageria, não no sentido de violência, mas de proximidade com o selvagem, o natural.

A partir da Revolução Agrícola (12.000 a.C.) as tribos sedentarizaram-se e formaram-se as primeiras aldeias. Neste momento não se concebe o sentido do urbano. É a partir do surgimento do comércio, seja por escambo ou por formas mais sofisticadas como a monetária, que surge a *cidade política*.

Seguindo a lógica lefebvriana, a cidade administra, protege e organiza o trabalho público e privado. O comércio desenvolve a dependência dos indivíduos aos negócios econômicos e sua centralidade na cidade faz nascer a *cidade mercantil*. Neste momento, não se sabe exatamente como e quando, em tempos e espaços distintos, mas o campo torna-se a circunvizinhança da cidade.

A indústria, que surge primeiramente próxima aos recursos naturais, como ao lado de uma mina de carvão, de um ribeirão que movesse seus maquinários ou na facilidade regional de escoar a produção. Ela se aproxima da cidade por

conveniência, por estar ao lado do capital e dos capitalistas, da farta e depreciada mão-de-obra e do mercado consumidor que ela mesma ajudou a formar e ampliar e também pelo investimento em tecnologia, o que promoveu o desenvolvimento de maquinário mais sofisticado e autônomo dos recursos geográficos como a invenção da máquina a vapor. Este equipamento inovou a força motriz das máquinas e gerou maior independência das fábricas em relação aos recursos energéticos naturais. A partir deste invento, as indústrias poderiam se instalar em locais que melhorasse a logística em relação à mão de obra e o transporte ao mercado consumidor.

Desse conjunto de fatores transformadores, fora gerada a *cidade industrial*. Esta cria, ao longo do tempo, as condições necessárias para a formação do conceito da sociedade urbana. Esta hipótese lefebvriana segue como na figura 1, partindo da total ausência da urbanização até a culminação do processo:

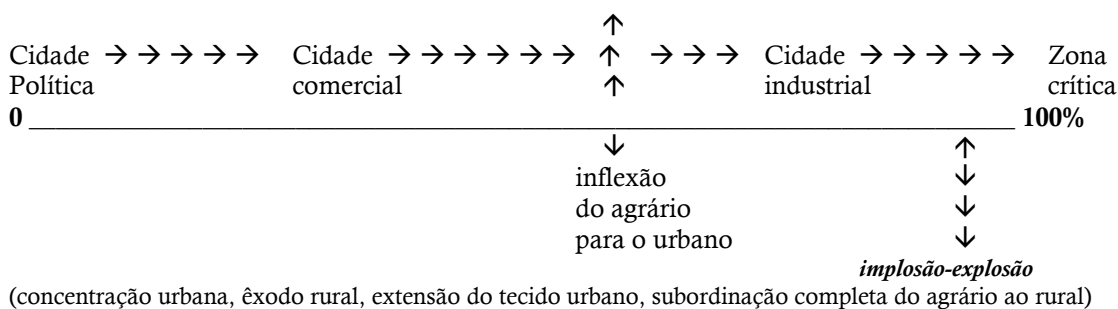


Figura 1 - Imagem do eixo do processo de desenvolvimento das cidades

Fonte: Lefebvre (2008, p.25)

A Figura 1 marca a “cidade industrial” como um ponto final no trajeto histórico das cidades e, mais adiante, indica a “zona crítica”. Esse momento, entre a constituição da cidade industrial para a zona crítica, Lefebvre (2008) defende a ideia de “implosão-explosão” da área urbana. Este é o momento que ocorre a conurbação urbana, um processo distinguido pela junção de bairros periféricos e suburbanos com o centro e bairros centrais da cidade e com municípios vizinhos. Momento este, que o volume de concentração urbana gera um mercado consumidor dinâmico e autopropulsionado. Seu poder de atração, baseado em motivadores de oportunidades econômicas e sociais, arrasta populações de pequenas cidades do entorno e, principalmente, dos habitantes do campo.

A oferta da cidade industrial é atraente para os indivíduos que compartilham do paradigma da modernidade como forma de ascensão socioeconômica. Como afirma Monte-Mór (2006), a sociedade industrial constituiu um modelo padrão dominante que oprime a sociedade rural. Nesta sociedade, ser moderno é ser urbano e não rural, é ter dinheiro para consumir e não produzir o que se precisa. É ter orgulho do congestionamento no trânsito e da poluição. Finalmente, liberdade é ter muitas opções de consumo.

2.1.4. O ar das cidades liberta

A forma como o próprio dicionário apresenta o significado do termo rural pode causar uma falsa interpretação pejorativa de algo rústico, grosseiro e atrasado. Este estereótipo de fora de moda, caipira e ignorante remete a uma pequena discussão antropológica sobre comportamento humano comum no Ocidente. Isso acaba por restringir os indivíduos do campo e, em muitos casos, negam suas origens no ambiente urbano.

Considerando a cultura urbana dominante, a comunidade rural tende a incorporar valores e costumes da cidade. Neste sentido, encontramos alguns autores que apontam essa condição preconceituosa da relação cidade para com o campo, como relata o texto a seguir:

A relação entre cidade e campo se situa, histórica e teoricamente, no centro das sociedades humanas. A dominação da cidade sobre o campo, como resultado da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e através do comando do mercado sobre as atividades de produção, é fato que marcou as sociedades humanas desde tempos remotos, e particularmente as sociedades capitalistas industriais modernas em que nos inserimos. (MONTE-MÓR, 2006, p.6)

Este autor coloca a situação de dominação da cultura urbana sobre a cultura rural como um processo comum. Esta afirmação encontra sustentação na forma como a sociedade industrial se apropria do espaço rural. O conceito de liberdade, prosperidade, modernidade e de superioridade da vida urbana encontra base na Idade Média.

Os habitantes dos antigos burgos na Germânia costumavam proferir a seguinte frase: “stadtluft macht frei (o ar das cidades liberta)”. Desses conceitos

anteriores, um dos que mais expõe o elemento motivador do desejo pela cidade é o de liberdade. A liberdade de locomoção, de escolha, de compartilhar das novidades e de conquistar o status de cidadania. Na época, como se os habitantes do campo não existissem. Por estes motivos, criou-se um paradigma de urbanização e desenvolvimento humano, como pode-se observar no texto sobre o conceito de cultura urbana:

A explicação e o referencial teórico da *cultura urbana*, definindo o urbanismo (e por oposição, o ruralismo) como um modo de vida, informou as percepções da cidade e do processo de modernização da sociedade por várias décadas. A urbanização passou a ser vista cada vez mais como uma necessidade da transformação das sociedades em busca de um futuro moderno (e melhor), com aprofundamento da divisão do trabalho, libertação das amarras da vida rural, sua complexificação e integração à vida citadina. (MONTE-MÓR, 2006, p.7)

Os fatores associados à modernidade e ao status de superioridade da vida urbana, servem como atrativos para incentivar os habitantes do campo a migrar para a cidade. A ilusão de construir uma vida mais confortável e próspera, próximo de tudo aquilo que os veículos de comunicação estabelecem como superior seduzem boa parte da população rural.

2.1.5 O direito à modernidade

A cidade industrial serviu e serve como um polo atrativo para indivíduos que buscam melhores oportunidades de formação acadêmica, profissional e de trabalho. São possibilidades e benefícios materiais concretos que se destacam em relação à vida e ao trabalho no campo, mesmo que na realidade boa parte dos migrantes acabem marginalizados nos bairros suburbanos, em sub moradias ou favelas e sujeitos a todo tipo de dificuldades inerentes a esta condição.

O meio urbano industrializado e cosmopolita seduz pessoas da zona rural, de cidades menores e até de outras regiões por oferecer recursos que em suas regiões de origem não oferece ou atende parcialmente, como melhores salários, diversidade de trabalho, acesso à moradia, planos de financiamento, escolas, faculdades, pronto socorro, bancos, comércio e maiores possibilidades de ascensão econômica e social.

Como afirma Monte-Mór (2006, pp.6-7), as políticas públicas a partir dos anos de 1970, na era do Regime Militar (1964 – 1985) seguiram a lógica adotada pelo “industrialismo” de Vargas e pelo “desenvolvimentismo” de Juscelino Kubitschek baseado em transporte e energia. Isso contribuiu para a formação de grandes centros urbanos, resultantes da migração em massa de indivíduos de regiões agrícolas em busca de melhores condições de vida. Este processo fomentou o mercado consumidor urbano e serviu de atração para o capital internacional que se associou com a agroindústria, a construção civil e o setor de serviços na consolidação da rápida urbanização extensiva do Brasil, mesmo que desproporcional e subdesenvolvida.

Associado às questões econômicas, ocorreu uma supervalorização do modelo industrial urbano de sociedade. Fruto de uma variada teia de interesses e de condições externas e internas no Brasil.

Externamente, o “american way of life” surgiu como uma forma de exportar o modelo de sociedade dos Estados Unidos para outras partes do mundo, incrementando o consumo de industrializados e dinamizando a economia mundial para esses produtos. O “estilo de vida americano” foi então difundido pelo cinema e, posteriormente pela TV. Influenciou o mundo ocidental construindo um estereótipo de sociedade moderna de consumo, típica da classe média estadunidense, baseada no automóvel, na casa equipada com eletrodomésticos, em viagens de férias etc.

Contudo, não era preciso estar em Nova Iorque para compartilhar do “American Way of Life”, este fenômeno não era só dos Estados Unidos, mesmo porque nem lá era atendida a todas as camadas sociais, o eixo Rio-São Paulo se encarregou de formar uma cultura cosmopolita de estilo semelhante no mesmo período. Porém, também não era preciso estar no eixo Rio-São Paulo para se sentir nele, o estilo de vida americano fora sendo incorporado e adaptado à realidade de cada região a seu modo. Muita gente queria fazer parte deste estilo de vida (SEVCENKO, 1998, pp.566-567).

Internamente, os interesses da classe dominante na política brasileira durante os “anos dourados (1950)” incluía a modernização da sociedade via urbanização e industrialização, mesmo que periférica dos grandes centros do capitalismo mundial. Esta política atendeu principalmente os interesses dos

Estados Unidos e das potências centrais da Europa. A elite urbana e militar, associada à Igreja e a classe média, contribuíram para a difusão do modelo urbano industrial, principalmente pelos veículos de comunicação de massa, como o rádio e a televisão. Algo possível para as classes mais abastadas e um sonho de difícil acesso para a maioria pobre e analfabeta do país (FAUSTO, 2011, p.217).

Os veículos de comunicação contribuíram substancialmente com a formação da sociedade urbana brasileira divulgando as vantagens da vida na cidade em relação à vida no campo.

A partir do final da década de 1960 ocorreram grandes investimentos públicos na área das telecomunicações. A modernização do sistema incluiu a construção de uma rede nacional de telecomunicações beneficiando as emissoras de televisão. Pela rede de retransmissores de micro-ondas o Brasil se interligou pela cadeia nacional de televisão. O Estado e os grupos dominantes do país passaram a contar com um eficiente modelo de difusão cultural e ideológica.

Contudo, esse poder de formação cultural exercido pela televisão no Brasil, pode ter contribuído com a “depreciação da leitura e do uso da palavra escrita” (ADORNO, 2008, p.68) pelos brasileiros e, conseqüentemente, com a formação de um senso crítico mais independente.

Portanto, o discernimento dos indivíduos, influenciados pelos interesses do bloco hegemônico no país, contribuiu em parte para que a vida urbana se torne sedutora, oferecendo conforto e praticidade materiais e o status de viver na cidade. A sociedade industrial e urbana é apresentada como moderna e desenvolvida, alusivo ao conceito de progresso e a rural como atrasada e inferior, estereótipo de caipira, como a primeira fase do personagem de Monteiro Lobato, aquele que vive isolado em um mundo fora do contexto da atualidade. Na análise de Trevisan (2006) confirma-se a supervalorização do urbano em relação ao mundo rural:

No Brasil, a visão dualista aparece com freqüência nos romances do século XIX, onde se retrata o rural como o exótico, caracterizado como pobreza cultural, com categorias sociais rudes, de mentalidade estreita, confrontando com o urbano, culturalmente desenvolvido, de valores culturais avançados e superiores, etc. Estereótipos dessa natureza perduram ainda hoje.

No período das festividades juninas, por exemplo, especialmente no Nordeste, predomina uma caricaturização do rural como o atrasado, pobre, com figuras humanas exóticas. A mídia tem explorado com frequência esses aspectos. E sempre o urbano fazendo chacota do modo de vida rural, como se o modo de ser no primeiro fosse superior ao segundo (TREVISAN, 2006, pp. 1-2).

Entretanto, o caipira, no sentido tupi de homem do mato, principalmente as novas gerações do mundo rural, se viram no direito de conquistarem este espaço na modernidade da vida urbana e isso fora facilitado pela necessidade das políticas públicas brasileiras a partir dos anos de 1930 em promover o desenvolvimento, o crescimento e a modernização das cidades. A formação dos grandes centros de consumo precisava dessa migração, pois era uma forma rápida de concretizar este projeto urbanizante do Brasil.

Diante deste processo de crescimento acelerado dos centros urbanos no Brasil, por meio de incentivos à migração do campo para as cidades, percebeu-se que não foi só a cidade que passou a fazer parte do homem do campo, a cultura caipira também passou a fazer parte do homem urbano, se bem que ela, tradicionalmente, sempre fez parte do mundo da cidade no país. O homem do campo chegou e habitou as cidades, mas trouxe consigo as heranças, os costumes, os hábitos e a saudade de suas origens da roça. Mesmo discriminado por alguns setores da sociedade, a cultura caipira encontrou seu espaço físico e econômico no seio da cidade.

O projeto de modernização do Brasil por meio da urbanização e da formação de grandes centros de consumo se realizou ao longo das últimas décadas do século XX e formou um modelo cultural múltiplo nas cidades. O caipira sobreviveu na cidade e chegou ao século XXI, sua cultura compartilha o espaço urbano com diversos outros estilos e conquistou um importante nicho na economia.

2.1.6 Uma outra ruralidade

Partindo do princípio clássico do conceito de zona rural, entendem-se como uma área repleta de verde, com uma densidade demográfica baixa, espalhada e separada por muitos alqueires de terra produtiva de produtos agrícolas e

pecuários, indivíduos sem muito luxo, com manifestações culturais típicas do ambiente, uma vida diurna, para aproveitar melhor o período dominado pela luz do sol, população pacata, sem grandes transtornos sociais.

Contudo, as mudanças decorrentes da velocidade tecnológica atual, não agem só no urbano, tem sua influência no desenvolvimento de mecanismos de modernização do campo, tanto na produção, quanto na cultura de seus habitantes como observamos nas afirmações a seguir:

No caso brasileiro, as perspectivas de trabalho no meio rural vêm resultando de atividades emergentes relacionadas a moradia, ao lazer, turismo (ecoturismo, turismo rural, turismo em fazenda), preservação/conservação ambiental, infra-estrutura etc. Serviços públicos que antes eram exclusivos da cidade, vão ocupando espaços rurais como energia elétrica, água encanada, tratamento sanitário, saúde, educação, transporte público... Também crescem os serviços privados, especialmente aqueles ligados a produção, comercialização, mecânica de motores, escritórios, serviços domésticos... Vale também destacar o papel das novas atividades agropecuárias, neste processo de mudança estrutural, gerando novos nichos de mercado: floricultura, criação de animais silvestres (javali, capivara, jacaré, tartaruga, avestruz, aves exóticas), ervas medicinais, aromáticas, aquíicultura, horticultura diversificada, agricultura orgânica, hidropônica, etc. Todas essas atividades atraem mão-de-obra urbana para o rural e contribuem para aumento de renda dos agricultores. A expansão das ONGs e as instituições públicas de pesquisa e extensão, tem tido papel importante para a expansão de mão de obra de nível superior (especialmente de recém-formados) no meio rural (TREVISAN, 2006, pp.7-8).

É possível perceber, pela simples observação, o quanto a sociedade rural vem se transformando conjuntamente com a cidade. Talvez, não com a velocidade da zona urbana industrial, nem com as mesmas características, mas constituindo uma nova cultura rural, que pode muitas vezes ser confundida como urbana, o que torna cada vez mais difícil identificar e classificar o urbano do rural, como apresenta o caso a seguir:

Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural são difusas e de difícil identificação. Pode-se supor que isto acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação. O que são, hoje, as cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Bela Vista de Minas ou qualquer outra cidade grande, média, ou mesmo pequena, no Brasil contemporâneo ou no mundo? Onde começam e onde terminam?

De outra parte, o que é hoje o campo? A cooperativa agrícola da Cotia ou a Barretos do peão boiadeiro em São Paulo? Povoados e distritos distantes como Milho Verde ou a periferia das cidades, chamada “área rural”? Ou as grandes fazendas, as agroindústrias, os acampamentos do MST, no nordeste, no cerrado ou na Amazônia? Em qualquer caso, a definição dos limites e da natureza, tanto do campo como da cidade é cada vez mais difusa e difícil (MONTE-MÓR - a, 2006, p.6).

Enquanto a cidade se apropria do campo, um movimento inverso e antagônico se estabeleceu: há quem acredite que o processo de urbanização da sociedade moderna seja tão intenso, que a cultura rural tenderia a simplesmente desaparecer; há também, aqueles que julgarem o processo inverso, de que seria possível um renascimento rural.

Entre esta dicotomia do processo de formação social, pode-se incluir uma terceira via, dialética, a da concepção de um novo rural ou de uma nova urbe, ambos resultantes de um processo de forças e de transformações contínuas. Essa dialética pode ser observada no texto a seguir:

Mesmo que não tenham plena consciência, todos os que pesquisam sobre a ruralidade estão sob a influência de uma das duas hipóteses extremas sobre seu destino: a de completa urbanização ou a de um renascimento rural. Ninguém formulou a primeira de modo mais adequado do que o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, em 1970. E ninguém foi tão oportuno em contrariá-la quanto o geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, desde 1972. Todavia, passados mais de trinta anos, a ruralidade dos países centrais não desapareceu, nem renasceu, o que legitima a opção por uma terceira hipótese que as supere (VEIGA, 2006, p.57).

Portanto, na contramão da modernidade proposta pela urbanização industrial, esta a possibilidade de constituir um modelo alternativo, motivado pela deterioração dos recursos naturais e do meio ambiente, gerados pelos excessos do capitalismo.

Outro motivador seria a possibilidade de mudanças climáticas globais e suas conseqüências econômicas ao longo do tempo. Palavras como reflorestar, reconstituir e recuperar o meio ambiente reforça a ideia de um terceiro modelo. Por isso, o espaço do campo se tornou sinônimo de qualidade de vida.

A proximidade com a natureza passou a ser interpretado como algo valioso, outro tipo de riqueza, como se o urbano e o rural recebessem um valor,

porém ambos são bem valorizados, desde que o segundo seja protegido do primeiro. Esta concepção fica evidente no fragmento a seguir:

Nas poucas linhas anteriores, em que foi sintetizada a referida hipótese, há várias afirmações-chave que precisam de testes mais específicos e aprofundados. Uma das mais importantes é a idéia de que a dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia. Trata-se, então, de examinar como estão evoluindo no caso específico da Itália esses três vetores para, em seguida, discutir suas inter-relações (VEIGA, 2006, pp.6).

A lógica do que é urbano encontra ainda outra questão que a torna ainda mais complexa. Existem diversos setores da sociedade que tentam classificar o que é urbano e o que é rural no Brasil, entre eles os organismos administrativos do Estado. Portanto, como muitos setores de um país, estes organismos atendem aos interesses do bloco hegemônico no poder e classificam conforme a situação e o momento político e econômico.

2.1.7 O que é urbano e o que é rural no Brasil

Como em outros países, o Brasil adotou critérios legais para estabelecer o que é urbano e o que é rural. Entretanto, diferentemente de Portugal que define limites demográficos e estruturais para uma comunidade receber o status de cidade, de forma muito mais rigorosa e criteriosa do que o caso brasileiro. O decreto-lei brasileiro 311 de 2 de março de 1938, em plena ditadura estadonovista de Vargas, definiu que qualquer município recebesse o título de cidade.

Dessa maneira, existem hoje no Brasil quase 100 cidades com menos de 1000 habitantes, como é o caso de Borá, no interior de São Paulo, com 805 cidadãos segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em União da Serra, no Rio Grande do Sul, dos seus 1.487 habitantes, apenas 33 moram na área urbana. No texto a seguir fica notória a incoerência do sentido do que é urbano no Brasil.

Sempre foram principalmente funcionais as condições *sine-qua-non* da promoção de um povoado à categoria de cidade. Os

próprios etruscos só consideravam como cidade um lugar que tivesse saídas para pelo menos três estradas, além de três templos: a Júpiter, Juno e Minerva. Dois milênios depois, o Brasil se distingue mundialmente por considerar como cidades até vilarejos onde não há sequer três escolas. Onde nem existe cinema, teatro, centro cultural, ou transporte coletivo. Onde a urbe é reles ficção (VEIGA, 2004, pp. 28-29).

A luta para a urbanização brasileira se tornou um fator prioritário para a formação de um parque industrial desde os anos de 1930. Para formar um mercado industrial era necessário formar um mercado consumidor e, conseqüentemente, como Lefebvre (2001) aponta: uma sociedade industrial. Sociedade esta que daria sentido para a existência da própria indústria no Brasil. Daí a necessidade, nem que seja só documental, de se formar uma maioria urbana no país, com o objetivo de atrair investimentos para a construção de um padrão econômico industrial no Brasil.

Como Veiga (2004) descreve, há uma necessidade de rever os conceitos do Estado sobre o que é rural e o que é realmente urbano no Brasil. Atualmente, o Brasil não necessita de provas que é urbano para atrair investimentos industriais. O país conta, neste início do século XXI, com um dinâmico e competitivo mercado consumidor, dentre os maiores do mundo e já possui um grande conglomerado industrial, diversificado e variado.

Portanto, estabelecer novos critérios para se classificar o que é realmente urbano se tornou um tema importante para discussão acadêmica. Tema que pode contribuir para direcionar melhor os investimentos do Estado para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e do meio ambiente no Brasil.

2.1.8. Em busca da urbanização

A urbanização do campo é um tema complexo e passível de muitas interpretações. Fica evidente a diversidade de opiniões entre os autores até aqui trabalhados e as inúmeras possibilidades de tratar academicamente este assunto, sua carência de pesquisa e sua importância para esclarecer os rumos do desenvolvimento regional.

A análise bibliográfica deste capítulo tentou explorar a multiplicidade de visões sobre a questão do avanço do capitalismo industrial, da chamada

modernidade e do conceito de globalização para construir um alicerce que possibilite observar as influências na transformação da identidade cultural da mesorregião do Vale do Paraíba Paulista. A experiência de citar autores brasileiros e estrangeiros e de áreas de estudos diversificadas, possibilitou concluir alguns pontos importantes para a finalização desta etapa e apresentar um quadro descritivo no contexto regional e do caso em estudo:

- a. O sentido literal dos termos rural e urbano não condizem totalmente com a realidade de sua aplicabilidade. Muitos significados tendem ao preconceito e conduzem a conotações pejorativas.
- b. O sentido etimológico se tornou mais esclarecedor, pois aproxima-se mais do sentido utilizado, além de proporcionar uma análise histórica, no sentido de desvendar a semântica dos termos ao longo do tempo.
- c. Entender o espaço geográfico como um elemento dinâmico e adaptável. Trabalhado e transformado por fenômenos naturais e artificiais, como a ação do homem na construção do tecido urbano e rural.
- d. Compreender a complexidade das várias formas de interpretar o sentido e a importância de se estabelecer um critério do que é rural e do que é urbano no mundo contemporâneo e, especificamente, a região do Vale do Paraíba Paulista.
- e. As vicissitudes das teorias da completa urbanização proposta pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre em 1970 e a proposta de um renascimento rural, proposta pelo geógrafo e sociólogo Bernard Kayser em 1972. Além, de mostrar essas duas hipóteses extremas encontrar elementos que fazem emergir uma terceira, dialética, como no caso de José Eli da Veiga.
- f. Finalmente, expor um quadro comparativo dentre as várias formas de pensar a questão das perspectivas do processo de urbanização do campo e o avanço da sociedade industrial de consumo sobre a rural.

Em Coutinho (2003), autor especializado e editor no Brasil das obras de Gramsci, descreve em seus estudos sobre o pensamento gramsciano a tendência de *ocidentalização* mundial, seja por meio do capitalismo ou do socialismo, a cultura ocidental tende a superar a oriental. Ou seja, a sociedade industrial tende a se tornar padrão em todo o mundo e a superar as outras.

Além, do processo defendido por Lefebvre (2008, p.13) da “urbanização completa da sociedade” e da formação do conceito da “sociedade urbana”. Promover a episteme neste capítulo estabeleceu os critérios de análise dos conceitos específicos de urbanização e de ruralização que contribuem e auxiliam a compreensão dos fenômenos locais como uma parte integrada dos movimentos de transformação globais.

Os antagonismos, os paradigmas e os paradoxos que a bibliografia escolhida apresenta na condução dos trabalhos e, diante dos desafios que a complexidade do tema oferece, a urbanização do campo ou da formação de um novo rural, resultante da dialética entre os modernos modelos de organização socioeconômica é familiar para as ciências humanas, pois as visões e interpretações acabam construindo muitas conclusões.

2.2. O processo de urbanização do Ocidente

2.2.1. A cidade no contexto da Revolução Industrial

Historicamente, o processo de urbanização da sociedade ocidental, se desencadeou mais intensamente, a partir da Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra durante o século XVIII. Este fato promoveu uma substituição da mão de obra camponesa pela operária e da sociedade rural pela sociedade urbana.

Na cidade a produção cresceu e também a necessidade por cada vez mais mão de obra para as fábricas. As cidades medievais não estavam preparadas para a rápida ocupação de sua urbanidade, forçando essa massa de trabalhadores a se aglomerarem em velhas construções, com infraestrutura precária ou se acomodarem no entorno da zona urbana, as chamadas zonas suburbanas, os bairros de subúrbio ou de periferia como apresenta o texto a seguir:

A partir de meados do século XVIII, foram observadas profundas alterações na distribuição espacial da população. O modelo econômico vigente evoluía para um estágio mais eficiente de acumulação de capitais e, com isso, toda a sociedade se reestruturava aos moldes industriais. Desencadeou-se um processo de crescimento das aglomerações urbanas, concomitantemente ao esvaziamento demográfico das áreas rurais. O advento da indústria imprimiu novas configurações espaciais em várias regiões do globo, com a aparente consumação da separação entre as áreas urbanas e rurais. A produção agrícola tornou-se um setor da produção industrial, o que fez com que as áreas rurais ficassem submissas às exigências do capital urbano-industrial (REIS, 2006, p.3).

A acumulação de capital mercantilista na Inglaterra entre os séculos XVII e XVIII, as Revoluções Burguesas, a Puritana de 1640 e a Gloriosa de 1688, criaram condições favoráveis para o desenvolvimento da produção manufatureira.

O novo mundo na América abriu um mercado de consumo diferenciado para a Europa e a Inglaterra soube como explorar as possibilidades de enriquecer com a modelos econômicos não ortodoxos, com o fornecimento de bens de consumo manufaturados em suas oficinas, mão de obra escrava e na exploração de suas colônias.

Em Thompson (2004) percebe-se o quanto os cercamentos (*enclosures*) expurgaram a mão de obra agrícola da zona rural, o aumento da produtividade das fábricas absorveu boa parte dessa população migrante, contribuindo determinantemente para a urbanização da sociedade.

Outro fator importante de promoção da urbanização social foi a mecanização do campo. Quanto mais a indústria crescia na cidade, mais a tecnologia invadia o espaço do campo. O que antes da Revolução Industrial era trabalho na fazenda para centenas de camponeses, a maquinaria reduzia o número de trabalhadores e transformava a produção em um negócio majoritariamente a serviço da indústria. Karl Marx e Friedrich Engels perceberam esse fenômeno em meados do século XIX:

Na agricultura moderna, de igual modo que na indústria das cidades, o aumento da produtividade e o rendimento superior do trabalho obtêm-se à custa da destruição da força de trabalho. Além disso, cada processo da agricultura capitalista é um passo, não somente na arte de explorar o trabalhador, mas também na de esgotar o solo; cada progresso na arte de torná-la mais fértil,

por um dado tempo, é um passo na ruína dos seus princípios de fertilidade (MARX e ENGELS, 1998, p. 190).

O processo de industrialização na Europa Central constituiu um cenário de mudanças contínuas e progressivas. Neste momento da história, fato de urbanização social não significava, nem de longe, a atual concepção de desenvolvimento tecnológico e humano. As cidades européias continham elementos medievais em seus tamanhos e infraestrutura, o que naquele momento era extremamente precário.

Morar em uma cidade industrializada nos séculos XVIII e XIX na Europa era uma grande aventura para sua sobrevivência. As precárias condições de higiene e de fornecimento de alimentos representavam aquilo que era necessário para a proliferação de doenças geradas pela contaminação dos esgotos, da água, dos alimentos e do contato entre as pessoas.

A cidade contemporânea industrial consiste em centro, bairros e zona rural. Em Le Goff (1998) é descrito a distribuição demográfica no espaço da cidade: no centro viviam as pessoas importantes da sociedade, políticos, comerciantes, banqueiros, industriais e outros elementos da elite; nos bairros viviam as classes trabalhadoras em diferentes níveis socioeconômicos, quanto mais próximo do centro, melhor a qualidade de vida; finalmente, na zona rural se estabelecia os menos favorecidos, uma massa de trabalhadores inferiorizados, famintos e maltrapilhos.

A condição de vida piorava à medida que se distanciava do centro da cidade. Para Le Goff (1998, p.148) o paradigma do orgulho de habitar o centro urbano na Idade Média, é ainda comum aos dias atuais, normalmente em pequenas e médias cidades. Já nas grandes aglomerações urbanas ou conurbações o centro antigo perdeu seu glamour, passa em muitos casos a condição de local histórico, as áreas próximas a shopping centers, aeroportos ou condomínios nobres tendem a se valorizar independente da vizinhança que as vezes é pobre.

Na urbanidade, o senhor dizia, existe também o orgulho. O que resta do orgulho de morar no centro? É-se um homem mais livre por situar-se no centro? [...] Se o centro perde em energia, ganha em prestígio; é que ele permite ver num relance a cidade; sua

beleza o resume. Tal como heráldica resume o destino de uma família (LE GOFF, 1998, pp.151-153).

As cidades industriais dezenovistas na Europa Central eram, em sua maioria, sujas e precárias. Enquanto a elite vivia em áreas nobres e bem protegidas, a maior parte da população se aglomerava em velhos casarões transformados em cortiços, locais de condições morais suspeitas ou em barracos amontoados no subúrbio.

Em Thompson (2004) as condições de vida do operariado inglês demonstram as formas do espaço urbano. Ele descreve as crianças sujas e mal educadas espalhadas por todo canto, longe das escolas e sobrevivendo de trabalhos alternativos de baixa remuneração, ou pedindo esmolas, praticando pequenos furtos e prostituição.

Já os adultos excluídos das fábricas não tinham muita expectativa de ascensão social. O texto abaixo descreve o tamanho da marginalidade em Londres entre os séculos XVIII e XIX.

É fácil traçar uma falsa divisão do povo na Revolução Industrial, entre os bons organizados ou que freqüentam as capelas e os maus dissolutos, visto que as fontes, pelo menos por quatro direções, impelem-nos a essa conclusão. Os fatos tais como estão disponíveis, foram muitas vezes apresentados de forma espetacular e organizados segundo propósitos pejorativos. Se formos dar crédito a um dos pesquisadores mais meticulosos, Patrick Colquhoun, havia na virada do século e apenas na metrópole, 50.000 prostitutas, mais de 5.000 taberneiros e 10.000 ladrões; seus cálculos mais ampliados das classes criminosas, incluindo receptadores de propriedade roubadas, falsos moedeiros, jogadores, agentes lotéricos, lojistas fraudulentos, parasitas às margens do rio, e personalidades pitorescas como Garotos da Sarjeta, Caçadores de Brigas, Marreteiros, Marroquinos, Cocheiros de Ocasão, Idiotas, Açuladores de Ursos, Menestréis Ambulantes, somam (com os grupos anteriores) 115.000 indivíduos, numa população metropolitana inferior a 1 milhão (THOMPSON, 2004, pp.57-58).

Longe do sonho da família tradicional nuclear burguesa descrito em Engels (1978), na qual o pai é considerado o provedor, a mãe responsável pelo serviço da casa e da educação da prole e os filhos devidamente educados, dentro de uma rígida moral cristã para garantir a continuidade da civilidade, as famílias suburbanas das cidades industriais inglesas conviviam, nas devidas proporções, em grandes dificuldades.

Marx (1998, p.195) descreve que o salário do trabalhador deveria ser calculado para suprir apenas as necessidades básicas. Porém, o valor pago pela jornada de trabalho ficava aquém dessas necessidades básicas. Portanto, muitas famílias operárias acabavam desestruturadas por vários motivos, como a perda precoce do pai, devido aos excessos ou insalubridade do trabalho; pelo desemprego, que os levava a miséria física e moral; pela ausência dos responsáveis, já que, para completar o valor necessário para a sobrevivência da família, o pai, a mãe e até as crianças se engajavam nas longas jornadas de trabalho nas minas ou nas fábricas.

Conclui-se, que para muitos desempregados, o alcoolismo, a prostituição, a imoralidade, a mendicância e a marginalidade era uma alternativa a perspectiva miserável da condição que se encontravam. Segundo Thompson (2004), nos documentos por ele analisados, cerca de 10% da população de Londres vivia à margem do modelo familiar burguês. Longe deste padrão, também viviam a maioria das famílias operárias, já que as condições de trabalho e os baixos salários legavam uma vida familiar urbana de grandes dificuldades.

Portanto, a estrutura urbana das cidades industriais entre os séculos XIX e XX na Europa Central não era nenhum modelo de civilidade e de desenvolvimento humano. A tecnologia da II Revolução Industrial convivia com o atraso das relações econômicas entre as classes sociais e a baixa ação do Estado em diminuir a miséria e a desigualdade social.

Trabalhar nas fábricas das cidades fabris inglesas na virada do século XIX para o século XX, não era sinônimo de modernidade, conforto e segurança, como prometia o paradigma da cidadania das Idades Média, Moderna ou Contemporânea citados anteriormente. A expectativa de vida média de um operário inglês era abaixo do esperado, se comparada com a de países não industrializados e relativamente mais pobres que a Inglaterra.

O padrão temporal do aumento da expectativa de vida no próprio século XX é de particular interesse, tendo em vista que, na virada do século XIX, até mesmo a Grã-Bretanha de fato, então a principal economia capitalista de mercado, ainda apresentava uma expectativa de vida ao nascer mais baixa que a atual expectativa de vida média dos países de baixa renda. Contudo, a longevidade na Grã-Bretanha de fato aumentou rapidamente ao longo do século, influenciada em parte por estratégias de programas

sociais, e o padrão temporal dessa elevação é interessante (SEN, 2010, p.72).

Apesar das condições de vida precárias, boa parte dos trabalhadores ingleses não tinha outra opção, a não ser migrar para as cidades em busca de uma colocação nas fábricas após a Revolução Industrial. Segundo Marx (1998, pp.149-150), como parte do sistema capitalista industrial, o dono dos meios de produção, também chamado de capitalista, compra a força de produção do operário por um determinado número de horas por dia e toma do indivíduo ocupado em longas jornadas, não deixando muito tempo para que ele se dedique a produção de algo que complemente o seu sustento.

Portanto, quando o trabalhador vende sua mão de obra para o dono da fábrica, ele perde sua capacidade de produzir o que precisa. Porém, não lhe resta alternativa, já que o campo o expurgou e o trabalho nas fábricas da cidade era o que tinha para fazer. Migrar para a cidade foi, para a maioria dos trabalhadores rurais, o mais sensato.

Este fenômeno relacionado ao êxodo rural tem semelhanças ao modelo industrial brasileiro. Muito tempo após a Revolução Industrial na Europa e nos Estados Unidos, o processo de industrialização do país também contribuiu com a urbanização da sociedade durante o século XX.

Porém, este cenário de calamidade social urbano começou a mudar. Sen (2010) relata que, fora preciso duas grandes guerras mundiais no século XX, para que as nações industrializadas europeias percebessem a necessidade de investir na melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, de poder de compra dos operários.

O Estado burguês, ao depender da população para a defesa de seus interesses, diante da ameaça de outras nações também capitalistas e imperialistas, adotou gradativamente programas sociais e trabalhistas que ampliassem a capacidade do trabalhador em prover sua qualidade de vida e de sua família, no âmbito econômico e social.

Portanto, as duas Grandes Guerras Mundiais agiram como um motivador para que o Estado, das potências capitalistas europeias, se atentasse à necessidade de melhorar os padrões econômicos e sociais da maioria da classe trabalhadora de seus países, como forma de garantir até mesmo a segurança dos

investimentos e proventos da classe dominante. O desenvolvimento econômico da sociedade desses países resultou na melhoria do mercado de consumo para os produtos resultantes das novas tecnologias e, principalmente, no relacionamento entre o Estado e a classe trabalhadora.

O início do século XX As grandes metrópoles industriais receberam massas de trabalhadores, muitos de regiões rurais, formando uma rede de cidades, chamadas de regiões metropolitanas. Neste processo, houve um deslocamento dos ricos, antes acomodados nos centros da cidade, para outras áreas mais distantes, porém com a possibilidade de serem modernizadas. As classes mais abastadas formaram novas áreas de habitação e de centralização do poder e os centros antigos. Tornaram-se reduto desses migrantes que ainda alimentavam o conceito de importância e status social.

Porém, no período entre guerras (1918-1939) essas regiões desenvolveram soluções para minimizar os problemas habitacionais e formaram conjuntos habitacionais marcados pela grande aglomeração demográfica no tecido urbano.

Em outros contextos, entretanto, como em países europeus que viram suas metrópoles (e rede de cidades) reestruturadas no pós-guerra, a extensão da mancha urbana e a suburbanização geradas pela onda internacional da industrialização fordista produziam periferias, organizadas, na maioria das vezes, em grandes conjuntos habitacionais inspirados no modelo progressista em que se concentraram populações de imigrantes excluídos do centro da economia e do espaço do poder, alimentando, assim, os conflitos que viriam a explodir ao final dos anos 1960 e que ainda se agravam nas grandes cidades (DINIZ e CROCCO. In.: MONTE-MÓR, 2006, pp.67-68).

O fenômeno da urbanização extensiva nos Estados Unidos teve sua explosão, como descreve Lefebvre (2008) mais incisiva logo no início do século XX, este processo também abordado por Veiga (2005) aponta como o capitalismo transformou o relevo na constituição do tecido urbano.

Quanto ao processo de industrialização e de urbanização nos Estados Unidos, tudo ocorreu com grande velocidade. A rapidez com que este país constituiu seu processo de modernização, baseado na economia industrial, foi o resultado de uma política expansionista e predatória dentro de seu próprio território.

A chamada Conquista do Oeste teve início logo no início do século XIX. Formalizado o processo de independência em 1783, os Estados Unidos enfrentaram a Inglaterra na Guerra Anglo-Americana em 1812. Este conflito contra os ingleses, 36 anos após a declaração de independência, serviu para unir ainda mais as antigas Colônias e incentivou a expansão territorial rumo ao Oeste.

Em plena II Revolução Industrial, os Estados Unidos expandiram seu território, atendendo aos interesses da burguesia liberal do Norte e dos latifundiários do Sul. Esses interesses regionais levaram o país à Guerra Civil. A vitória do Norte na guerra serviu como fator determinante para o rumo industrial dos Estados Unidos da América.

No século XX, enquanto as duas guerras mundiais tiravam da Europa sua condição hegemônica na política e na economia do planeta, os Estados Unidos consolidaram sua nova posição como potência nacional. Com um parque industrial bem montado e uma extensa estrutura agrícola, o país aproveitou a oportunidade de mercado durante as guerras, fato que elevou a condição de vida da população e sua conseqüente urbanização.

Na Figura 2, apresentam-se na forma de quadrinhos, as mudanças geográficas e a urbanização dos Estados Unidos na obra “Uma breve história da América” (*A Short History of America*). Uma criação do cartunista Robert Crumb. Neles é retratado a invasão da cidade no meio natural entre os séculos XIX e XX, com as especificidades de cada período, com destaque para o quadrinho 9, o qual expõe a Crise de 1929.

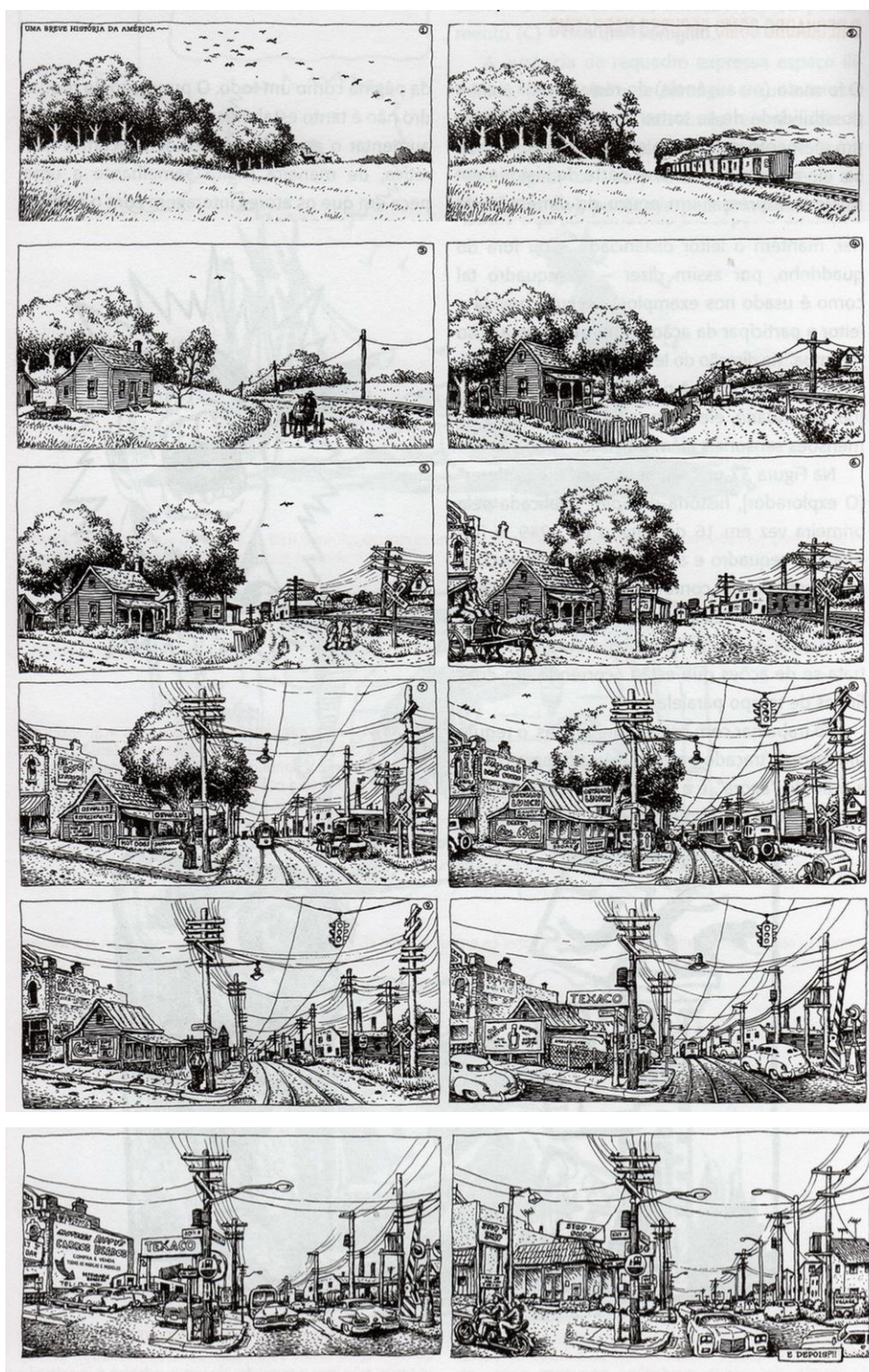


Figura 2 – Quadrinhos sobre o processo de urbanização nos E.U.A.

Fonte: <http://members.cruzio.com/~spollard/crumb/history.html>

2.2.2. A urbanização no Brasil

No Brasil, a cidade surgiu como centro administrativo do mundo rural, a cidade-política descrita por Lefebvre (2008). O processo de urbanização da sociedade brasileira foi complexo no motivo, tempo e espaço. O primeiro fluxo demográfico urbanizador brasileiro considerável ocorreu durante a febre do ouro nas Minas Gerais durante o século XVIII. Neste século, o Brasil passou por um grande aumento demográfico.

Em Fausto (2001) observa-se que emigraram de Portugal para o Brasil de 8 a 10 mil indivíduos por ano, acumulando cerca de 600 mil portugueses. Imigrantes formados por pessoas das mais variadas condições de vida, eram: pequenos proprietários, padres, comerciantes, prostitutas e aventureiros de todo tipo.

Diferente da sociedade rural do açúcar do nordeste brasileiro, a sociedade que surgiu nas Minas Gerais era praticamente urbana. O negócio do ouro concentrou a maior parte das atividades econômicas no Brasil e em Portugal no século XVIII. Em Furtado (2000) observa-se que o valor agregado de riqueza ao ouro não se compara ao atribuído à cana-de-açúcar, no sentido de que o metal precioso é facilmente negociável e transportável, no sentido comercial era considerado melhor do que o dinheiro.

Porém, se a economia era mineradora, não restava muita mão de obra para a produção de alimentos e bens de consumo. Esta sociedade não rural se organizou em cidades.

Nas cidades mineiras, apesar das dificuldades expostas por Prado Junior (2000) no sentido das crises do setor, a disciplina tributária e os abusos autoritários da coroa portuguesa, formou-se uma complexa estrutura social composta por uma variedade de classes, como: a classe alta, de proprietários de minas ricos, altos funcionários reais, traficantes de escravos e grandes comerciantes; uma classe média, de profissionais liberais, funcionários públicos, padres, militares, artistas, construtores, tropeiros, pequenos comerciantes e pequenos proprietários de minas; A classe baixa de trabalhadores livres e agregados; finalmente, os escravos.

A maioria desta população não habitava as minas, construíam suas casas nas cidades, nos centros urbanos. A riqueza do ouro, além de movimentar toda a economia colonial, também corroborou para a formação de uma sociedade urbana no Brasil.

Entretanto, as cidades mineiras resultantes da indústria do ouro, citada por Prado Junior (2000), não constituíram um modelo no conceito lefebvriano de cidade industrial. As cidades geradas durante a atividade aurífera no Brasil constituíam uma complexa atividade econômica de produtos agropecuários, comércio de artigos coloniais e importados, prestadores de serviço, artesãos, pequenos comerciantes e algumas manufaturas para atender as necessidades imediatas regionais. Apesar de seguir um modelo arquitetônico português, as vilas de Minas Gerais não passavam de centros comerciais e políticos da atividade mineradora.

Luz (1975) relata com a vinda da família real portuguesa e das cortes para o Brasil entre 1807 e 1808 trouxe consigo um surto desenvolvimentista. O príncipe regente d. João, impedido de governar em Lisboa pelas guerras napoleônicas, construiu no Rio de Janeiro obras importantes, que deram à Capital um ar metropolitano europeu.

O governante também tentou diversificar a economia criando leis de incentivo à industrialização, reformou os portos e fundou o Banco do Brasil; trouxe artistas, engenheiros, arquitetos e cientistas; construiu e fundou palácios, escritórios de Estado, teatros, faculdade e centro de pesquisa. Contudo, o Rio de Janeiro se tornou uma moderna cidade que centralizava e administrava os negócios do campo.

O Brasil do século dezenove era um país agrário, composto por uma sociedade escravocrata conservadora nobiliárquica e rural. As tentativas de industrialização foram tratadas como uma alternativa à agricultura.

Um personagem, quase isolado do cenário agrário, destacado por Caldeira (2001), foi o empresário e banqueiro Irineu Evangelista de Souza, nobiliarquizado por seus préstimos ao império brasileiro pelo imperador Pedro II como barão e, posteriormente, como visconde de Mauá. Este gaúcho enfrentou muitas dificuldades sociais e legais para construir um patrimônio industrial e capitalista financeiro no Brasil. Mas, seu exemplo não convenceu a elite dominante. Esta

elite priorizava o padrão agrário e não industrial. Porém, no final do século XIX, após a morte de Mauá e do império, a indústria começou a adquirir um pouco mais de importância nos planos da economia brasileira.

2.2.3. O café e a cidade

Luz (1975) apresenta que em São Paulo, o excedente de capital do café financiou muitas indústrias, principalmente na área têxtil. No Rio de Janeiro, além da indústria têxtil, a indústria metalúrgica e de alimentação ganharam destaque, eram financiadas por comerciantes e bancos estrangeiros, além do capital do tráfico de escravos, disponível desde a Lei Euzébio de Queiroz de 1850 que proibiu a entrada de novos escravos vindos da África ao Brasil.

Contudo, Luz (1975) expõe ainda vários motivos que desestimulavam o crescimento da atividade industrial no Brasil, principalmente a pobreza extrema, pois afetava grande parte da população livre e da mão-de-obra escrava que, menos ainda, contava economicamente. Todas essas dificuldades agiam contra a formação de um mercado consumidor expressivo que justificasse os investimentos na industrialização do país.

Até 1844, a Inglaterra se beneficiava da baixa taxa alfandegária do governo brasileiro e de acordos comerciais firmados desde a chegada da família imperial em 1808, para comercializar produtos industrializados no país. Neste ano, o ministro da fazenda Manoel Alves Branco retificou as tarifas alfandegárias, na intenção de proteger a indústria nacional. Porém, a deficiência técnica e de infraestrutura da indústria nacional de boa parte do parque fabril, fez com que as medidas protecionistas do Estado pouco contribuíssem com o desenvolvimento mais ativo do setor industrial brasileiro (LUZ, 1975, p.35-36).

O processo de industrialização revelava-se, contudo, penoso. Atribuíam-se às dificuldades à falta de capitais, os existentes aplicando-se preferencialmente a outros tipos de atividade econômica; a ausência de mão-de-obra capacitada, de máquinas; e ao esmorecimento que de imediato sucedia aos entusiasmos iniciais. Outros fatores assinalados pelos contemporâneos eram a falta de segurança pública, a instabilidade política e a competição por atividades mais produtivas (LUZ, 1975, p.36).

A tendência econômica agrícola do Brasil e, principalmente, a pujança da economia cafeeira no século XIX, colocou o país em um paradoxo. A lucrativa produção de café, ao mesmo tempo que desestimulava outro tipo de atividade econômica no país, gerou excedentes de capital suficiente para muitos produtores diversificarem suas atividades constituindo indústrias. Como afirma Dean (1971, p.10), *“o café era a base do crescimento industrial nacional, primeiro que tudo, porque proporcionava o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial, a economia monetária”*.

O capital procedente do café movimentou a região do Vale do Paraíba, valorizou as terras, que passaram a adquirir valor monetário. Este dinheiro contraído pela venda de parte da propriedade tornou-se capital para o investimento na compra de máquinas agrícolas ou em outros setores econômicos. O negócio de terras atraiu os bancos, que passaram a financiar, por meio de hipotecas, os novos investimentos.

As dificuldades para comprar escravos no último quartel do século XIX, devido às leis abolicionistas e a pressão política internacional, fez com que o uso de mão de obra livre por parte dos cafeicultores, se tornasse comum. A chegada dos imigrantes europeus, já habituados com a economia monetarizada, incentivou e fomentou o trabalho assalariado nas cidades, diversificando a economia regional. A circulação de dinheiro aumentou ainda mais após a abolição da escravatura em 1888 (DEAN, 1971, p.14-15).

Também, o mercado mundial crescente do café movimentava a economia do Brasil, seja na área produtora ou nas demais áreas do país de forma indireta, fornecendo produtos de interesse dos cafeicultores, como escravos, açúcar e tabaco do Nordeste, charque do Sul e das demais regiões, ainda madeira, couro, drogas do sertão etc. Costumava-se dizer, no círculo político da capital Rio de Janeiro, que a vocação do Brasil era agrária.

As transformações socioeconômicas advindas da produção de café criaram ao longo do século XIX uma infraestrutura de capital, de mão de obra, de transporte e de energia, que beneficiaram o surgimento das primeiras fábricas. O café gerou excedentes de capital, atraiu mão de obra operária europeia, financiou, conjuntamente com empreendedores estrangeiros, a construção de estradas de ferro e de usinas de energia elétrica (DEAN, 1971, p.15).

As primeiras indústrias fabricavam basicamente tecidos rústicos de algodão produzido nas fazendas das redondezas. Este produto era destinado quase que exclusivamente para vestimenta dos escravos. O tecido foi o produto básico da indústria nacional em seu início, mas no final do século XIX, novas fábricas foram surgindo em diversas partes do país, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, como indústrias metalúrgicas, de velas, de fósforos, de meias, gravatas, chapéus, aviamentos, botões, vidro, bebidas, cerâmicas, indústria de cimento, de móveis, de panelas, de farinhas etc.

Rezende Filho (1999) descreve a economia brasileira do início da colonização até os anos de 1920 caracterizada por um desempenho do estilo colonial. Para ele a economia permaneceu primária, produzindo e fornecendo commodities para o mercado europeu e estadunidense, concentrando a maior parte da produção no café.

O capital proveniente da indústria cafeeira modernizou os principais centros urbanos do Sudeste, principalmente as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nas cidades do café, na segunda metade do século XIX, formaram-se centros urbanos mais modernos com iluminação pública, serviço de fornecimento de água, calçamento das ruas centrais, aberturas de mercados públicos, praças e um comércio maior e mais diversificado, além de atividades econômicas de entretenimento.

Cidades do Vale do Paraíba, no auge da produção cafeeira, concorriam com a própria corte como mercado consumidor de produtos importados, contratador de serviços fotográficos e de eventos culturais. Além dos fotógrafos itinerantes, companhias de espetáculos frequentavam a região, indicando que também na província o cotidiano se movimentava com base no consumo de bens simbólicos, ligados a um *habitus* de classe que formulava. (ALENCASTRO, 1997, p.211).

A concentração urbana se expandiu para o entorno formando bairros centrais residenciais para acomodar a classe média, composta de comerciantes, bancários, funcionários públicos, professores, profissionais liberais, pequenos comerciantes e artesãos, como sapateiros, açougueiros, confeitores, padeiros, alfaiates, etc. Além, de bairros mais periféricos que acomodavam os trabalhadores de baixa renda e alguns produtores suburbanos. A formação deste

segmento populacional assalariado ou com renda não agrícola fomentou o comércio local (RICCI, 2006, p.42).

Porém, as cidades que passaram por este processo de urbanização oriunda da produção cafeeira, deixaram de ser apenas o centro administrativo político de uma comunidade rural, para um centro político e comercial. Um centro comercial ligado às necessidades da burguesia cafeeira que progrediu em meados do século XIX no Vale do Paraíba Paulista. Ao analisar o processo a luz do lefebvrianismo, há semelhança no que ocorreu nas cidades do café, com a passagem da cidade-política para a cidade-mercantil.

Como afirma Lefebvre (2008) o processo de industrialização é um fator primordial para a constituição da sociedade industrial. Para Rezende Filho (1999) o caso brasileiro foi tardio, não só pela falta de capital, de tecnologia ou de cultura industrial, a demora para a revolução industrial efetivamente chegar ao Brasil, também esta ligada as condições favoráveis para a economia cafeeira.

Durante o século XIX, enquanto ocorria a II Revolução Industrial na Europa Central, nos Estados Unidos e no Japão, o Brasil era o maior produtor e exportador de café do mundo. Este produto estava diretamente ligado à Revolução Industrial, já que era considerado um importante aditivo para a produção industrial.

A crença que a cafeína contida no café é um estimulante que, segundo os industriais da época, aumentavam a concentração, diminuía os acidentes de trabalho e agradava os operários. O café também alimentava uma vasta rede de estabelecimentos que movimentava um mercado crescente e lucrativo nas principais cidades europeias desde o final do século XVIII. Na Europa o termo café ainda é utilizado para bares, lanchonetes, restaurantes e outras empresas do ramo alimentício.

Este hábito de frequentar cafés fora importado da Europa para o Brasil. Nas principais cidades brasileiras, a partir da segunda metade do século XIX, foram abertos estabelecimentos cujo principal atrativo era o café. A bebida era ainda um artigo de luxo, quando a iluminação a gás passou a fazer parte do centro das cidades. Em Ricci (2006, p.45), há uma citação da precocidade de Taubaté, quando em 1884 já contava com o serviço de iluminação pública a gás.

A cidade de Taubaté era uma das quatro únicas cidades da província de São Paulo a contar com serviço de iluminação pública além da Capital, Campinas e Santos. Esta cidade contava ainda com a vantagem exclusiva de produzir sua própria fonte de energia por meio da Companhia de Gás e Óleos Minerais de Taubaté. Com reservas de xisto betuminoso, matéria prima utilizada para a produção dos combustíveis, a cidade controlava todo o processo de fornecimento de energia para o serviço de iluminação.

A Grande Guerra de 1914 contribuiu com o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Os países industrializados e fornecedores de bens de consumo se envolveram no conflito e no esforço de guerra reduziram consideravelmente o fornecimento de produtos industrializados para o Brasil. Contudo, os Estados Unidos supriu e se aproveitou para lucrar no mercado deixado pelos países europeus em guerra. Porém, a partir de 1917, com a entrada dos Estados Unidos na Guerra, o fornecimento de bens industrializados, de trigo e de outros produtos importados se agravou, o que favoreceu a expansão industrial brasileira, na chamada indústria de substituição de importação com apoio institucional do governo (LUZ, 1975, p.194).

Contudo, mesmo que a imigração vinda para o Vale do Paraíba Paulista ocupasse postos de trabalho na produção agrícola, o resultado das atividades produtivas atendiam o desenvolvimento urbano. A produção do açúcar de Canas movimentava a economia do fábrica da cidade de Lorena e a produção de arroz de Quiririm, que chegou a liderar em quantidade a produtividade do estado de São Paulo, também desenvolveu a elite urbana que administravam as indústrias de beneficiamento do produto e, conseqüentemente o comércio das duas cidades.

Mesmo após a Grande Guerra, a política de apoio à indústria do governo brasileiro foi mantida com a intenção de promover a ampliação deste segmento da economia. Em 1928, o presidente da república Washington Luís afirmou que: *“as indústrias já ocupam, hoje, considerável espaço na vida econômica do país”*. Porém, durante toda a República Velha, nenhum plano do Estado foi capaz de promover uma política de incentivo eficaz par o desenvolvimento da indústria no Brasil, pois o café continuava sendo a prioridade econômica do país (LUZ, 1975, pp.201-202).

A industrialização foi um dos principais motivadores para o processo de urbanização de São Paulo e o café foi, sem dúvida, seu maior provedor. Pois contribuiu com a urbanização dos centros produtores de café e, conseqüentemente, da capital federal e do estado de São Paulo. Financiou boa parte do investimento na formação do parque industrial brasileiro e fomentou a economia direta e indiretamente de todo o país.

Contudo, a formação de uma sociedade urbana dependia de outros fatores culturais e econômicos e isso só aconteceu após a crise mundial de 1929, a grande depressão gerada após a queda da Bolsa de Nova Iorque. Esta crise desencadeou uma série de fatores que resultaram na Revolução de 1930 no Brasil e promoveu as condições políticas necessárias para a diversificação econômica do país, entre elas, a revolução industrial brasileira e o processo de urbanização da sociedade do país.

A partir dos anos de 1930 a industrialização do Brasil passou a contar com outros mecanismos de fomento, principalmente com políticas públicas voltadas para o desenvolvimento industrial. A crise de 1929 gerou conseqüências desastrosas para o mercado mundial do café. Então, a participação do capital cafeeiro na industrialização e, conseqüentemente, na urbanização da sociedade brasileira diminuiu rapidamente. Segundo Bresser-Pereira (1964), a participação do capital originário da cafeicultura atingia apenas 4% em 1962.

2.2.4. A imigração e a urbanização de São Paulo

No caso do estado de São Paulo o processo de urbanização não ocorreu de forma homogênea. Cada região do estado que promoveu a economia industrial desencadeou sistemas diferenciados de captação de mão de obra e de crescimento demográfico. Especificamente no caso da cidade de São Paulo, essa força de trabalho fora, em sua maioria, composta por imigrantes até os anos de 1940.

Em Fausto (2000), autor especializado em imigração na América, descreve a capital de São Paulo como uma cidade peninsular, uma cidade *italianíssima*. Dos 50 mil trabalhadores na indústria de São Paulo em 1901, 90% eram italianos.

Calcula-se que em 1913, 80% dos trabalhadores da construção civil também eram peninsulares, ou seja, oriundos da Itália.

Portanto, o crescimento da capital paulista não está ligado apenas ao processo de êxodo rural, teve influência direta da imigração. Primeiramente, uma imigração voltada para as necessidades de mão de obra na produção cafeeira e, posteriormente, para a zona urbana, já que a cidade, abastada pelo capital originário do mercado do café, oferecia condições cada vez mais favoráveis para a instalação de empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviço.

O crescimento urbano da cidade de São Paulo deve-se em muito ao processo de imigração europeia, principalmente da Itália. Após a unificação italiana em 1871, o norte era industrializado e desenvolvido e o sul pobre e com resquícios da economia feudal. A pobreza e a miséria do Sul, levaram a emigração. Porém, a região do Vêneto, ao norte, foi a que mais enviou imigrantes para o Brasil. Eram imigrantes acostumados ao trabalho urbano. Havia muitos especialistas, profissionais adaptados à rotina capitalista industrial e de famílias de classe média.

Muitos destes imigrantes urbanos, acompanhados de suas famílias, chegaram com dinheiro para investir e contribuíram para o desenvolvimento econômico capitalista de São Paulo. Os imigrantes europeus, em especial os italianos, se aproveitaram do crescente mercado consumidor de bens industrializados que surgia em São Paulo e a ausência de interesse do grupo agrário brasileiro de investir na indústria e empreenderam em um número razoável de fábricas nas áreas têxteis, de chapéus, de móveis e alimentícias. Em 1920, haviam no estado de São Paulo 1.446 indústrias de propriedade de italianos, cerca de 48,7% do total de estabelecimentos fabris (FAUSTO, 2000, p.410-411).

A presença, cada vez maior, de imigrantes na paisagem urbana do estado de São Paulo, contribuiu para a formação de centros monetarizados, segundo os padrões capitalistas financeiros. Aculturados ao sistema bancário do país de onde vinham, os imigrantes depositavam ativos em poupanças. Isso facilitava a transferência de recursos e os capacitava nos investimentos em empreendimentos industriais. A cultura monetária dos imigrantes influenciou os

hábitos econômicos de muitas cidades do estado, contribuindo com a consolidação do capitalismo nessas regiões.

Não há nenhuma dúvida de que o contingente italiano significou muito no crescimento sem precedentes que a cidade conheceu a partir de 1890, quando sua população, que era de 64.934 na referida data, atinge em 1920, a cifra de 579.033 habitantes. Estima-se que os peninsulares aportados no estado, 30% não foram para o interior. Se a isso acrescentamos os que fugiram das duras condições do campo e se dirigiram para a cidade estarão explicadas as razões que ajudaram São Paulo não só a se tornar uma “cidade peninsular”, na época, como ainda a criar um exército de reserva que a indústria nascente conhecesse sua primeira expansão (FAUSTO, 2000, p.404).

O período de 1901 a 1934 foi marcado pela intensa chegada de imigrantes. No interior, para trabalhar no negócio do café e para a capital, favorecendo o processo de urbanização e industrialização com a instalação de um crescente parque industrial no estado de São Paulo. Após este período, houve a incidência de políticas de controle imigratório de cunho nacionalista, promovendo a valorização do operário brasileiro e, aos poucos, formando uma classe operária industrial tipicamente nacional. Contudo, até 1962, estudos do economista Luiz Carlos Bresser Pereira (1964, p.95) mostra que 85% dos empresários paulistas eram estrangeiros e desse total 34,8% eram italianos, sem contar com os descendentes diretos.

O Vale do Paraíba Paulista também recebeu parte do contingente de imigrantes entre os séculos XIX e XX. Com o declínio da produção cafeeira, ocorreu uma intervenção do governo para amenizar a situação de pobreza de parte dos trabalhadores. Na região destacam-se dois episódios: em 1885 foi aberto em Lorena um engenho para a produção industrial de açúcar e criou-se um assentamento de 82 lotes para a produção de cana de açúcar no município de Canas. Porém, ao invés de resgatar trabalhadores brasileiros da pobreza, foram assentadas famílias de italianos, belgas e portugueses (RICCI, 2006, p.46).

Na busca pela diversificação econômica do Vale do Paraíba Paulista, foi criado em Taubaté em 5 de janeiro de 1889 um assentamento agrícola na fazenda Quiririm. Na cidade já havia dezenas de famílias italianas vindas da região da Lombardia, ao norte da Itália. Inicialmente contratados para trabalhar na Fazenda Quilombo na produção de café, essas famílias não se adaptaram às

condições impostas pelo fazendeiro contratante e migraram para uma área alagadiça de várzea para a produção de arroz. Além da produção agrícola, os italianos se dedicaram a outras atividades produtivas, como olarias. A produção cerâmica de tijolos e telhas tiveram um importante papel na transformação arquitetônica da cidade ao incentivar a alvenaria na construção de casas (RICCI, 2006, pp.47-48).

A imigração foi diminuindo lentamente a partir dos anos de 1930. Percebe-se ainda que a partir de então, a incidência de imigrantes no processo de urbanização das cidades paulistas passou não representava mais um fator determinante. As políticas públicas na área econômica mudaram constantemente até os anos de 1950. Sob a tutela do Estado, formou-se a indústria de base, por meio da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobras. Também, com a abertura de centros de formação profissional, como o SENAI e o SENAC, para capacitar o trabalhador nacional para o trabalho urbano.

No final dos anos de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, iniciou-se uma política desenvolvimentista com o apoio do capital internacional e com a implantação de indústrias multinacionais. A partir deste período, a urbanização do estado de São Paulo não dependia mais da imigração. Houve um intenso processo interno de ocupação das cidades por meio da migração de trabalhadores do interior e de outras partes do país para São Paulo.

2.2.5. Uma urbanização desigual

Durante o processo de industrialização e de urbanização do Brasil, ocorreram fatos semelhantes aos de outras partes do mundo industrializado. Algumas áreas foram densamente industrializadas e urbanizadas e a maior parte do território foi excluído. Isso levou o desenvolvimento econômico para as regiões industriais, formou grandes núcleos urbanos, gerou uma burguesia abastada em pontos valorizados da cidade, acomodou a classe média nos bairros adjacentes ao centro comercial e democratizou a pobreza nos arredores das grandes cidades.

Como país de industrialização fordista periférica, o Brasil entrou tardiamente no processo de Revolução Industrial, formando uma indústria de substituição de importações. A crescente necessidade de mão de obra das

fábricas do Rio de Janeiro e São Paulo gerou uma explosão demográfica urbana em detrimento da população rural.

Em países subdesenvolvidas, de industrialização fordista periférica e incompleta, como o Brasil, os espaços “incompletamente organizados” (SANTOS, 1978) e as periferias urbanas precárias proliferam com áreas de sub-habitação e ausência de serviços urbanos e sociais básicos. Essa suburbanização precária que iniciou nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, com a industrialização substitutiva de importações, produziu periferias pobres parcialmente integradas à dinâmica urbana. (MONTE-MÓR, 2006, p.68).

A urbanização do campo é um fenômeno contínuo desde as últimas décadas do século XX em países desenvolvidos e industrializados, como os Estados Unidos, França e Inglaterra. Desde a I Guerra Mundial (1914 – 1918), ocorreu uma intensa sofisticação dos processos tecnológicos industriais, o que permitiu estender a produção de bens de consumo final para algumas nações periféricas, também chamadas de subdesenvolvidas.

Na América Latina, o Brasil recebeu algumas dessas indústrias multinacionais, como a Ford em 1919, a GM em 1925 e a Lever (Unilever) em 1929. Contudo, foi a partir da Revolução de 1930 que o Brasil promoveu a sua Revolução Industrial. Na chamada Era Vargas (1930 – 1945) ocorreu uma intensa diversificação da política econômica do Estado, com ênfase a industrialização, como afirma Monte-Mor (2006).

Em Rezende Filho (1999) há uma abordagem importante sobre a relação da crise capitalista internacional de 1929 com a política econômica brasileira. Ele afirma o quanto do país era dependente da produção e exportação de commodities. A industrialização no Brasil não havia se efetivado e nosso parque industrial não ia além de um projeto de substituição de importações.

Contudo, o controle e, em alguns casos, a suspensão das importações, adotada por muitos países industrializados deixou o Brasil em situação crítica. Sem mercado para suas commodities, o Estado Brasileiro, devido ao Convênio de Taubaté, mantinha grandes estoques de café sem ter para quem vender e mergulhou em uma crise econômica que desestabilizou completamente a ordem constituída.

Para ter uma ideia do problema do comércio mundial do café, uma saca do produto que custava em média 200 mil réis em agosto de 1929, passou a custar

21 mil reis em janeiro de 1930. Pode-se acompanhar com maiores detalhes a posição econômica brasileira a partir deste texto:

Em 1929, cerca de 97,5% do total das exportações brasileiras era composto, em ordem decrescente de importância, de café, açúcar, cacau, algodão, borracha, tabaco e erva mate. O país nada mais era do que um exportador de commodities e importador de produtos industrializados dentro da economia-mundo capitalista. Era política e economicamente orientado para este papel, e dependente do bom desempenho da balança comercial, tanto para manter o nível de seu Produto Interno Bruto (PIB), como para assegurar a maior parte da composição de sua arrecadação tributária (REZENDE FILHO, 1999, p.17).

O Brasil era um país agroexportador e rural até os anos de 1930. Mesmo com todos os esforços do Governo Provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas em conter a crise econômica e diversificar a economia brasileira, a indústria nacional não apresentou grande desenvolvimento. Seu crescimento no período está mais associado à otimização da estrutura existente do que de investimentos em máquinas, equipamentos e em tecnologia.

Contudo, após desentendimentos políticos que levaram o país a um golpe de Estado na chamada Revolução de 1930, o Governo Provisório instituiu uma política econômica com a finalidade de diversificar a produção nacional e passou a incentivar gradualmente o setor industrial. O incentivo do Estado no desenvolvimento industrial do Brasil e a decadência da economia cafeeira contribuíram com a urbanização da sociedade.

Este processo urbanizador elevou a oferta de mão de obra nas cidades, contribuindo para o sucesso do setor industrial. Apesar das dificuldades econômicas do período pós crise de 1929, a industrialização no Brasil cresceu substancialmente e a urbanização do Brasil elevou o número de consumidores urbanos, valorizando a demanda interna e atraindo novos investimentos.

O esforço de guerra durante o Estado Novo (1937-1945) conseguiu equilibrar a economia brasileira. A II Guerra Mundial também contribuiu para o encaminhamento do Brasil para seu efetivo controle na produção de aço. Originário de um acordo entre o Brasil e os EUA, em 1941 foi inaugurada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, município do estado do Rio de Janeiro.

Em 1942 o Estado fundou a Companhia Vale do Rio Doce em Vitória do Espírito Santo, uma grande empresa do setor de mineração que ampliou a capacidade de exportação brasileira. O projeto da constituição da Indústria Brasileira de Base era um importante passo para o desenvolvimento e para a consolidação da industrial no país.

Ao final da II Guerra mundial, a cidade de São Paulo contava com quase dois milhões de habitantes (IBGE), ostentando um parque industrial e uma população operária crescente. O relativo sucesso da indústria paulista atraiu milhares de migrantes de diversas regiões do país e, semelhante a outras regiões industrializadas no mundo, formou grandes bolsões de pobreza e de miséria.

O Vale do Paraíba Paulista entrou na revolução industrial brasileira a partir do efeito de transbordamento da capital para o interior. Localizado entre os dois maiores polos econômicos e demográficos do país, a região foi alvo do capitalismo internacional com a instalação de dezenas de industrial multinacionais às margens da rodovia Presidente Dutra.

A rodovia serviu como fonte geradora de desenvolvimento industrial e urbano. As cidades que ficaram de fora do trajeto da rodovia sentiram dificuldades em desenvolver parques industriais. Os municípios de São José dos Campos e Taubaté receberam os maiores investimentos das indústrias multinacionais entre as décadas de 1950 a 1970.

Como na cidade de São Paulo, mas em menor escala, os efeitos da industrialização e da urbanização foram sentidos nesses dois municípios, com mais intensidade em São José dos Campos. Nos anos de 1970 esta cidade ultrapassou demograficamente e economicamente Taubaté e se tornou um polo regional.

Com características de cidade operária formou-se uma sociedade de classes bem diversificada. Havia uma camada social operária abastada, composta por diretores, gerentes e altos funcionários da indústria multinacional, nacional estatal, como a Petrobras e a Embraer e dos organismos públicos federais ali instalados, como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Essas instituições impulsionaram a economia do município, como se observa em Trajano (2009, pp.100-114).

Contudo, até a década de 1970 a aparente riqueza das cidades industrializadas do Vale do Paraíba Paulista contrastava com os mesmos problemas sociais e econômicos que afligem outras áreas semelhantes do país. Havia em São José dos Campos e em Taubaté grandes bolsões de pobreza, localizados em bairros periféricos. Nesses locais a população carente vivia com grandes déficits de infraestrutura urbana, habitacional, educacional e de saúde pública como aponta Trajano (2009, pp.121-122), ao afirmar que cerca de um terço da população vivia sem abastecimento correto de água e tratamento de esgoto durante este período.

2.2.6. O desenvolvimentismo nas cidades

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 a industrialização se tornou um importante setor da economia brasileira, mesmo que de forma territorial desigual, construiu grandes pólos industriais regionais, principalmente no Sudeste e Sul, concentrou a população em áreas urbanas e formou grandes aglomerações demográficas em regiões metropolitanas como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Neste contexto, o Vale do Paraíba Paulista atraiu muitas indústrias estrangeiras e nacionais públicas e privadas, por estar entre os dois maiores pólos econômicos do país, o Eixo: Rio – São Paulo.

Na década de 1950 o Estado Brasileiro investiu muitos recursos na tentativa de industrializar e modernizar a economia do país. A política de atrair investimentos estrangeiros e de firmar parcerias na implantação de um parque industrial no Brasil foi acompanhada de grandes obras de infraestrutura em energia, transportes e comunicação. O custo destes investimentos estatais ficou a cargo do endividamento do governo proveniente de empréstimos internacionais.

Uma série de benefícios trabalhistas foi ofertada ao longo dos anos de 1950 e 1960 para atrair o maior número possível de trabalhadores para as cidades. Consistia em benefícios diretos e automáticos para os trabalhadores formais, como: aposentadoria por tempo de serviço, salário mínimo, folgas remuneradas, estabilidade e abonos de férias. Tais benefícios estavam contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto Lei 5.452 de 1º de maio de 1943) e favorecia os indivíduos habitantes das cidades. Mello e Novais (1998)

apontam motivadores importantes para a atração da mão-de-obra rural para as cidades:

Matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de cidadãos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, "superior", que enxerga gente atrasada, "inferior". A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas, também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida do campo, ao contrário, repele e expulsa (MELLO e NOVAIS, 1998, p.574).

Da Era Vargas (1930-1945) a Era dos Militares (1964-1985) o Brasil atravessou um longo período de instabilidade política e econômica. Porém, os investimentos estatais e as políticas públicas de relações internacionais para atrair investimentos industriais estrangeiros ao país, consolidaram o projeto industrial brasileiro, além de deslocar um grande contingente da população economicamente ativa das áreas rurais para os grandes centros urbanos.

Nos anos de 1960 um conjunto de fatores institucionais levaram o país a um golpe militar e a constituição de um novo bloco hegemônico. Este suprimiu as liberdades individuais, achatou salários e facilitou a entrada de empresas multinacionais no Brasil, promovendo a modernização pela indústria e pela urbanização a qualquer custo.

No texto a seguir o autor descreve o desenvolvimento do tecido urbano brasileiro com as políticas públicas do período descrito acima:

O tecido urbano, no Brasil, teve sua origem na política territorial ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares em seqüência à centralização e expansionismo do período Vargas e às ações de interiorização do desenvolvimento do período Juscelinista. O velho binômio "Energia e Transporte" transformou-se nos anos 70 em investimentos em infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas), comunicações, serviços financeiros, entre outros. Os capitais internacionais que demandaram o Brasil associaram-se à construção civil, ao latifúndio subsidiado e à agro-empresa, que constituíam alguns dos acordos das elites econômicas nacionais e regionais para apoio ao militarismo (inter)nacional (MONTE-MÓR, 2006, p.11).

O capitalismo industrial forma mercados consumidores atuantes e bem estruturados, a urbanização é um dos elementos importantes na ampliação da capacidade e da necessidade de consumo da população de um país. Uma nação que tenha um projeto de transformação econômica industrial tem que incrementar

a capacidade de consumo, uma das formas mais usuais para isso é criar incentivos, como oferta de emprego e melhores salários, garantias trabalhistas, programas de moradia e facilidade de acesso à educação e à saúde para provocar o êxodo rural e urbanizar a população.

2.2.7. A rápida urbanização do Brasil

O processo de urbanização no Brasil foi rápido e desproporcional. Com uma grande concentração de empresas industriais no Sudeste, esta região tornou-se um pólo atrativo para a migração de regiões menos industrializadas. A tabela 1 mostra a progressão deste processo a partir de 1960, quando a população urbana representava 57,36% contra os 42,64% da população rural.

A partir dos critérios anteriormente apresentados, a população urbana chegou a 92,94%, enquanto a população rural fora reduzida para 7,06%. Diante desses números, podemos concluir a tendência do Estado em desenvolver uma sociedade capitalista urbana de consumo no Brasil.

(conclusão)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e situação do domicílio	População nos Censos Demográficos					
	01.09.1960 (1)	01.09.1970 (1)	01.09.1980 (1)	01.09.1991 (2)	01.08.2000 (2)	01.08.2010 (2)
Sudeste	31 062 978	40 331 969	52 580 527	62 660 700	72 297 351	80 364 410
Urbana	17 818 649	29 347 170	43 550 664	55 149 437	65 441 516	74 696 178
Rural	13 244 329	10 984 799	9 029 863	7 511 263	6 855 835	5 668 232
Minas Gerais	9 960 040	11 645 095	13 651 852	15 731 961	17 866 402	19 597 330
Urbana	3 964 580	6 167 113	9 185 088	11 776 538	14 651 164	16 715 216
Rural	5 995 460	5 477 982	4 466 764	3 955 423	3 215 238	2 882 114
Espírito Santo	1 418 348	1 617 857	2 063 679	2 598 505	3 094 390	3 514 952
Urbana	403 461	734 756	1 324 701	1 922 828	2 460 621	2 931 472
Rural	1 014 887	883 101	738 978	675 677	633 769	583 480
Rio de Janeiro	6 709 891	9 110 324	11 489 797	12 783 761	14 367 083	15 989 929
Urbana	5 300 629	8 013 057	10 546 547	12 177 144	13 798 096	15 464 239
Rural	1 409 262	1 097 267	943 250	606 617	568 987	525 690
São Paulo	12 974 699	17 958 693	25 375 199	31 546 473	36 969 476	41 262 199
Urbana	8 149 979	14 432 244	22 494 328	29 272 927	34 531 635	39 585 251
Rural	4 824 720	3 526 449	2 880 871	2 273 546	2 437 841	1 676 948

Tabela 1 – Censo Demográfico das Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010

Fonte: Brasil (b), 2011.

Contudo, o projeto de construir no Brasil uma sociedade mais moderna e desenvolvida a partir da industrialização, não melhorou a condição de vida da de

toda a população. Como o país constituiu boa parte de sua industrialização com investimentos estrangeiros por meio de indústrias multinacionais, não houve também a formação intensiva de uma alta burguesia industrial como na Europa ou nos Estados Unidos. O caso industrial brasileiro elevou economicamente o padrão de vida se comparar dados relativos ao poder de compra, mortalidade infantil e expectativa de vida com o período da história anterior a revolução industrial no país segundo o IBGE (2010).

Portanto, a base da política industrial da *era militar* no Brasil era de *desenvolvimento periférico-associado-dependente*. As empresas multinacionais que se instalaram no período, em sua maioria, não tinha compromisso com o objetivo trazer o desenvolvimento tecnológico industrial para a formação de *know-how* brasileiro. Este modelo desenvolvimentista dos militares foi muito questionada devido ao endividamento e o estado de dependência com organismos internacionais como o FMI, Banco Mundial e credores internacionais. Rezende Filho (1999) descreve esta situação:

Não existe transferência de tecnologia de ponta nem reinvestimento de lucro produtivo. Ocorre exatamente ao contrário. A tecnologia que se tornou obsoleta nas áreas centrais é transferida para as áreas periféricas, sob situações cambiais e de mercado privilegiadas, o que permite que as primeiras repassem para as segundas os custos de sua modernização Rezende Filho (1999, p.135).

No início dos anos de 1970 o Brasil apresentou um grande desenvolvimento econômico, chamado de *milagre econômico*. O projeto *Brasil-Potência* do governo militar não contava com as seguidas crises do petróleo que se chocou com a política de transportes rodoviários do Estado.

A crise energética mundial e o aumento dos juros internacionais encareceu e dificultou a aquisição de novos empréstimos para sustentar o ritmo do crescimento econômico. Porém, quanto mais a inflação corroía a economia da classe média e pobre, mais aumentava a migração do campo ou das pequenas cidades do interior do país para os grandes centros.

Durante os anos de 1980, o Brasil enfrentou graves crises políticas e econômicas. Essas crises foram: endógenas, geradas pelo enfraquecimento do Governo Militar (1964 – 1985), pela dívida externa e pelo atraso tecnológico e

exógenas, gerada por alterações nas relações internacionais pós-crises do petróleo (1973 e 1979) e pelo enfraquecimento econômico da União Soviética que refletiram na alta dos juros internacionais e a intensificação do controle econômico do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política econômica brasileira como afirma no texto Bresser-Pereira (2007):

Os anos 1980 são de crise e de transição, são o momento em que o país atravessará a pior crise econômica de sua história – uma crise da dívida externa e da alta inflação inercial – que merece o nome de Grande crise dos Anos 1980. (BRESSER-PEREIRA, 2007, p.4)

2.2.8. Nos tempos da globalização

A queda do muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991 geraram grandes transformações na economia global. Hobsbawn (2005) analisou historicamente o desenvolvimento capitalista do século XX como processo econômico e tecnocientífico de grandes proporções. Ele abordou a questão dos excessos deste procedimento e faz uma crítica à destruição do meio ambiente e as grandes transformações para a humanidade.

Monte-Mor (2006) chama de globalização o fenômeno da intensa aceleração da produção e da demanda capitalista gerado pelo fim da bipolarização política e da Guerra Fria. Também, analisa como essa intensificação do processo de industrialização brasileiro interfere e se apropria do campo, provocando mudanças culturais na sociedade. Sobre as perspectivas do mundo sob uma economia capitalista global podemos analisar segundo Hobsbawn:

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente, quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações naturais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações

sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão de que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem que mudar. (HOBBSAWN, 2005, p.562)

A classificação do tecido urbano ou quantificar o quanto certa comunidade é urbanizada tornou-se um desafio diante do intenso processo de industrialização global. As facilidades de acesso ao transporte, às redes de comunicação pública e privada e aos veículos de comunicação eletrônicos proporcionam aos indivíduos, até de regiões distantes dos grandes centros, a assimilação dos costumes urbanos.

A cultura rural também recebe uma carga de transformação e de modernização influenciada pela revolução industrial do campo, o que Mingione (1987) afirma como “sistema global do *agrobusiness*”. O produtor e o trabalhador rural também se modernizaram.

A renda oriunda da venda de produtos, dos salários ou dos subsídios estatais incrementou a monetarização e o poder de compra desses indivíduos que abandonam consideravelmente a produção pessoal de alimentos e bens duráveis pelo consumo de industrializados. Situação abordada também por Veiga (2005).

A independência em relação aos produtos de sobrevivência, característicos dos habitantes do campo, como a produção de boa parte dos alimentos, vestuário, artigos de couro, madeira, construção civil, transporte e maquinário deu lugar a facilidade do uso do dinheiro para adquirir tudo isso e muito mais nas lojas do varejo, mesmo que isso os prive da autonomia. Porém, não é só a liberdade de consumo, a vida urbana oferece outros benefícios públicos e privados que incentivam a urbanização social.

As manifestações artísticas culturais também passam por transformações intrínsecas como observamos em Ferrão (2000). O som de instrumentos acústicos é substituído pelos eletro-eletrônicos e digitais. As festividades se expõem ao sincretismo com influência e interferência de outras culturas trazidas pelos veículos de comunicação de massa.

Até a alimentação passa pela adaptação da modernidade, as comidas típicas recebem os toques de temperos, corantes, caldos, molhos, acessórios industrializados e os *fast-foods* assumem a identidade das barraquinhas das

quermesses com hot-dogs, hambúrgueres, crepes, batata frita, chips, refrigerantes, sorvetes, karaokês, shows e eventos que dialeticamente contrapõem o velho e o novo.

Também, o escoamento da produção agrícola, facilitado pela modernização das vias e dos veículos, expandiu a economia capitalista para o campo. Isso reduziu substancialmente a produção de subsistência e deu lugar a produção capitalista ou ao trabalho assalariado potencializando a cultura industrial de consumo, tipicamente urbana, para as áreas rurais, principalmente entre os países pioneiros da Revolução Industrial ou desenvolvidos.

O autor a seguir classifica o processo de urbanização sociodemográfico sob três parâmetros específicos:

Há três tipos de países desenvolvidos sob o prisma da diferenciação espacial entre áreas urbanas e rurais. Primeiro, um pequeno grupo fortemente urbanizado, que reúne Holanda, Bélgica, Reino Unido e Alemanha, no qual as regiões essencialmente urbanas ocupam mais de 30% do território e as regiões essencialmente rurais menos de 20%, sendo que as intermediárias variam entre 30% e 50%.⁽¹⁾ No extremo oposto há um grupo maior, formado por quatro países do “Novo Mundo” - Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia - mas do qual também fazem parte três nações muito antigas: Irlanda, Suécia e Noruega. Nesse grupo as regiões essencialmente rurais cobrem mais de 70% do território e as relativamente rurais têm porções inferiores a 20%. Finalmente, no caminho do meio encontram-se França, Japão, Áustria e Suíça, países nos quais entre 50% e 70% do território pertence a regiões essencialmente rurais e cerca de 30% a regiões relativamente rurais. (VEIGA, 2004. p.26)

Contudo, em seus artigos, Veiga deixa claro sua posição em relação ao processo de urbanização da cultura global de que não há um modelo único. Para ele, cada região desenvolve um sistema cultural, mesmo que dinâmico, em constante movimento, as alterações nos costumes e valores não significam que certa comunidade esta em processo de transformação capitalista de uma sociedade urbana de consumo.

2.2.9. Nem tudo é urbano

Mesmo com o processo de industrialização e de urbanização do Vale do Paraíba Paulista, como de outras áreas do Brasil, a cultura rural resiste e encontra seu espaço por entre as inovações tecnológicas características desta sociedade. O caipira, termo tupi para definir o homem do mato, esta presente no dialeto da população das cidades, na culinária, nas festas e tradições, na paisagem rural no entorno das cidades e, principalmente, na música que toca em boa parte das rádios.

Quando analisado a questão sobre o que o Estado considera como urbano, descobrem-se dados curiosos. Por isso, Veiga (2004, p.26) propõe que “nem tudo é urbano”, muito do que os Estados burocráticos nacionais estabelecem como urbano pode ser apenas uma comunidade rural aglomerada.

Como em alguns países em destaque, a Holanda pode-se observar grandes metrópoles esverdeadas. Se esse padrão holandês fosse a forma ideal de generalização, prevaleceria a idéia de que no futuro o mundo todo se tornaria urbanizado.

Porém, ao analisar outro país europeu, como no caso a Suíça, fica perceptível a valorização da vida no campo e na Itália, cerca de 44% da população vive em comunidades rurais, sem que isso signifique qualquer tipo de atraso em relação as populações urbanas.

Veiga (2004) ainda afirma que não faz sentido entender desenvolvimento humano como resultado do processo de urbanização no modelo industrial. Generalizações sobre a qualidade de vida no campo ou na cidade são perigosas e, fatalmente, podem levar a erros de interpretação. Ele concluiu que nos Estados Unidos, estão justamente entre as regiões menos urbanizadas as populações que desfrutam das melhores perspectivas de desenvolvimento.

Talvez, cerca de quarenta anos após a publicação dos trabalhos de Lefebvre, que defende a hipótese de urbanização completa da sociedade global e de Kaiser, que defende a hipótese do renascimento rural, surja uma oportunidade de realizar uma análise alternativa, de que o urbano não completou sua ocupação do campo e o rural e sua cultura não ameaça a cidade. Percebe-se ocorre um processo de transformações, acomodações e novas transformações na relação cultural entre as duas formas de organização social, urbana e rural.

Na análise de Veiga (2005), o Brasil compreende em sua maioria, municípios com menos de 20 mil habitantes, sem a infraestrutura necessária para considerá-los núcleos urbanos, como é o caso de cidades em que a pouca população é de maioria rural e a sede municipal não conta com serviços e elementos necessários para se caracterizar urbana. Para ele a solução seria uma revisão da lei que regulamenta a constituição de municípios no Brasil com a finalidade de buscar melhores formas de interpretar esta questão e contribuir com meios sustentáveis de desenvolvimento humano sem gerar grandes impactos culturais ou ambientais.

Contudo, o que se percebe ao analisar e ao observar o comportamento e os valores da sociedade brasileira como um todo, fica evidente a transformação cultural pela qual ela vem passando nas últimas décadas, ainda mais incrementada pela ascensão socioeconômica de uma grande parte da população nos anos 2000, impulsionada pela aceleração do crescimento econômico nacional e dos incentivos e subsídios destinados a este resgate social promovido pelo Estado desde a década de 1990 por meio de programas de ação social.

Mesmo nos mais longínquos redutos humanos no Brasil, há telefone, televisão, energia elétrica, via de acesso, transporte e outros benefícios da urbanidade. Aos poucos, toda a sociedade brasileira acabará adotando hábitos, costumes e valores da “sociedade urbana” descrita no texto de Lefebvre.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 2008. p.15).

Este trabalho traz evidências reais da influência da cultura urbana na zona rural, principalmente no bairro estudado. Porém, não percebemos uma total urbanização do campo como descreve Lefebvre. Enquanto os supermercados se instalam em bairros rurais e o serviço público de transporte de passageiros e de coleta de lixo frequenta a área rural, percebe-se a comunidade unida em torno da religiosidade nas festas da igreja, no auxílio com um trator para desatolar um animal ou um automóvel e até um auxílio alimentar, médico ou de medicamento.

Comportamento típico da zona rural citado por Candido (2001) e ainda presente nas comunidades do campo.

Aparentemente, seguindo a tendência mundial, as áreas rurais, que outrora eram reservas históricas e de conservação cultural do homem do campo, da cultura caipira valeparaibana, podem parecer regiões agregadas e dependentes dos centros urbanos como Taubaté e São José dos Campos. Contudo, a gente do campo guarda indícios importantes que revelam a resistência de sua cultura. Observa-se não uma destruição desta cultura, pela urbanização, mas o surgimento de uma nova ruralidade.

2.3. O processo de urbanização do Vale do Paraíba Paulista

2.3.1. A divisão administrativa do estado de São Paulo

Este capítulo trata de uma análise descritiva e crítica sobre o processo de industrialização e de urbanização regional do Vale do Paraíba e, especificamente, sobre o município de Taubaté. Entretanto, vale destacar uma breve descrição geográfica física da mesorregião do Vale do Paraíba Paulista. Conforme o sistema de divisão política e econômica do estado de São Paulo (SEADE, 2011), o território paulista é dividido em Regiões Administrativas (RA) e as mesmas, em Regiões de Governo (RG) ou Microrregiões (MR).

Ao todo, são 39 municípios que compõem esta RA, em uma área de 16.268 km², dividida em cinco Regiões de Governo (RG): Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, São José dos Campos e Taubaté (CANO, 2007). Segundo o Censo (IBGE, 2010) esta RA conta com mais de 2,3 milhões de habitantes, tendo uma densidade demográfica de 141,8 hab./km², isso é observável na Figura 3.



Figura 3 – Mapa da RA de São José dos Campos - SP

Fonte: <http://www.igc.sp.gov.br>

Portanto, para o governo estadual, o Vale do Paraíba, a Serra da Mantiqueira e o Litoral Norte formam um conjunto territorial denominado como RA de São José dos Campos (Cano Org. 2007). Esta RA está localizada na região leste do Estado de São Paulo faz fronteira estadual ao norte com o estado de Minas Gerais, ao sul o litoral atlântico, no leste o estado do Rio de Janeiro e a oeste a Região Metropolitana (RM) da capital São Paulo.

O mapa da figura 3 apresenta dados importantes sobre elementos que demonstram o desenvolvimento regional, como a rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, o complexo Aryrton Senna/Carvalho Pinto, que liga São Paulo a Taubaté e outras rodovias estaduais e municipais; a divisão política dos municípios; os dois reservatórios das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) para a produção de energia elétrica; a hidrografia dos principais rios; os aeroportos regionais ou militares; em rosa, as áreas de ocupação urbana; em laranja, destaque para a sede da RA; em branco, destaque ao território da RG de Taubaté. Porém, há uma omissão com relação à estrada de ferro, pois ela não aparece na imagem. Contudo, seu trajeto segue aproximadamente a margem da rodovia Presidente Dutra.

2.3.2 A urbanização da RA de São José dos Campos

O crescimento do tecido urbano da RA de São José dos Campos tem algumas peculiaridades com o processo de industrialização e de urbanização extensiva. Na imagem da Figura número 4 pode-se observar o quanto a área urbana, que aparece mais escura em tom avermelhado, se estende ao longo da Rodovia Eurico Gaspar Dutra e da Estrada de Ferro da antiga Central do Brasil, atual M.R.S. Logística S.A.

Acrescentamos que o transporte é outra característica citada por Veiga (2006) que identificam e qualificam a região como urbana. Na Roma Antiga, para receber o título de cidade era preciso ter pelo menos três estradas com destino a outros centros importantes.

Além das estradas que interligam a RA de São José dos Campos com os dois principais centros econômicos do país, Rio de Janeiro e São Paulo, há outras importantes rodovias que ligam a RA a outras importantes regiões do país, como Campinas, Minas Gerais e o porto de São Sebastião. Pode-se confirmar na imagem da figura 4 a urbanização que corta o relevo de leste a oeste:

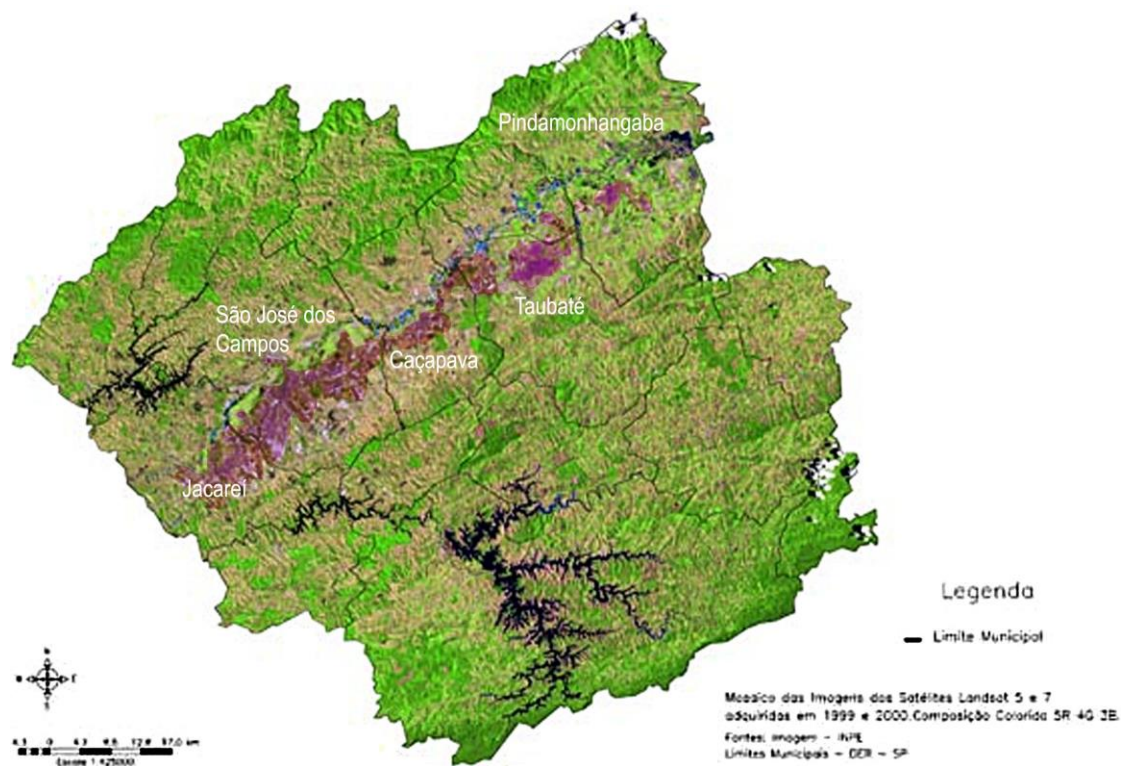


Figura 4 – Foto de satélite das zonas urbanas de parte do Vale do Paraíba Paulista.

Fonte: http://143.107.16.117/123pronto_sites/fau/a_pesquisas/andam/urb/temat/mapas_gd/PG_35.jpg

Na figura 5, pode-se analisar o mapa oficial do governo paulista da RG de Taubaté, sede de uma das cinco RGs da RA de São José dos Campos. Esta RG é a segunda mais habitada e apresenta um conjunto de 10 municípios, totalizando 557.197 habitantes. Sua sede Taubaté com 278.686 habitantes é a segunda maior cidade da região (IBGE, 2011).



Figura 5 – Região de Governo de Taubaté

Fonte: http://143.107.16.117/123pronto_sites/fau/a_pesquisas/andam/urb/temat/mapas_gd/PG_35.jpg.

Este modelo de divisão espacial permite uma melhor compreensão das dimensões da região em estudo. Percebe-se que, em cada RG, existe uma ou mais cidades com características econômicas industriais que exercem um efeito atrativo diante das demais no entorno que ainda apresentam a predominância da economia rural, por meio de melhores oportunidades de colocação profissional e de infraestrutura social por parte do poder público.

Outro fator importante para destacar é a presença constante de núcleos urbanos economicamente industrializados e com grande orçamento público na

formação de uma Região de Governo no estado de São Paulo. No caso da Figura 5, o município de Taubaté aparece na área central do mapa e logo abaixo do município de Pindamonhangaba. Estes municípios concentram a maior parte das indústrias da região e se tornaram centros de atração migratória diante dos municípios vizinhos. Cidades que ainda detêm a predominância da economia rural.

Nestes municípios médios industrializados, a oferta de emprego ou de oportunidade de ascensão econômica não atende a todos aqueles que chegam. Então, semelhante ao que ocorre em outras regiões industrializadas, ocorre a formação bolsões de submoradias, bairros periféricos e suburbanos sem infraestrutura legal e, muitas vezes de recursos urbanos, como vias pavimentadas, água tratada e rede de esgoto, transporte público e outros serviços públicos. Funcionam como destino provisório e até permanente dessa massa de trabalhadores.

2.3.3. A geografia do Vale do Paraíba Paulista

O nome da região se deve ao rio que corta toda sua área central o Rio Paraíba do Sul, que nasce na serra do mar, próximo a divisa dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Não há um consenso entre as fontes consultadas em relação a nascente dos rios Paraitinga e Paraibuna, rios que em sua confluência formam o rio Paraíba. O comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, descreve desta forma:

O rio Paraíba do Sul resulta da confluência, próximo ao município de Paraibuna, dos rios Paraibuna, cuja nascente é no município de Cunha, e Paraitinga, que nasce no município de Areias, ambos no estado de São Paulo, a 1.800 metros de altitude, percorrendo 1.150km até desaguar no Oceano Atlântico, no norte fluminense, na praia de Atafona no município de São João da Barra (CEIVAP, 2010).

O relevo da região é heterogêneo e de formação rochosa é pré-cambriana com mais de 450 milhões de anos, a bacia sedimentar é de formação terciária e quaternária da idade Cenozóica, com menos de 65 milhões de anos.

No centro de oeste a leste há uma depressão, uma bacia sedimentar em forma de várzea, por onde escoam o Rio Paraíba do Sul. Ao norte há a Serra da Mantiqueira, com picos em torno de 2.200m e, ao sul, um vasto mar de morros que se encerra na Serra do Mar.

O litoral atlântico conta ainda com várias planícies e morros até o encontro do território com o mar. O clima é tropical de altitude, porém a RA conta com grandes variações climáticas devido a variação de altitude do mar com relação a montanha. Com temperatura média anual de cerca de 21^o. Entretanto, a RA tem extremos climáticos consideráveis, como -4^o em Campos do Jordão no inverno e máxima de 41^o em Ubatuba.

2.3.4 A demografia valeparaibana

Segundo dados do IBGE (2010) podemos referenciar as condições geográficas do município. O Instituto demonstrou que 272.570 habitantes ou 97,8% da população de Taubaté reside na zona urbana e apenas 6.116 habitantes ou 2,2% permanecem na zona rural do município.

Geograficamente, a zona urbana do município representa cerca de 14,56% do território total. Com um território de 625 km², tem 535 km² de área rural, este espaço constitui uma extensa área verde, porém tem a maior parte de sua arrecadação proveniente da indústria, seguido pelo setor de serviços, sendo a produção rural pouco relevante.

No o Censo IBGE de 2010 o município possui 278.686 habitantes, ocupando a 10^a posição dentre os municípios mais populosas do interior de São Paulo, sendo o 23^o maior município do estado. Os dados da Fundação SEADE de São Paulo aponta em 2011 a população atualizada em cerca de 282.150 habitantes.

Taubaté, segundo os dados pesquisados, apresenta um ritmo de crescimento econômico e demográfico ascendente. A cidade subiu 11 posições no ranking dos municípios mais ricos do país, segundo o IBGE. Em 2006 estava em 64^o lugar e subiu para a 53^a posição em 2007. Em 2006 o valor do Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 5.393 bilhões, já em 2007 esse valor progrediu para R\$ 6.799 bilhões. O que significa aumento na renda per capita de R\$ 19.852 para R\$ 25.610, por ano.

2.3.5. A história do Vale do Paraíba Paulista

Em Guisard Filho (1938) há uma abordagem detalhada sobre a história do Vale do Paraíba Paulista e como começou a ser explorado, logo no início do século XVII, por moradores da vila de São Paulo de Piratininga. Esta região fazia parte da capitania de São Vicente, na época, de posse da condessa de Vimieiro, neta e herdeira de Martim Afonso de Souza. Essas expedições eram organizadas de forma privada na busca de riquezas do sertão.

Em 1628, o bandeirante Jacques Felix recebe provisões para demarcar e construir edificações oficiais como a igreja, a casa do conselho e a cadeia pública, também abriu ruas, construiu um moinho e distribuiu terras para famílias iniciarem a produção agrária na região. Esse empreendimento serviu como base para a fundação de Taubaté, a primeira vila da região, em 5 de dezembro de 1645.

Em Abreu (1991) há uma descrição da história econômica regional. Entre os séculos XVII e XVIII o Vale do Paraíba Paulista era produtor de cana-de-açúcar, gado e produtos de interesse dos habitantes das Minas Gerais. Servia como um importante centro de encontro e comércio de tropeiros, indivíduos responsáveis pelo intercâmbio econômico e cultural entre as regiões do Brasil com as Minas Gerais, grande produtora de ouro e região mais importante do império português no período.

Porém, fora no segundo quartel do século XIX que a região conheceu o café, cultura que contribuiu substancialmente com a prosperidade econômica e modificou a estrutura da maioria das cidades. A riqueza do café trouxe alguns elementos modernizantes, como a estrada de ferro e a construção de obras de urbanização para as crescentes cidades.

Contudo, a mão de obra destinada para a produção cafeeira era basicamente escrava. Enquanto o governo do Brasil proibia o tráfico de escravos, a demanda por força de trabalho escrava crescia no Vale do Paraíba. No último quartel do século XIX, a produção cafeeira sofreu revezes em virtude da melhor produtividade e competitividade da região oeste do estado de São Paulo.

No Brasil, mas especificamente no estado de São Paulo, o café se tornou o principal elemento da economia brasileira entre os séculos XIX e XX. Concluí-se, que a produção cafeeira fora a mais importante forma de produção econômica

entre os anos de 1840-1930. Os recursos oriundos da produção e da comercialização do café sustentaram boa parte dos gastos públicos do governo federal, estadual e enriqueceu os municípios produtores, além de formar uma elite rural que investiu muitos recursos para incrementar a estrutura urbana e até industrial.

2.3.6. O café e a urbanização no Vale do Paraíba Paulista

O Vale do Paraíba Paulista exerceu um importante papel na economia brasileira durante o terceiro quartel do século XIX por ser o maior produtor de café. Ricci (2006) relata as alterações da produtividade entre as cidades valeparaibanas apresentando os momentos de ascensão e queda da produção cafeeira entre as regiões produtoras. Enquanto as cidades mais ao leste, próximas a fronteira com o estado do Rio de Janeiro, apresentaram queda na produção a partir da segunda metade do século XIX e mantiveram-se estáveis nas primeiras décadas do século XX, as cidades da região central e a oeste do Vale do Paraíba Paulista apresentaram crescimento da produção e, em alguns casos, até após a grande crise de 1929.

Muitos motivos são apresentados para o declínio da produção cafeeira do Vale do Paraíba Paulista, entre eles o desgaste do solo por causa do uso intensivo e a falta de recursos tecnológicos. A ocupação dos territórios a oeste do estado de São Paulo foi rápida e intensiva, devido ao solo e relevo mais apropriado, estrutura administrativa e produtiva mais moderna e da força de trabalho assalariada.

Sem condições de competir com a produtividade e lucratividade do café produzido no Oeste paulista, algumas regiões do Vale do Paraíba como Bananal, Areias, São José do Barreiro e Jacareí apresentaram uma grande diminuição da produção cafeeira. Em contrapartida, municípios como Lorena, Guaratinguetá, São José dos Campos e Taubaté conservaram a produção cafeeira até as primeiras décadas do século XX. Porém, a representatividade da produção destes municípios no quadro estadual de produção de café caiu de 86,50% na década de 1830, para 1,71% na década de 1930 (RICCI, 2006, p.36).

Podemos afirmar pelos dados acima que, de fato, aqueles municípios da região, amplamente reconhecidos pelos estudos na bibliografia sobre o café, por terem os seus grandes produtores, como Bananal e Areias, tiveram sua produção acentuadamente reduzida, chegando ao ano de 1935 com uma redução de 97,5% e 86,4%, respectivamente, comparado ao ano de 1854. No entanto, alguns municípios mantiveram sua produção elevada, destacando-se Taubaté. Este município produzia em 1935 o mesmo que em 1854. Sendo que, a partir de 1900, passou a ser, com produção de 600.000 arrobas, o maior produtor regional (RICCI, 2006).

As mudanças na produtividade regional desencadearam um processo de migração regional como podemos observar em Ricci (2006). Enquanto algumas cidades diminuía a produtividade e passavam por um esvaziamento demográfico, outras regiões que obtiveram aumento da produtividade de café receberam grande fluxo de migrantes, como podemos observar na tabela 2:

Tabela 2 – Evolução da População do Vale do Paraíba Paulista.

<i>Municípios</i>	Números absolutos			
	<i>1854</i>	<i>1886</i>	<i>1920</i>	<i>1935</i>
Areias	11.663	25.661	22.147	23.635
Bananal	—	17.654	11.507	12.932
Guaratinguetá	13.714	25.632	43.101	38.838
Jacareí	9.861	16.565	25.363	31.300
Lorena	10.306	40.344	52.079	57.689
Paraibuna	7.261	17.683	32.216	26.783
Pindamonhangaba	14.645	25.084	43.183	40.284
São José dos Campos	6.935	17.906	30.681	31.606
Taubaté	22.307	40.624	85.433	68.040
Outros Municípios	41.249	87.522	131.361	136.114
Total da Região	137.941	314.675	477.071	467.221

Fonte: Ricci, 2006, p.41

Além do aumento significativo da população nas cidades de Guaratinguetá, Taubaté, São José dos Campos e Jacareí, coincidentemente nestes municípios, foram organizadas empresas industriais, principalmente do setor têxtil. Portanto, durante as primeiras décadas do século XX, esses municípios promoveram um

considerável crescimento urbano com descreve Ricci (2006, p.42): “no entanto, o fato mais importante é que, com a decadência da cafeicultura, a mão de obra utilizada na lavoura migrou para as cidades”.

A constituição da classe operária nestas cidades teve sua ação transformadora no tecido urbano, como Lefebvre (2008) descreve como fase de transição entre a cidade comercial e a cidade industrial, no período de tempo anterior a explosão/implosão da urbanização extensiva provocada pela Revolução Industrial.

Em Ricci (2006) encontramos referências que indicam a precoce urbanização demográfica no município de Taubaté elencados a vários motivos, como a manutenção da produção cafeeira e condições de comercializar sua produção com relativo sucesso, formação de uma classe operária industrial e comercial, também do incremento da classe média urbana, composta por funcionários públicos, prestadores de serviço e profissionais liberais.

O autor cita ainda que devido ao aumento demográfico urbano e da complexidade das classes sociais, surgiu um pequeno, mas ativo modelo capitalista de sociedade, formado por um mercado consumidor local, funcionava como um objeto motivacional para empreendimentos econômicos nos setores comerciais, industriais e de prestações de serviços.

Sobre a urbanização de Taubaté pode-se observar no texto de Ricci (2006) que o processo de urbanização da cidade foi fundamental para o desenvolvimento de um mercado de consumo. Também, como incentivo para a formação de uma estrutura comercial e industrial mais diversificada conforme as necessidades apresentadas pelo mercado:

Examinando-se mais detidamente o perfil populacional, observamos um processo de urbanização crescente. Taubaté apresentava um índice de população urbana de 59,7% em 1934. [...] essa população, particularmente a parcela urbana, gerou necessidades de consumo, tais como roupas, calçados, chapéus, gravatas, cobertores etc., que só seriam atendidas com a produção industrial (RICCI, 2006. p.42).

A relação do café e da industrialização fica evidente em Dean (1971), as fábricas foram beneficiadas pela infraestrutura construída pela burguesia cafeeira e, mesmo em regiões decadentes, esta condição favoreceu a instalação de

empresas que se aproveitaram da lacuna econômica para servir como alternativa viável para investimentos de excedentes de capital, como foi o caso da Companhia Taubaté industrial – CTI, uma das maiores indústria têxteis regionais. Investidores capitalistas da capital federal e do município de Taubaté, com excedentes econômicos, muitas vezes provenientes da cultura cafeeira, contribuíram para a construção e com a manutenção, ao longo do tempo de sua existência de cerca de um século (RICCI, 2006).

Historicamente, Taubaté tornou-se um município rico para os padrões brasileiros da virada do século XIX para o século XX. A arrecadação municipal proporcionava condições para investimentos urbanos na tentativa de modernização da cidade.

Quanto mais a produção de café aumentava, mais a cidade crescia e desenvolvia meios alternativos para dinamizar e até diversificar a economia. O emprego na cidade e no campo cresceu e a migração regional elevou a população. A diversificação econômica da cidade e a aglomeração demográfica foi importante para minimizar os efeitos da crise.

Nos anos de 1940, as duas principais indústrias de Taubaté, a Companhia Taubaté Industrial (CTI) e a Fite Juta juntas, empregavam mais de 5.000 indivíduos. A oferta de emprego nas fábricas, no comércio e na produção cafeeira específica de Taubaté e a decadência da produção de cafeeira de outras cidades próximas, foram importantes elementos de atração populacional, contribuindo para que a cidade se tornasse o principal centro urbano e econômico da região do Vale do Paraíba Paulista.

2.3.7. A industrialização a partir de 1950

Durante os anos de 1950 os investimentos estrangeiros na indústria chegaram ao Vale do Paraíba Paulista por meio do transbordamento do centro maior que era São Paulo. Outros fatores que motivaram os investidores pela região foi à proximidade com os dois grandes centros econômicos do país, Rio de Janeiro e São Paulo e a infraestrutura energética, de transporte pela estrada de ferro Central do Brasil e pela Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra que facilitavam o transporte de matéria prima e também, o escoamento da produção

industrial e de telecomunicações. A região se tornou uma válvula de escape para a intensa industrialização e urbanização da região metropolitana de São Paulo (TRAJANO, 2009, p.105).

Um fator importante para atrair esses investimentos industriais foi uma série de benefícios fiscais e de infra-estrutura oferecidos pelas prefeituras. Abaixo, podemos perceber algumas das empresas que se instalaram na região:

Durante a década de 1950, o Vale do Paraíba paulista recebeu vultuosos investimentos, tanto estatais quanto das empresas privadas multinacionais. Esses investimentos estavam concentrados em duas grandes cidades: São José dos Campos e Taubaté. Em São José dos Campos, com a chegada das empresas Rhodia (1946), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) (1950), Johnson & Johnson (1953), Ericsson (1954) e Tecelagem e Fiação Kanebo (1956). Em Taubaté, o destaque foi a IQT – Indústrias Químicas de Taubaté (1954). (TRAJANO, 2009)

Contudo, como podemos analisar, o processo de industrialização passou por transformações durante o século XX e a condição de centro econômico regional se deslocou para o município vizinho de São José dos Campos a partir do final dos anos de 1960, durante o chamado Regime Militar brasileiro como apresenta Villaça (2001).

Esta cidade recebeu investimentos significativos públicos e políticos de grandes proporções, como a refinaria de petróleo, indústria aeronáutica, centro de pesquisa espacial e meteorológico, e um cluster de bens de consumo duráveis e não-duráveis, sendo considerada no período como área de segurança nacional, como parte de um projeto de formação de novos centros de desenvolvimento (TRAJANO, 2009, p.122).

Entretanto, dentro de sua especificidade, Taubaté intensificou seu processo industrial a partir dos anos de 1950. Beneficiou-se da política desenvolvimentista de Juscelino Kubtschek (1956-1961) e recebeu investimentos multinacionais importantes como a Indústria francesa Mecânica Pesada em 1957 (atual Austom), a indústria automobilística estadunidense Willys Overland em 1959 (atual Ford).

A partir dos anos de 1950 outro fator importante na área de infraestrutura ocorreu, provavelmente dentro da política de incentivar a indústria automobilística, o sistema de transporte de carga brasileiro passou ao longo do tempo, de

ferroviário para rodoviário. Nesta década a cidade ainda recebeu um trecho da rodovia Presidente Dutra, considerada a principal estrada do país, favorecendo a logística para essas indústrias que se instalaram na região.

Nos anos de 1970 o destaque foi a inauguração da Volkswagen e a partir dos anos de 1980 a cidade passou por um intenso processo de modernização urbana baseada no asfaltamento das vias públicas e estradas vicinais de acesso a zona rural do município, construção de redes de água e de esgoto, canalização de córregos e ribeirões, iluminação pública, ampliação da rede de telefonia fixa (Prefeitura Municipal de Taubaté, 2010).

A urbanização no município de Taubaté seguiu uma dinâmica histórica, seguindo as transformações pelas quais o país passou. O modelo industrial foi de grande semelhança com o tema central abordado por este trabalho. O modelo urbano foi o padrão de desenvolvimento adotado pelos governos municipais ao longo do período a partir dos anos de 1950.

2.3.8. A relação da indústria com a urbanização em Taubaté

O paradigma do desenvolvimento industrial tecnológico, como forma de alcançar a elevação das condições de vida da população, é elemento motivador da expansão industrial. como Lefebvre (2008), Monte-Mór (2006) e Veiga (2004) entre outros citados nesta pesquisa afirmam, este paradigma, na maioria das vezes, gerou algo comum no capitalismo, a desigualdade social e graves problemas ambientais.

Portanto, a velocidade do crescimento urbano na cidade é considerado acima do restante do país. Na RA de São José dos Campos, Taubaté é a segunda cidade em ritmo de crescimento demográfico, econômico e social, ficando atrás somente da sede. Como pode-se observar na Tabela 3, Taubaté, como sede, representa cerca da metade da população da RG com 10 municípios. Além de ser o maior município, também é o mais urbanizado, sendo que a população urbana só de Taubaté representa mais de 50% da área urbana da RG.

Quando se analisa os dados da representatividade da RG de Taubaté na participação populacional rural, percebe-se o inverso. A população da RG é

menor que um terço do total regional. Dado que demonstra a característica urbana do município.

Tabela 3 – Dados comparativos da RG de Taubaté, do estado de São Paulo e do Brasil.

TAUBATÉ			
DADOS COMPARATIVOS - MUNICÍPIO REGIÃO DE GOVERNO DE TAUBATÉ			
Município	R. G. Taubaté		
POPULAÇÃO TOTAL (hab)	244.165	49,59%	492.334,00
POPULAÇÃO URBANA (hab)	229.855	51,00%	443.768,00
POPULAÇÃO RURAL (hab)	14.310	29,47%	48.566,00
ÁREA DO MUNICÍPIO (km ²)	625,90	14,78%	4.236,10
ÁREA URBANA (km ²)			
ÁREA RURAL (km ²)			

DADOS COMPARATIVOS - BRASIL/ESTADO DE SP			
	BRASIL	ESTADO SP	ESTADO SP
TAXA DE CRESCIMENTO (% aa)	1,63	2,02	2,61
TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	81,23	93,41	94,14
PIB municipal per capita (R\$)	4.958,85	6.115,66	7.732,93
IDHM	0,757	0,785	0,814
		REGIÃO DE TAUBATÉ	ESTADO SP
			0,837

Fonte: http://143.107.16.117/123pronto_sites/fau/a_pesquisas/andam/urb/temat/cartografia/vale/taubate.php

A Tabela 3 trata ainda da questão da taxa de crescimento demográfico com dados comparativos interessantes para complementar à análise do processo de urbanização da RG de Taubaté. Este município apresentou uma taxa de crescimento demográfico bem acima da média estadual e nacional entre as décadas de 1970 a 2000. Enquanto a taxa de crescimento nacional foi fixada em 1,63%, a do estado de São Paulo fixou em 2,02% e a do município de Taubaté fixada em 2,61%.

Outro dado interessante diante dos parâmetros regionais é a questão dos índices de urbanização. O índice de urbanização da cidade de Taubaté esta fixado em 94,14%, cerca de 15,89% acima do índice nacional e um pouco acima da média estadual. Com um índice de desenvolvimento humano fixado em 0,837,

valor acima dos apresentados pelo país e pelo estado de São Paulo no mesmo período.

Os dados econômicos da RG de Taubaté também apresentam índices que demonstram as diferenças em relação aos do município. Essas diferenças econômicas apresentadas na Tabela 4 podem ser interpretadas como características que confirmam o grau de industrialização e de urbanização de Taubaté.

A diferença entre o PIB do município sede com a dos outros municípios da RG de Taubaté colabora ainda mais para a análise do processo de industrialização. Enquanto a sede da RG apresenta índice de participação no PIB no setor agropecuário em 1,10% os outros municípios apontam 18,80%, um dado que demonstra a redução da capacidade rural em relação aos outros setores da economia, como por exemplo, a indústria. Este setor 41,40% de participação no cálculo do PIB de Taubaté, enquanto os demais municípios 24,97%. Já no setor de serviços percebe-se um empate entre a sede e as outras cidades da RG.

O processo de industrialização e de urbanização de Taubaté, além de apresentar precocidade em relação ao resto do país, chegou a um índice de quase totalidade na demografia urbana. Se nos anos de 1930 a população urbana de Taubaté chegou a mais de 57% (Ricci, 2006) o crescimento urbano seguiu sistematicamente ao longo da história e se elevou ao índice a 97,8% (IBGE, 2010).

No figura 6, é possível perceber o quanto a urbanização da cidade se intensificou. A política desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek favoreceu a região em relação à intensificação do processo de industrialização e, conseqüentemente, de urbanização extensiva.

A explosão e implosão urbana, resultante da grande massa de indivíduos atraídos pelo emprego e do ideal de melhores condições de vida na cidade, ocorreu a partir dos anos de 1960, fomentada pela continuidade da política de modernização por meio da industrialização, durante o governo militar.

As indústrias que se instalaram na RA de São José dos Campos entre os anos de 1970 e 1980 atraíram ainda mais as famílias de trabalhadores para o centro urbano. Na figura 6, pode-se perceber o crescimento da área urbana do município de Taubaté entre os anos de 1970 e 2000.

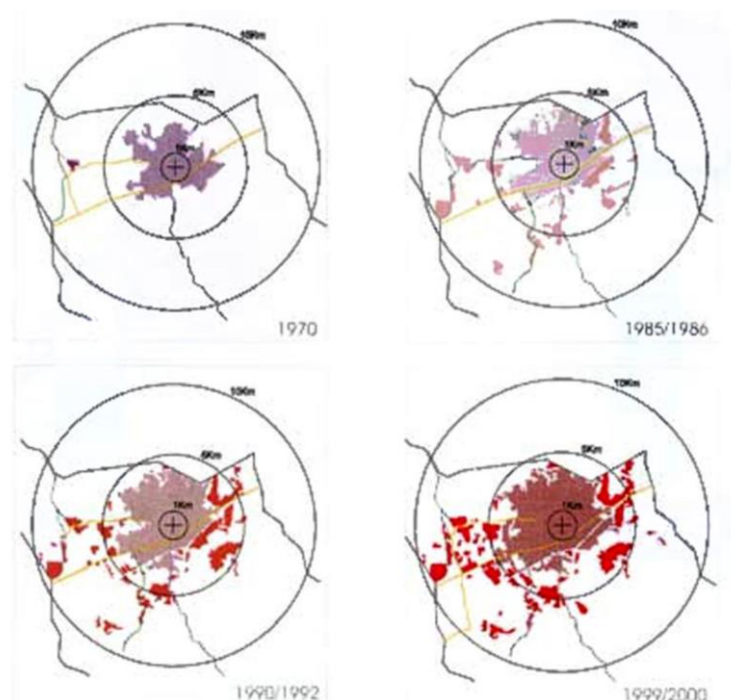


Figura 6 – Crescimento Urbano do município de Taubaté entre 1970 a 2000.

Fonte: http://143.107.16.117/123pronto_sites/fau/a_pesquisas/andam/urb/temat/cartografia/vale/taubate.php

Em Vieira (2009), o autor aborda a superioridade do município de São José dos Campos na captação de recursos e de atração de indústrias multinacionais para sua cidade. Até os anos de 1960 a cidade de Taubaté ocupava a posição de destaque entre os municípios do Vale do Paraíba Paulista.

A onda migratória que até os anos de 1950 tinha como destino a cidade de Taubaté passou a preferir São José dos Campos, devido às oportunidades de emprego nas indústrias. Contudo, como citado, Taubaté manteve seu ritmo de crescimento demográfico e industrial.

Apesar de todos os recursos econômicos, a cidade de São José dos Campos não conseguiu desenvolver um modelo de gestão pública que melhorasse a qualidade de vida para todos os seus habitantes. Enquanto a arrecadação aumentava, o volume de migrantes era maior do que a oferta de empregos. Outro fator problemático foi o déficit habitacional, milhares de trabalhadores de baixa instrução se aglomeraram em áreas próximas ao centro, formando as primeiras favelas.

Em Taubaté as políticas de atração de investimentos não obtiveram o mesmo sucesso na captação de recursos e de incentivos fiscais para a instalação

de indústrias. Porém, o crescimento demográfico e industrial também gerou uma intensa urbanização conforme os dados analisados.

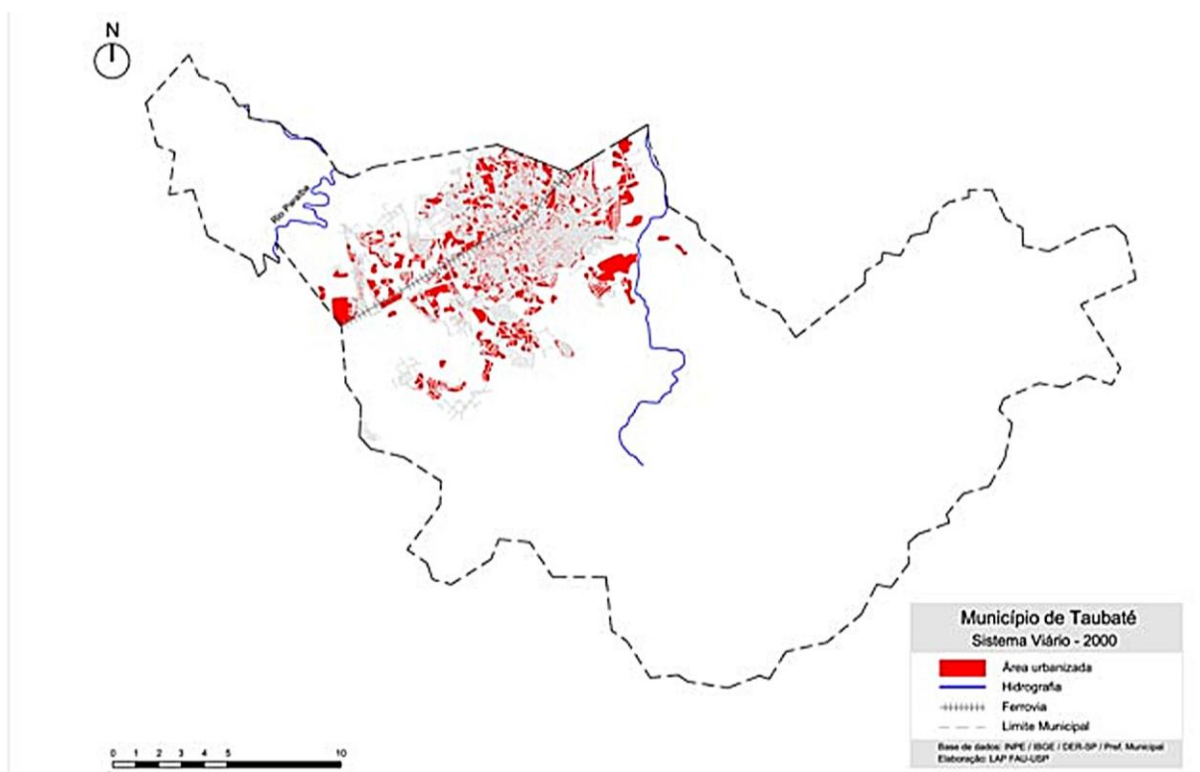


Figura 7 – Mapa do município de Taubaté. Áreas urbanas e sistema viário.

Fonte: http://143.107.16.117/123pronto_sites/fau/a_pesquisas/andam/urb/temat/mapas_gd/PG_35.jpg

O mapa da Figura 7 traz imagens importantes para aferir o quanto do território espacial do município já foi ocupado pelo processo de urbanização. Percebe-se ao observar as áreas vermelhas do mapa que a extensão da rodovia Presidente Dutra e da linha férrea estão quase completamente tomados de sudoeste a nordeste do município. Acrescentam-se ainda os dados do Censo do IBGE de 2010, no qual apresenta um crescimento de cerca de 16% em relação aos dados de 2000. Portanto, com aproximadamente 40.000 habitantes a mais a densidade urbana tornou-se ainda mais intensa.

Conclui-se que o processo de urbanização do município de Taubaté aparenta uma grande relação com o processo de industrialização global. Existe uma ligação entre o crescimento do parque industrial e o incremento do comércio e da urbanização.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de pesquisa

Dentre os conceitos estabelecidos sobre pesquisa científica, percebe-se que o tema é complexo e varia conforme a interpretação ou aplicação do trabalho. Segundo Marconi e Lakatos (2010), não há um consenso entre os estudiosos para conceituar o termo.

A pesquisa deve ser planejada de acordo com seu objetivo, baseada teoricamente em fontes que permitam a construção de um bom alicerce para a investigação de um problema. No caso das ciências sociais, a pesquisa auxilia e contribui para encontrar soluções ou respostas para problemas e questões que fazem parte da natureza humana e suas relações como o meio em que vive.

Utilizando a classificação de Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa se encontra no “campo da pesquisa social”. Este campo de pesquisa é um processo que busca obter novos conhecimentos sobre a realidade social por meio de métodos científicos. Neste trabalho, abrange-se uma população e um grupo territorial, um estudo da demografia e população de uma comunidade rural.

O tipo de pesquisa será quantitativa e qualitativa. Pretende-se realizar um histórico demográfico sociocultural por meio da análise quantitativa do formulário de dados aplicado nos habitantes do bairro. Além deste meio de coletas de dados, recorreremos a relatos realizados por moradores durante a aplicação do formulário, associado a interpretações de imagens fotográficas e o ponto de vista adquirido pela simples observação.

Esta pesquisa busca no conjunto dos meios de coleta de dados gerar uma visão multidisciplinar da questão da urbanização do campo, em específico, aos fatores culturais dos habitantes do bairro Monjolinho em Taubaté – SP.

3.2 População e Amostra

Conforme a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, vinculada a Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional do

Estado de São Paulo, existem três classificações regionais: Regiões Metropolitanas (RM), Regiões Administrativas (RA) e Regiões de Governo (RG).

Além desta forma de classificar e subdividir o estado, a Constituição de 1988 estabeleceu o conceito de microrregião. Este espaço geográfico consiste em um agrupamento de municípios limítrofes, cuja finalidade é integrar ações voltadas ao planejamento e execução de políticas de interesse comum. Contudo, algumas microrregiões do país não seguem integralmente esta definição. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, também faz uso de desta divisão política, para fins de dados estatísticos.

Neste estudo fora determinado o método SEADE de classificação regional. Portanto, consideramos o espaço geográfico denominado como Região de Governo de Taubaté. Segundo o IBGE (2010), esta região abrange 4.238 km², ocupada por 557.197 habitantes, distribuídos em dez municípios: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé. Esta região se configura como o universo de pesquisa deste estudo.

O objeto central deste trabalho é o bairro do Monjolinho, território parcial do Bairro do Sete Voltas, encontra-se a sudeste do município, há cerca de 20 km do centro da cidade de Taubaté. O acesso é constituído por estradas vicinais asfaltadas entre o bairro do Três Marias e o bairro do Registro, às margens da Rodovia Osvaldo Cruz e também por estradas rurais que o ligam a outros municípios como Lagoínha e Pindamonhangaba.

O bairro do Monjolinho, conta com cerca de 130 famílias e aproximadamente 600 habitantes, não tem uma delimitação territorial precisa pelo poder público municipal. O Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Município de Taubaté aponta em seus arquivos que a região em estudo faz parte do Bairro do Sete Voltas, uma área extensa de cerca de 100 km², a qual foi tomada como referência para a pesquisa de campo.

A amostra se baseou em dados disponibilizados pela escola municipal, pelos estabelecimentos comerciais e pelo assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) Manoel Neto que fazem parte do bairro.

3.3 Instrumentos

O instrumento utilizado pelo estudo foi um formulário contendo um campo para identificação do entrevistado, como: ocupação profissional, idade, tempo de habitação, número de moradores e sexo. Também, apresenta dez questões fechadas para levantamento de dados sobre: atividades econômicas, de transporte, culturais e ambientais. Os dados obtidos com o formulário constitui a parte quantitativa da pesquisa.

Além do formulário, foram utilizados outros meios de coleta de dados nesta pesquisa, que constituíram a etapa qualitativa de dados, como: relatos feitos pelos moradores durante a pesquisa de campo; registro fotográfico de cenas do cotidiano local; além de descrever características pela simples observação, sem interação com o meio.

3.4 Plano para coleta de dados

Para a coleta de dados, partiu-se da necessidade de elencar os critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos deste estudo, as 130 famílias, totalizando 566 pessoas que fazem parte do bairro. Os critérios de inclusão são:

- Residir no bairro do Monjolinho há pelo menos 1 ano,
- Ter mais de 18 anos,
- Ser responsável ou chefe do núcleo familiar,
- Concordar em responder as questões do formulário, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APENDICE A).

Portanto, os critérios de exclusão são antagônicos aos critérios de inclusão. Para a coleta de dados, o projeto de foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté e provado sob o protocolo nº 402/11, aprovado em 09 de setembro de 2011.

Para o pré-teste e a realização da pesquisa foram respeitados os preceitos éticos, em que o anonimato será preservado, bem como minimizar quaisquer tipos de danos aos indivíduos, de acordo com os preceitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Em todos os momentos da pesquisa foram esclarecidos o objetivo da pesquisa e a necessidade de consentimento para realização da pesquisa, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e também o esclarecimento que o sujeito não seria identificado em nenhum momento da pesquisa.

Para a aplicação dos formulários o contato inicial com os sujeitos de pesquisa se deu por meio da busca ativa dentro do bairro, fase que durou aproximadamente 2 meses. Quando ocorreu, paralelamente, o registro de relatos e fotografias, bem como da simples observação.

3.5 Plano para análise de dados

O plano para a análise dos dados seguiu logo depois de encerrada a coleta dos dados. Realizou-se a codificação dos dados e das respostas do formulário, Portanto, o conjunto de informações e os dados obtidos nos questionários, foram submetidos à tabulação em meio eletrônico por meio do programa Excel do pacote Office da Microsoft.

Para a análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva, que teve o intuito de condensar e apresentar os dados de forma organizada. Na qual foram executados cálculos estatísticos, por meio de números absolutos, médias e porcentagens.

Os dados foram apresentados em tabelas e figuras gráficas. Por último, utilizou-se os relatos dos sujeitos, as fotografias e os dados da observação para dar consistência aos dados estatísticos.

4 Resultados e Discussão

Após a aprovação do formulário para a coleta de dados pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté sob o protocolo nº 402/11 de 09 de setembro de 2011, foi dado início o processo de captação das informações necessárias para a continuidade deste trabalho. O formulário, contendo dez questões fechadas, permitiu que fossem apresentados números quantitativos referentes à economia e à cultura do bairro do monjolinho em Taubaté.

O processo de captação de dados foi realizado ao longo de outubro de 2011 a fevereiro de 2012, em virtude da dificuldade de acesso às famílias que vivem distantes uma da outra, já que a região é rural e os caminhos e seus habitantes nem sempre estão disponíveis, recorreu-se ao auxílio dos munícipes locais para a delimitação do território e área a ser pesquisada.

O objeto de ação para a aplicação do formulário foi à pressuposta totalidade das 130 famílias, com cerca de 600 habitantes do Bairro do Monjolinho. Portanto, além das casas e propriedade ao longo do bairro, utilizaram-se ainda os indivíduos presentes no comércio, na escola e no Assentamento do MST no bairro. Tudo com a intenção de aproximar-se ao máximo da totalidade das famílias que habitam a região visando melhorar o grau de confiança dos dados adquiridos.

Segundo o IBGE (2010), o município de Taubaté mantém apenas 2,2% de sua população na zona rural, apesar do território urbano representar 14,56% do total de 625 km² da área da cidade. A economia da cidade é variada e sua maior arrecadação é proveniente da indústria. O Instituto traz que dos 278.686 habitantes, 6.116 vivem no campo. Dados que descrevem o desestímulo das políticas públicas de incentivar a manutenção e ampliação da população rural, algo comum em outras regiões do país e a intensa urbanização do município.

O bairro do Monjolinho constitui uma comunidade rural a cerca de 20 km do centro urbano do município de Taubaté. Seu território faz parte do bairro do Sete Voltas, localizado na zona leste da cidade. O relevo do bairro é acidentado, repleto de morros e serras por estar localizado na região do mar de morros do município.

A altitude é mais elevada, se o centro da cidade esta a 580 metros acima do nível do mar, o bairro esta aproximadamente a 750 metros de altura. É nesta região que se encontra o ponto mais alto do município, o Morro do Cruzeiro com 1.207m de altitude. Devido a altitude, o clima do bairro é mais frio do que o restante do município. A imagem da figura 8 pode-se observar a localização geográfica do bairro do Monjolinho.

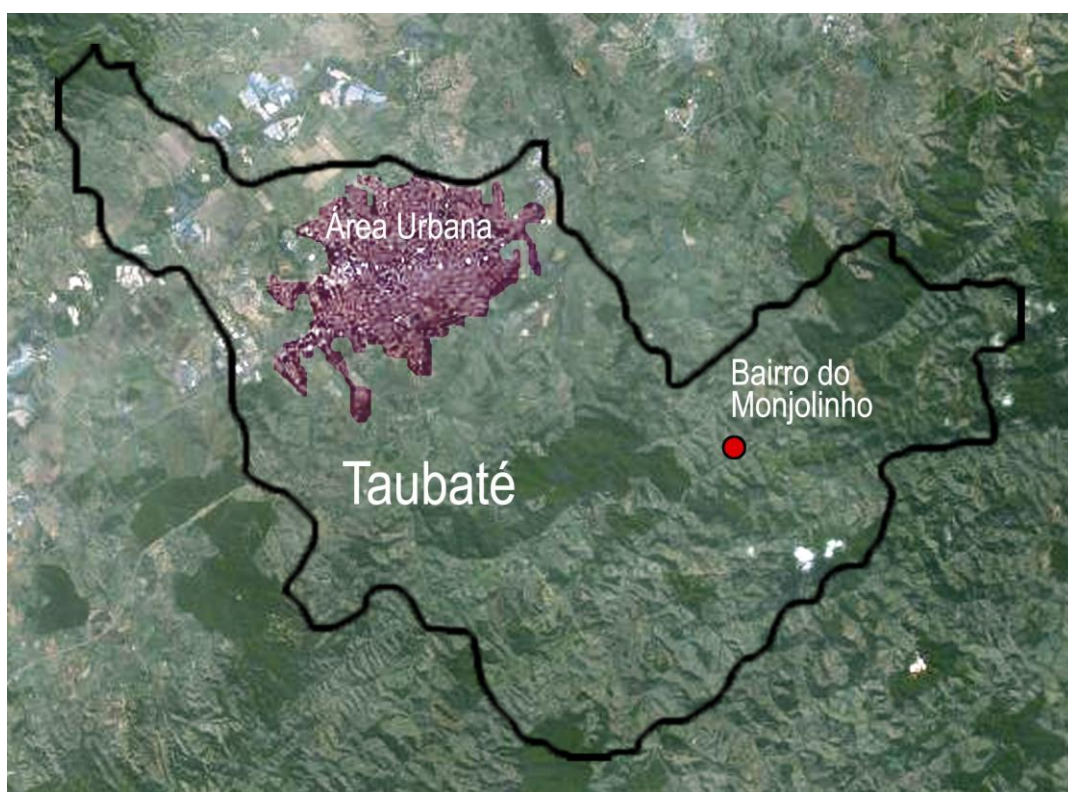


Figura 8 – Foto de satélite de Taubaté. Destaque da área urbana e do Bairro do Monjolinho.

Fonte: Google Maps. Adaptado por mim. Acesso em 27 de julho de 2011.

A economia do bairro passou por transformações ao longo do tempo. A ocupação econômica da região é antiga, as primeiras fazendas de cana-de-açúcar e de gado se instalaram no século XVIII, segundo registros documentais de testamentos (GUISARD FILHO, 1938). No século XIX, o bairro tornou-se produtor de café, seguindo a lógica histórica do desenvolvimento regional. Com a decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba e a crise de 1929, muitas

fazendas foram vendidas e a produção pecuária de gado de leite tornou-se dominante.

A partir da década de 1990, o bairro passou a receber outros tipos de investimentos. A especulação imobiliária abriu loteamentos de chácaras e sítios e a produção rural deu lugar a residências de fins de semana, casas de campo e outras atividades ligadas à zona urbana, como a plantação de eucaliptos para a indústria de celulose, criação de cavalos para competição, produção de hortaliças para os mercados urbanos e áreas de lazer. Hoje, o bairro tornou-se uma extensão dos interesses da cidade semelhante aos exemplos descritos por Lefebvre (2008) nas regiões da Europa Central e dos Estados Unidos.

Como consequência da intensa urbanização de Taubaté, a área rural do município foi valorizada e passou a ser explorada pela especulação imobiliária. Por este ângulo, o campo, como previu Lefebvre (1970) se tornou uma extensão da cidade. A economia urbana invadiu e se apropriou da zona rural em muitos setores. No caso do Bairro do Monjolinho, esta exploração do meio especulativo, desviou boa parte da capacidade produtiva da região para atividades econômicas não agrícolas, como o lazer e a simples condição de moradia em local mais amplo e agradável do que a cidade.

A atividade econômica do campo, segundo o IBGE (2010), representa apenas 1,8% do PIB do município. Conforme a pesquisa de observação realizada entre outubro e novembro de 2010, a economia rural é de baixa produtividade agropecuária. Formas alternativas de empreendimentos econômicos diversificaram a atividade produtiva local. Um conjunto de atividades não-agrícolas, casas de campo e de exploração industrial contituem boa parte do modo de produção do local.

Diante desta situação aparente, não há muito o que se esperar por parte do poder público ou da iniciativa privada do município grandes investimentos que desenvolvam a atividade agropecuária na zona rural. Algo que desestimula tentativas individuais de produção no campo. Outro fatos de desestímulo para os habitantes desta zona rural, são as características físicas do relevo do bairro, situado no mar de morros da Serra do Mar, não é considerado muito adequado para a agricultura e pecuária extensiva devido ao custo em relação a outras áreas do país com relevo e clima mais propícias a estes tipos de atividades.

Apesar dos dados não incentivarem investimentos na produção agropecuária em Taubaté, a região de governo conta atualmente com três assentamentos agrários, resultantes da luta do MST nos anos de 1990 e 2000. O INCRA desapropriou e concedeu duas áreas para assentamento em Taubaté: a comuna Olga Benário e a Manoel Neto, além de um terceiro em processo jurídico legal em área vizinha ao Bairro do Monjolinho.

A presença do assentamento do MST no bairro gerou desconfiança entre parte dos moradores. Relatos realizados durante o tempo de convívio na aplicação da pesquisa deixaram pistas sobre certo preconceito por parte de alguns indivíduos. Para preservar a identidade e a privacidade dos moradores não revelaremos seus nomes e simplesmente apresentaremos os comentários identificados por letras.

Segundo relato da assentada M: *“o povo daqui não gosta da gente, eles acham que nós somos todos ladrões, tem gente ruim, como em todo lugar, mas a maioria do povo é trabalhador”*. Este relato se encaixa no que foi observado no local durante a pesquisa. Quando perguntado nas redondezas sobre a localização do assentamento, percebeu-se um desconforto por parte de algumas pessoas ao se referir do local.

Na escola, alunos adolescentes integrantes de famílias do assentamento são frequentemente molestados moralmente. Durante a pesquisa de observação na escola pública do bairro percebeu-se algumas situações como brincadeiras e insultos com relação à posição social dos indivíduos do MST.

Apesar das aparentes hostilidades entre os nativos do bairro e os assentados do MST, nenhuma forma de manifestação mais ostensiva foi observada. A receptividade ao pesquisador foi encarada com um pouco de desconfiança, mas após as apresentações a totalidade das famílias abordadas foi de extrema cordialidade.

Nas residências do bairro não foi muito diferente, a receptividade foi também muito cordial. Apesar da aparência econômica um pouco mais abastada de algumas famílias, muitas vivem com pouco, aparentemente melhor que as do assentamento, diante do observado na região. Contudo, neste trabalho não atentamos para a situação econômica das famílias. A pesquisa limitou-se a situações mais comportamentais e atitudinais. Também, por julgar à extensão

quantitativa do tema que poderia levar a outra dissertação. Porém, qualitativamente a questão econômica foi citada por meio da análise das imagens fotográficas, pelos depoimentos voluntários e pela observação.

Com relação às características econômicas do bairro, foi observada uma grande quantidade de propriedades de exploração não agrícolas, como chácaras para locação diária, locais para festas, retiros espirituais, estabelecimentos comerciais, clubes de campo, pesqueiros, pousadas e restaurantes. Nas imagens fotográficas ficaram registradas essas atividades não relacionadas à economia tradicional da zona rural. Na sequência de imagens, podem-se observar placas que sinalizam essas atividades.



Figura 09: Placas indicativas de atividades não agrícolas.

Fonte: dados primários, 2011.

As atividades econômicas não agrícolas, presentes no bairro, não representam que a cultura típica da região esta dando lugar a influências da cidade. Apenas que, da mesma forma com que a vida urbana se transforma ao

longo do tempo, por um processo natural evolução, a vida rural também tende a seguir o mesmo processo evolutivo. O fato de grupos humanos viverem no campo não significa que eles tenham que estagnar em um único modo de produção. Essas imagens demonstram que a atividade econômica do campo esta dinamizada e naturalmente se transformando e se adaptando a outras formas de sobrevivência.

A Imagem 10 traz duas fotografias de residências do bairro que demonstram a diversidade econômica e social das famílias. Na primeira imagem pode-se observar uma casa aparentemente ampla e confortável e na segunda imagem um contraste, uma casa mais humilde do assentamento do MST. Ambas as moradias trazem consigo traços da cultura rural, porém as duas habitações não caracterizam atividades econômicas relacionadas ao campo. Elas são utilizadas apenas como moradia, não havia atividade agrária nas propriedades.



Figura 10: Residências do bairro do Monjolinho.

Fonte: dados primários, 2011.

Uma característica observada no bairro com relação ao status quo dos indivíduos é que mesmo aparentando costumes e hábitos urbanos e terem boa parte do conforto oferecido na cidade, como via pavimentada, transporte público, coleta de lixo e acesso à saúde pública, a maioria dos habitantes do bairro se consideram do campo. Na Figura 9 a resposta foi quase hunamente sobre a condição de ser um habitante do campo.

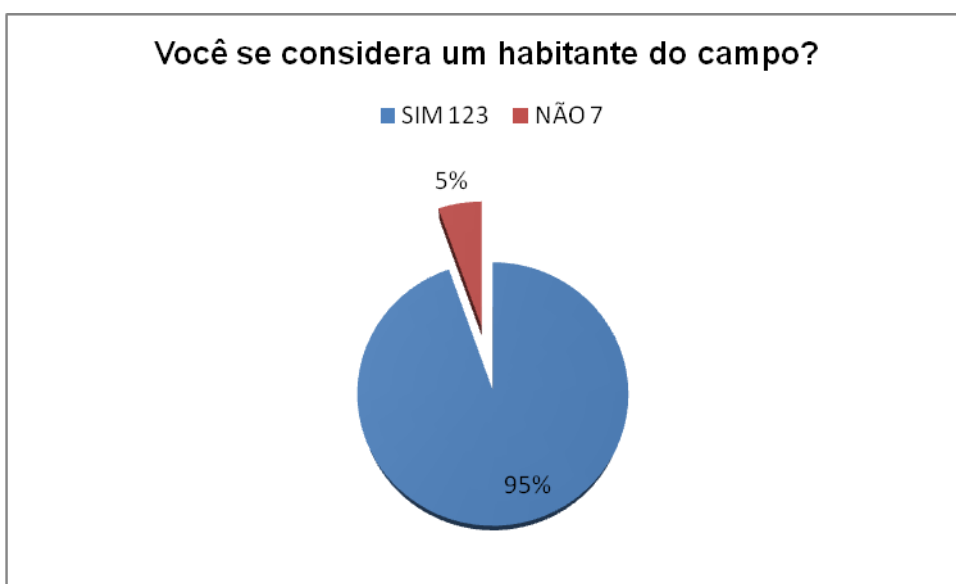


Figura 11: Questão Nº 01 do formulário.

Fonte: dado primário, 2011.

Apesar da grande maioria da população do bairro se considerar um habitante do campo, a dedicação desses indivíduos em atividades rurais esta mais associada ao trabalho assalariado, portanto as moradias, neste caso, são utilizadas como simples moradia.

Na Figura 12 pode-se observar que a atividade produtiva rural é quase nula para 41% das famílias. Contudo, muitos moradores reclamaram a falta de estrutura e de dificuldades de manter qualquer tipo de cultura agrícola ou pecuária na região.

Como descreve Lefebvre (2008) o campo convive com atividades produtivas não agrícolas, como por exemplo, o lazer. Esta atividade econômica se tornou comum nas últimas décadas. Como há diversas propriedades destinadas a atividades não agrícolas, boa parte delas empregam "caseiros", uma prática

comum na região e muitas vezes o homem e a mulher trabalham na propriedade, mas não na produção agrícola.

Nestas propriedades é comum aos homens cuidarem da manutenção externa, como o jardim, os animais, cercas, pinturas, pequenos reparos etc. e as mulheres cuidam da manutenção interna da casa, como limpeza, arrumação e preparação de alimentos. Para 7% das famílias, a propriedade rural atende a atividade do lazer, algo que tende a crescer caso o nível de renda da população da cidade se eleve.

Na região coexistem ainda outras atividades não agrícolas, como comércio, pequenas indústrias, oficinas e prestadores de serviço. Observaram-se várias casas de comércio, como loja de materiais de construção, bares e mercearias, também fábrica de artefatos de cimento, móveis, serrarias e oficinas mecânicas, de serralheria, metalúrgica e propriedades religiosas, que hospedam seus membros em retiros espirituais, semelhante ao descrito por Lefebvre (2008) na França e no interior dos EUA nos anos de 1960.

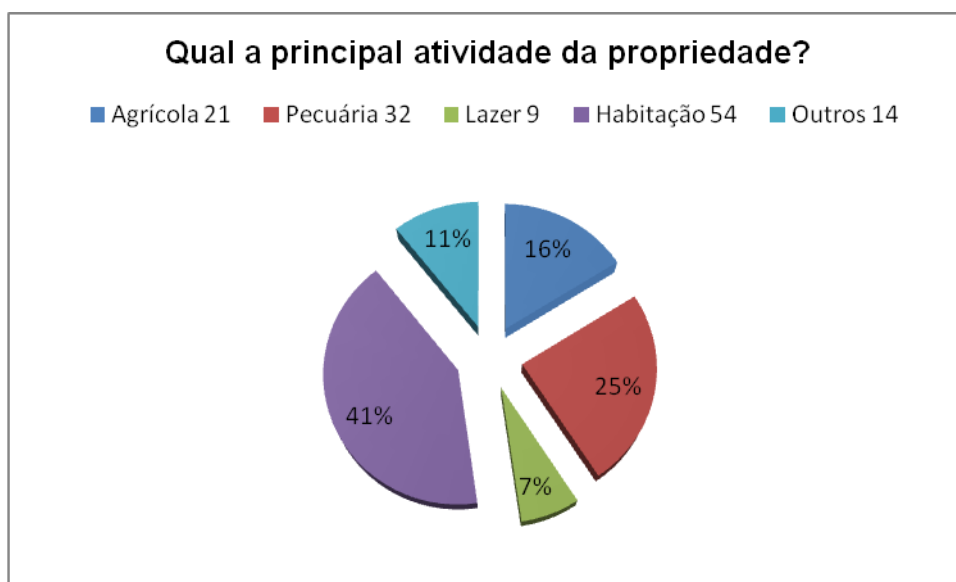


Figura 12: Questão Nº02 do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

Das propriedades pesquisadas foi observado que a atividade agrícola representa 16% do total e a pecuária 32%. A soma das duas atividades

relacionadas ao campo chega a 41%, o mesmo índice das propriedades destinadas apenas como moradia. O lazer, apesar das placas indicativas em vários pontos da estrada fica apenas com 7% das atividades produtivas.

Outro dado abordado pela pesquisa é quanto ao padrão de vida dos habitantes desta região com relação aos meios de transporte. Foi observado que a grande maioria dos habitantes se locomove com recursos próprios, ou seja, são proprietários de veículos automotores. Na Figura 13 percebe-se que para 71% das famílias do Bairro do Monjolinho a locomoção é realizada com o próprio automóvel.

O serviço público de transporte é o segundo meio de locomoção para 25% das famílias. O fato relevante nesta questão é que apenas 1% ainda se utiliza de veículo de tração animal pra a locomoção da família, algo incomum no passado para uma região considerada rural. Visto que a influência da industrialização na questão transporte é quase uma unanimidade. Para os indivíduos em idade escolar, existe uma escola no bairro e o transporte dos alunos é realizado por veículos da Secretaria de Educação do Município de Taubaté com verba do governo federal, por meio do FUNDEB.

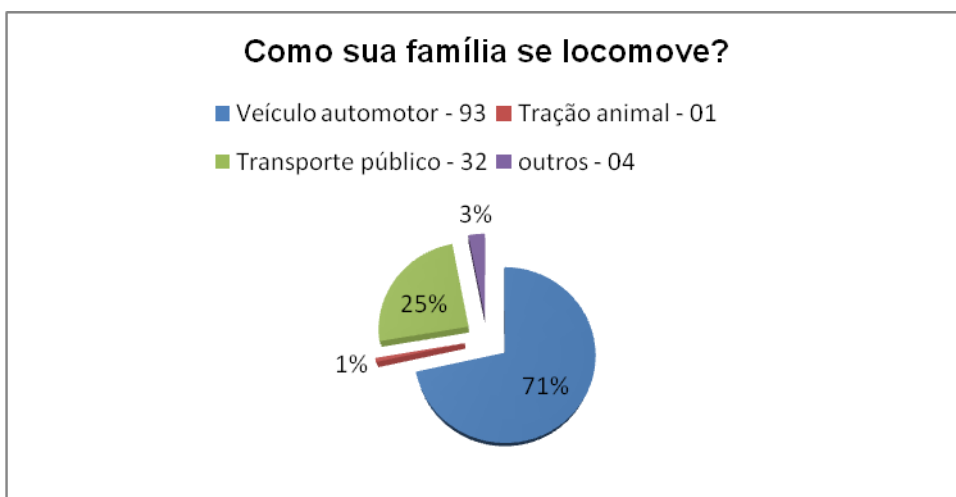


Figura 13: Questão 03 do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

Por meio da observação simples, foi constatado um grande número de motocicletas, principalmente pilotadas por indivíduos de aparência muito jovem,

provavelmente menores de idade. Relatos feitos por alunos da escola pública do bairro, durante a coleta de dados, revelou que muitos adolescentes na faixa de 16 anos de idade já trabalham em atividades do bairro e com seus salários adquirem motos e as utilizam mesmo sem habilitação. Mesmo porque a fiscalização de trânsito no local é bem precária e praticamente não existe.

A economia local, devido às dificuldades apresentadas pelos moradores do bairro, como falta de competitividade da pequena produção familiar de artigos agropecuários em relação a realidade do agronegócio, consiste basicamente em renda proveniente do trabalho assalariado rural ou urbano. Na Figura 12, percebe-se que apenas 19% das famílias vivem e tiram seu sustento da produção agropecuária. A maioria dos trabalhadores, cerca de 70%, recebem seus proventos de salário.

Outro dado apurado com relação à diversidade profissional é a quantidade de pedreiros e ajudantes da construção civil. Foi observado que boa parte deles tem origem rural e mesmo trabalhando na cidade opta em morar no campo para usufruir, segundo relatos, de maior conforto e privacidade. Como afirmou o Sr. J.: *“eu gosto mesmo é de morar na roça, tem mais espaço, é mais saudável e o povo é mais amigo, um ajuda o outro”*.

Na pesquisa realizada no município de Rio Bonito por Candido (2012) em 1954, pequena cidade rural no interior de São Paulo, mesmo há cerca de 60 anos, a situação de cooperativismo comunitário é semelhante. No quarto capítulo do livro, o autor apresenta o apoio e a solidariedade do povo da roça.

Na Figura 14, o formulário aplicado às famílias apresenta um resultado que demonstra o quanto a zona rural segue o modelo da zona urbana no sentido de potencializar os trabalhadores ao mercado. O trabalho rural hoje é bem diversificado. Existem profissões que antes eram típicas da cidade e hoje estão presentes no campo, como por exemplo: metalúrgicos, microempresários, funcionários públicos, comerciários etc. Entre os assalariados incluem trabalhadores de diversas atividades ligadas a terra ou não, também aposentados, pensionistas, prestadores de serviço autônomo, funcionários administrativos, profissionais liberais etc. como se pode observar:

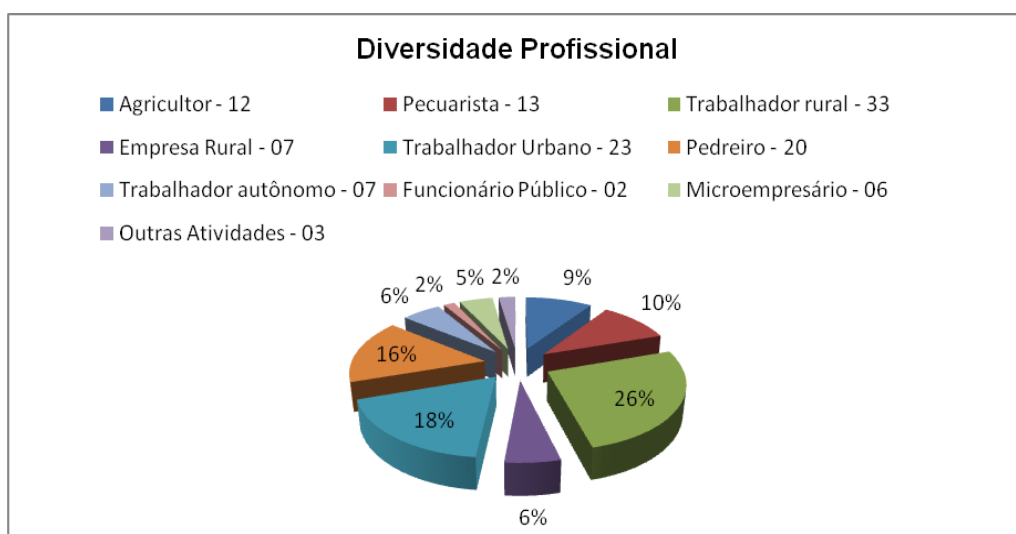


Figura 14: Questão de cabeçalho do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

Foi observado ainda que, existem ainda famílias que recebem proventos do Estado, como auxílios importantes para ajudar a compor a renda. O programa do governo federal Bolsa Família atende as famílias de baixa renda que recebem mensalmente o benefício nas agências da Caixa Econômica Federal ou nas Lotéricas. Porém, este programa é limitado às famílias que mantêm seus filhos até dezessete anos na escola e apresentam renda inferior ao proposto pelo programa.

Todos esses proventos econômicos formam uma comunidade com plenas condições de serem absorvidas para o mercado de consumo da zona urbana. Programas sociais, acesso à rede bancária gera um processo de inclusão desses indivíduos a sistemas financeiros, como cartões de crédito e financiamentos de bens de consumo duráveis e não duráveis. Percebe-se no entorno do bairro o uso ostensivo de antenas parabólicas, aparelhos de televisão modernos, aparelhos de som e, principalmente, o uso de celulares por adultos e adolescentes como descreve Trevisan (2006. p.7-8).

A análise quantitativa da Figura 15 trata da questão da origem do sustento da família. nela é apresentado um índice de 72% de indivíduos que trabalham e recebem seus salários na zona rural e outros 15% trabalham na zona urbana.

Contudo, a renda advinda do trabalho assalariado coloca os trabalhadores do campo e da cidade como consumidores em potencial.

Esses fatores desestimulam o interesse da população rural deste bairro, de gerar a cultura do próprio alimento como observa Monte-Mor (2006). Como a maior parte do tempo útil dos trabalhadores é dedicada ao trabalho assalariado e como o acesso ao transporte é facilitado, existe uma predileção ao consumo urbano de produtos industrializados. O tempo despendido na produção do próprio alimento, mesmo que parcial ao longo da semana, dedicado na formação e manutenção de uma horta ou galinheiro, demanda de muitas horas trabalhadas e requer uma dedicação que, muitas vezes, o custo benefício não é atraente (MONTE-MOR, 2006. p.07). São muitos os fatores que motivam os indivíduos do campo à cultura da sociedade industrial, a modernidade e ao consumismo, como: o acesso ao comércio e, principalmente, aos supermercados. A cidade oferece mais conforto, praticidade, variedade, preço baixo e melhores condições de pagamento, atrativos importantes para quem é assalariado e tem poder de compra. Segundo Le Goff (1998) existe um orgulho de se morar na cidade, o que tornou a sociedade urbana dominante e um agente de transformação dos valores rurais. A praticidade de organizar a vida da família por meio de um rendimento fixo e com garantias trabalhistas se tornou um apelo potencial para atraí-los.

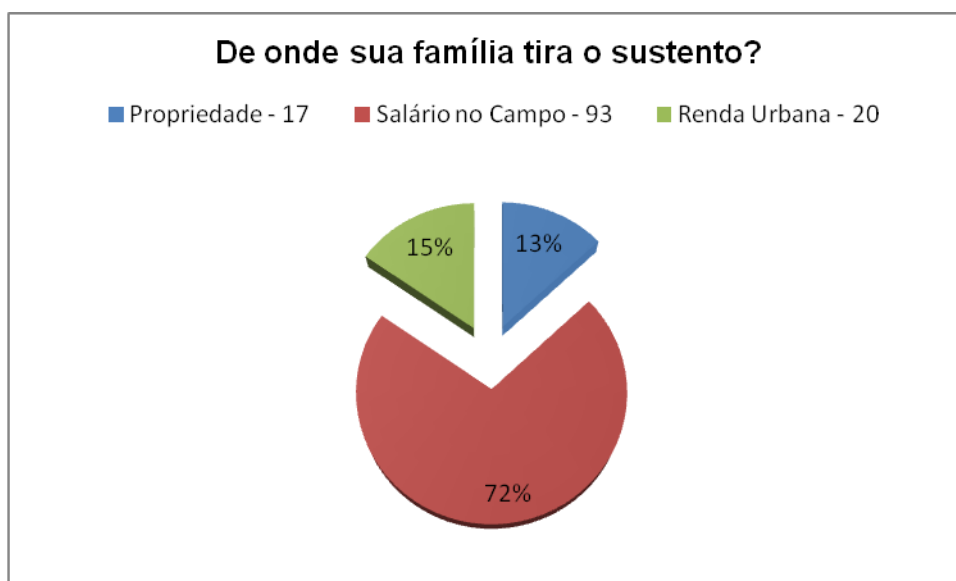


Figura 15: questão Nº 04 do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

Na Figura 16, o gráfico apresenta a questão da alimentação, questionando a origem dos itens que compõe a mesa dessas famílias e aferiu-se que a maioria dos habitantes do bairro do Monjolinho produzem muito pouco para seu sustento em suas propriedades. Durante a pesquisa foi observado nas residências a utilização de produtos alimentícios de origem industrial, como leite longa vida, caixas de ovos e sacolas plásticas de supermercados. Alguns habitantes produzem hortaliças, mandioca, leite, frango e ovos, mas a maioria dos alimentos é adquirida nos supermercados da cidade.

Cerca de um terço dos habitantes do bairro não produzem alimentos para o sustento da família em suas propriedades, a comida que consomem vem dos supermercados da cidade. Mesmo a minoria que declarou produzir a maior parte dos alimentos que consomem, compram arroz, feijão, óleo, café, sal, açúcar, produtos de limpeza e de higiene pessoal e outros produtos industrializados.

A ligação dos habitantes do bairro do Monjolinho com o consumo de produtos industrializados adquiridos na cidade é plena. Podemos concluir que a dependência dos bens oferecidos na zona urbana é um elemento que contribui com as transformações de alguns hábitos e costumes típicos do campo. A região é um cenário de grandes mudanças e a pressão exercida pela sociedade industrial favorece esse processo como demonstra Veiga (2004).

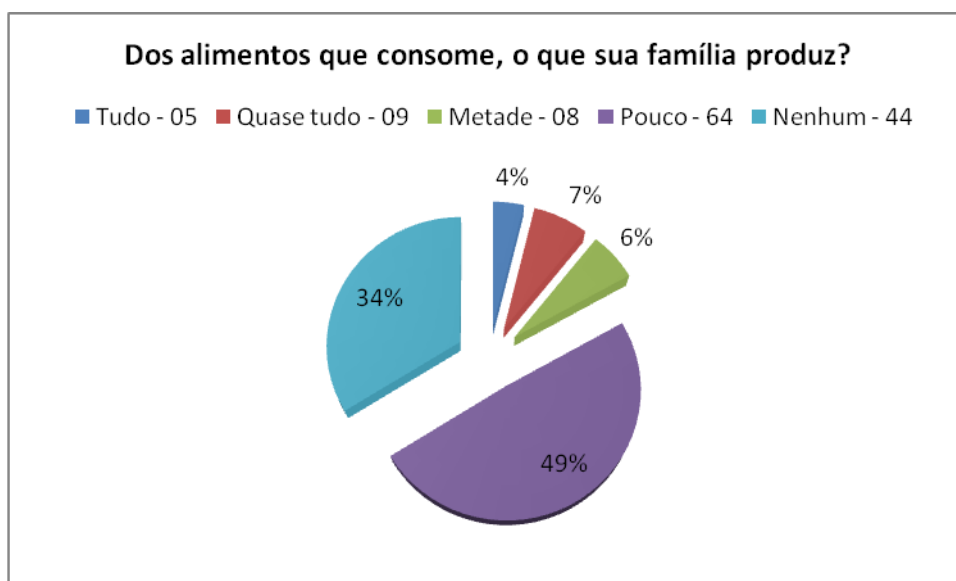


Figura 16: questão Nº 05 do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

O vestuário foi outro fator pesquisado que contribui para o entendimento da influência da cultura da sociedade industrializada no campo. Verificou-se na Figura 17 que 91% das famílias do bairro do Monjolinho consomem as peças do vestuário no comércio da cidade. Percebemos que as roupas e outras peças que compõem o enxoval das famílias, como toalhas de banho, lençóis e toalhas de mesa, são em quase sua totalidade de origem industrial. A grande maioria dos habitantes compra as peças têxteis diretamente no comércio da cidade. Contudo, foi observado e constatado por alguns relatos de moradores, que a produção de parte do vestuário, é apenas uma alternativa e não por necessidade.

O custo da produção do vestuário em casa é mais elevado do que adquiri-los acabados no comércio. Portanto, a maioria das famílias que possuem máquinas de costura em casa a utilizam mais para pequenos reparos do que para a confecção do vestuário. Uma pequena parte das famílias, algumas do assentamento do MST, afirmaram em relatos individuais que recebem doações de populares ou de instituições de caridade da zona urbana.

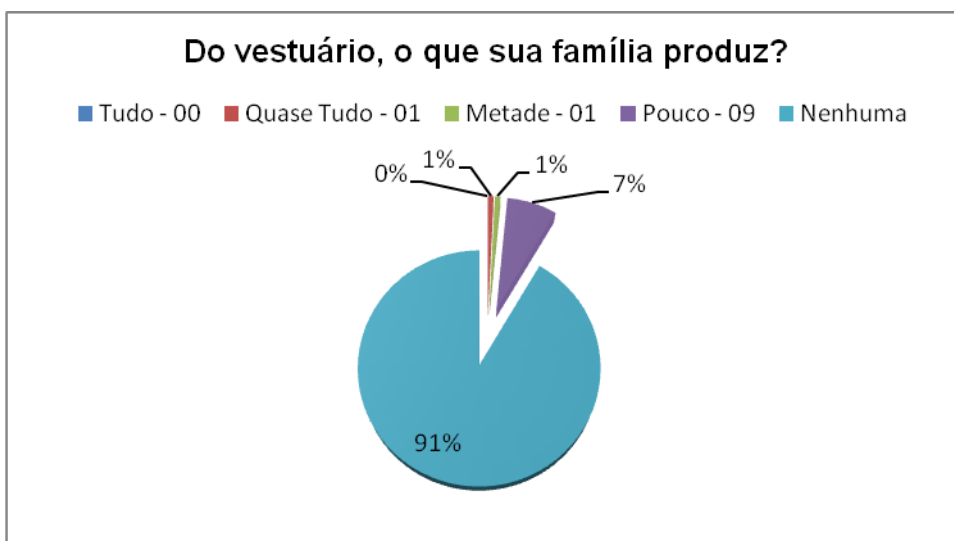


Figura 17: questão Nº 06 do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

O contato com a zona urbana da cidade de Taubaté foi outro ponto importante deste trabalho. Questionou-se sobre a frequência com que visitam a

zona urbana e a maioria afirmou que frequenta constantemente o centro comercial da cidade.

Na Figura 18, observou-se que cerca de 20% das famílias tem contato diário com a cidade, algo relativo ao trabalho dos provedores da família ou a escola dos filhos também estar relacionado com a zona urbana. Outros 30% dos habitantes sempre estão em contato com a cidade. Contudo, cerca de 91% da população do bairro do monjolinho convive constantemente com a vida urbana, seja para o comércio, para saúde, educação etc. Como vê-se em Trevisan (2006) o contato com a cidade é uma prática necessária e facilitada pelo acesso aos meios de transporte. Observou-se ainda que a cultura urbana e industrial faz parte da vida dos habitantes e a cidade se torna um atrativo para atividades de lazer e consumo.

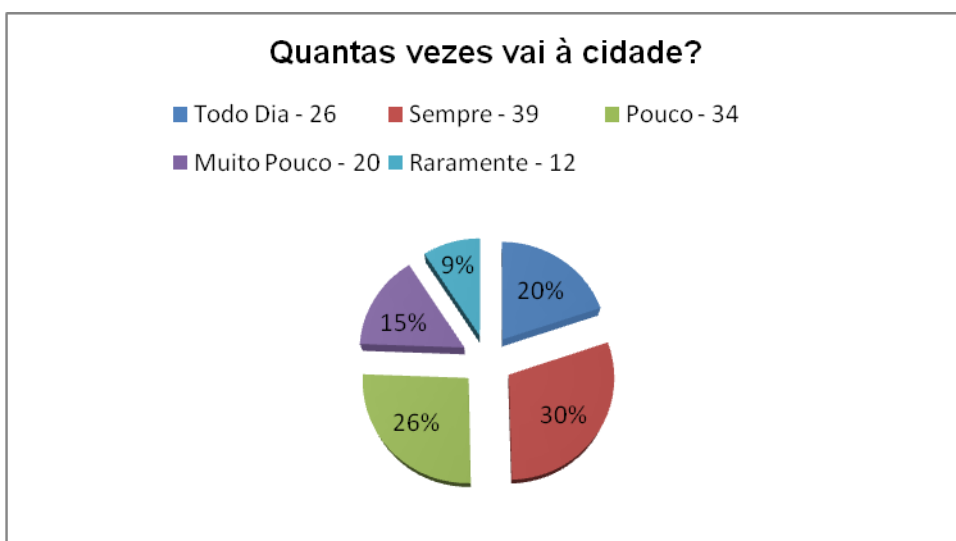


Figura 18: questão Nº 07 do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

A questão ambiental foi outro tema que abordamos durante a pesquisa como se pode observar na Figura 19 por considerar um fator indispensável para alcançar níveis sustentáveis de qualidade de vida, como observa-se em Sen (2010). Questionou-se sobre o destino do lixo produzido pelas famílias e a maioria alegou conduzi-lo até as caçambas espalhadas às margens da estrada do bairro das Sete Voltas e em outros pontos estratégicos do bairro. Portanto, cerca de

55% das famílias atribuem o destino dos resíduos sólidos domésticos ao serviço semanal de coleta pública e 25% recolhem o lixo e transportam por meios próprios estes resíduos até um local seguro para que o serviço de limpeza pública possa recolhê-lo e dar um destino adequado para o material.

A Figura 19 traz ainda que 18% das famílias têm a prática de queimar e 2% de enterrar os resíduos sólidos domésticos no quintal. Observou-se que a queima não é total, na Figura 21 pode-se observar na imagem fotográfica o quanto de lixo sólido ainda permanece no local da queima. Também, que em muitas propriedades, este lixo fica espalhado pelo terreno, servindo como atrativo para os animais domésticos como galinhas, porcos e cães e a mercê de ratos e insetos. A alegação para esse tipo de destino para o lixo é muitas vezes a distância da propriedade e a dificuldade de encaminhá-las até as caçambas da prefeitura.

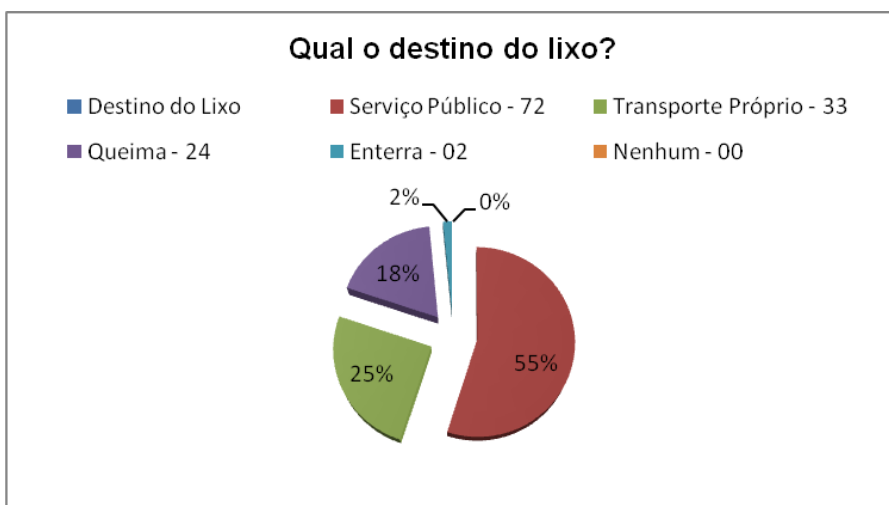


Figura 19: questão Nº 08 do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

O índice 55% de coleta do lixo pelo poder público municipal pode se considerar algo interessante, devido as dificuldades de acesso e da distância de cada propriedade uma da outra. Porém, esses fatores citados são empecilhos para a adoção de um serviço mais completo de recolhimento do lixo, como ocorre na cidade. Na zona urbana o lixo é recolhido pelo poder público três vezes por semana nos bairros e diariamente na região central. Como se pode observar na

Figura 20, há na foto uma das caçambas da Prefeitura no bairro, localizada no entroncamento entre a estrada principal e uma secundária.



Figura 20: caçamba de lixo da Prefeitura Municipal de Taubaté.

Fonte: dados primários, 2011.

Os resíduos sólidos e o esgoto doméstico são questões ambientais importantes para o fomento à saúde dos indivíduos deste bairro rural. Foi constatado, por meio de simples observação que a escola pública municipal do bairro do Monjolinho e suas unidades no entorno exercem um importante papel de conscientização sobre a necessidade de tratamento destes resíduos.

Esta imagem da caçamba de lixo pode também ser interpretada a partir da quantidade de produtos industrializados presentes em seu interior. Como também, é aparente a quantidade de sacolas de supermercado e de grandes sacos plásticos de produtos agrícolas utilizados para o transporte intermediário do lixo até a caçamba.

Podem-se observar embalagens vazias de leite longa vida, caixas de ovos, sucos entre outros produtos industrializados. Fora constatado pela simples observação ausência de alimentos orgânicos nestes lixos, provavelmente é

utilizado para outro fim, como parte da alimentação de animais domésticos ou como adubo para hortas.

Porém, a presença de embalagens de produtos industrializados como o leite e os ovos, artigos típicos da produção rural, por entre o lixo doméstico, é uma evidência da influência industrial na cultura rural e do processo de transformação.

Contudo, a imagem da foto da Figura 21 apresenta outra condição dos resíduos sólidos e do esgoto nas propriedades que ainda não contam com fossa e coleta de lixo. Algumas famílias, por desinformação ou por descaso, não se preocupam com o destino dos resíduos sólidos. O lixo e o esgoto descartado sem cuidado algum e ao ar livre.



Figura 21: propriedade que não conta com destino adequado para os resíduos domésticos.

Fonte: dados primários, 2011.

A zona rural é um local difícil para solucionar a questão do esgoto doméstico nos moldes da zona urbana. Construir uma rede pública que atendesse adequadamente o descarte das famílias, como ocorre na cidade, seria difícil devido as grandes distâncias entre as propriedades e o alto custo de instalação e manutenção. A rede seria extensa e atenderia poucas pessoas por quilometro de

tubulação, além de contar com subestações de elevação a cada mudança de relevo. Seria necessário outras alternativas diante desta questão.

Durante a pesquisa de campo, constatamos que a Prefeitura de Taubaté promoveu uma campanha de conscientização neste sentido, para melhorar a qualidade do destino dos resíduos domésticos das famílias do bairro. A campanha consistia em auxílio técnico e financiamento para a construção de fossas sépticas em todas as moradias. Na Figura 22 pode-se constatar que o programa teve um relativo sucesso, já que foi observado, conforme as respostas dadas no formulário, que 95% das famílias contam com fossas devidamente construídas ou reformadas.

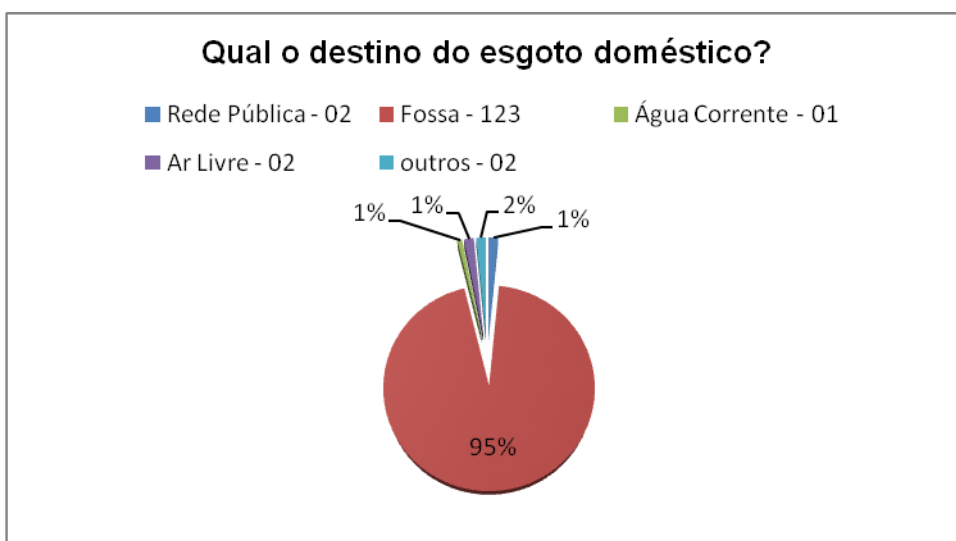


Figura 22: questão Nº 09 do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

Além de analisar o destino dos resíduos domésticos, outro fator de interesse para este trabalho é a questão da água potável. Na Figura 23 percebe-se que maioria dos habitantes do bairro do Monjolinho vive da água captada no local, com recursos próprios. Constatou-se, por meio de relatos de moradores, que existe uma crença na pureza da água procedente de nascentes, que eles chamam de água de mina. Boa parte das famílias consome a água sem qualquer

tipo de tratamento. Também, não foi constatado qualquer tipo de campanha no local com relação ao tratamento da água.

Cerca de 72% das famílias consome água de nascentes na proximidades da propriedade. Para muitas casas, a água da nascente é despejada em uma caixa de concreto ou alvenaria ou simplesmente em um buraco natural, como um pré-reservatório, o suficiente para alimentar as mangueiras flexíveis e conduzi-la para uma ou mais residências.

Há certa fraternidade com relação a água entre os habitantes do bairro. Na maioria das vezes, a nascente de uma propriedade tem sua água compartilhada com a vizinhança e sem restrições. Algo também semelhante a condição comentada em Candido (2010).

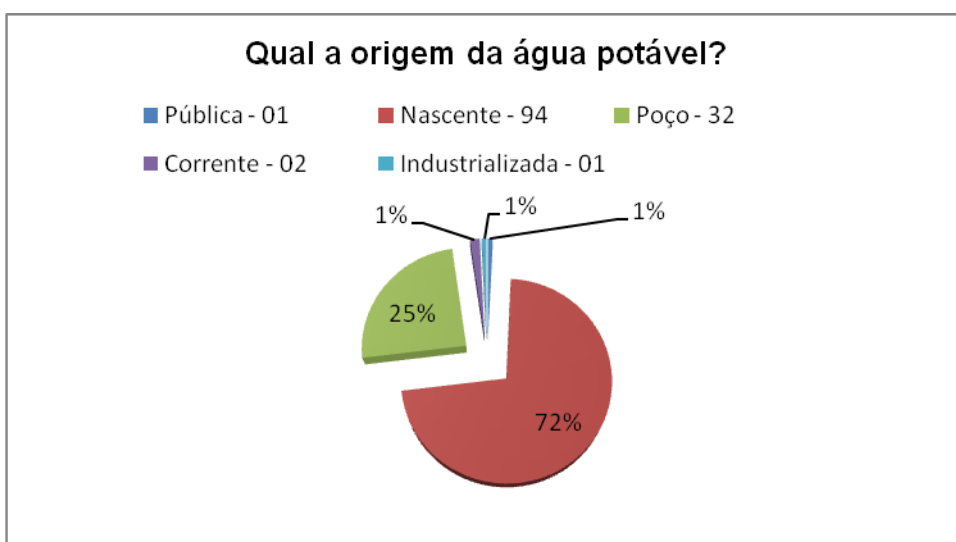


Figura 23: questão Nº 10 do formulário.

Fonte: dados primários, 2011.

O uso de poços para a captação de água potável é outro fator de análise deste trabalho e faz parte da vida de cerca de 25% dos habitantes do bairro do Monjolinho. O poço é construído da forma convencional na região, utilizando anéis de concreto para proteger as paredes e alcança profundidades que variam de 10m a 15m. A água do poço pode ser tão instável em sua pureza quanto a de mina, podendo estar parcialmente contaminada.

Não foi observada a preocupação com o tratamento da água de poço entre os entrevistados. Esta água é extraída por meio de bombas elétricas e conduzida até um reservatório elevado dentro ou fora da residência e consumida ao natural. A pureza da água que serve a população local é algo aparentemente elementar, não se constatou nenhuma reclamação com relação a doenças transmitidas por água contaminada. Contudo, isto não serve como base científica.

5 Conclusão

Pesquisar o processo de urbanização do campo, especificamente o caso de um bairro rural do Monjolinho, na cidade de Taubaté, uma cidade industrializada média do Vale do Paraíba Paulista, auxiliou na compreensão do fenômeno da industrialização e da formação da sociedade industrial não se restringe apenas as grandes potências industrializadas, faz parte de um processo global e de difícil classificação.

O capital oriundo do café promoveu na região do Vale do Paraíba, na capital do estado de São Paulo e na capital do Brasil, Rio de Janeiro, um rápido enriquecimento da classe dos cafeicultores. Entretanto, esta classe não se conteve no campo e promoveu a modernização de muitas cidades, principalmente na região do Vale do Paraíba Paulista.

Como parte integrante deste processo de modernização econômica e cultural, estava a urbanização da sociedade. A vida urbana se tornou valorizada e sinônimo de modernidade. O capital cafeeiro financiou a construção de estradas de ferro, a instalação de linhas de telégrafo, serviços públicos no fornecimento de energia, água e demais atividades, o desenvolvimento do mercado interno, a indústria do entretenimento e a urbanização das cidades.

Até os anos de 1950 a região do Vale do Paraíba paulista não contava com um resultado muito expressivo em sua economia proveniente da indústria. Foi a partir desta década que indústrias de grande porte se instalaram na região e isto, associado a um processo de decadência da produção e do trabalho rural, foi um dos motivadores mais importantes para a atração de indivíduos para compor a força de mão de obra. A cidade industrial se tornou alternativa para muitos trabalhadores.

Cidades valeparaibanas como São José dos Campos e Taubaté se valeram da captação destas empresas e experimentaram um crescimento demográfico exacerbado nas décadas de 1960 e 1970. Sendo que quanto mais indústria se instalava na região maior era a intensidade do êxodo regional e rural para os principais centros urbanos.

A análise dos hábitos e costumes da população habitante no bairro rural do Monjolinho em Taubaté é uma possibilidade de realizar-se uma experiência interessante, partindo do micro para o macro.

As especificidades culturais antropológicas e sociológicas de seus habitantes torna-se uma discussão importante quando se analisa as transformações ocorridas pelo intenso processo de urbanização da sociedade rural, à medida que constatou-se um processo de transformação híbrida tanto no campo quanto nas cidades.

Esta pesquisa constatou o quanto esta comunidade foi influenciada pela cultura da sociedade industrial. Mas também percebeu elementos da cultura regional caipira ainda ativos como a fraternidade e a cooperatividade entre os indivíduos do bairro do Monjolinho, o gosto pela música sertaneja, pelos rodeios e pelas festas religiosas.

A análise dos dados revelou algumas semelhanças com o fenômeno descrito por Lefebvre sobre a pressão cultural exercida pela sociedade industrial sobre a zona rural, como no caso uso constante de produtos industrializados que poderiam ser produzidos no campo. Mas não constatamos um processo de urbanização total.

Ficou evidente que os hábitos e costumes, ou seja, a cultura dos habitantes do bairro do Monjolinho seguiram uma tendência mundial de transformação. Porém, uma transformação como outra qualquer, como um processo natural de evolução ao longo do tempo. A modernidade que envolveu a cidade, também envolveu o campo, mas não com as mesmas características. A pesquisa constatou o surgimento de um novo rural.

Observou-se durante o trabalho de campo que, como em muitas cidades industrializadas, a conurbação fez surgir muitos problemas como a violência e a marginalidade, não isentando o campo desses problemas. Como em todos dos lugares o campo também enfrenta os problemas do sociedade globalizada. O bairro enfrenta problemas de drogas e crimes entre seus jovens.

O bairro se encontra em um processo de transformação em todos os sentidos, principalmente na redução demográfica constatada a cada senso. O modelo econômico típico do campo, baseado na agropecuária esta sendo

diversificado com outras atividades produtivas e, conseqüentemente nas relações de trabalho de salários e de consumo.

Contudo, desenvolver economicamente o campo não significa instalar um processo predatório como se fez no passado. O Estado pode contribuir para com o desenvolvimento humano das camadas menos abastadas da população dando-las condições de acesso à liberdade por meio da ascensão econômica. Se os indivíduos conseguem qualidade de vida no campo, a chance de permanecerem lá se torna muito maior.

A ocupação responsável do meio rural pela população urbana pode contribuir para diminuir a pressão demográfica das cidades e permitir a melhoria da qualidade de vida para um número ainda maior de indivíduos. Porém, este é um tema que merece um estudo mais aprofundado e serve como direção para novas pesquisas.

Esta pesquisa se restringiu em trabalhar com dados limitados e deixou espaço para o desenvolvimento de novos trabalhos. Sugeriu-se novos trabalhos, como um levantamento da atividade econômica e seus resultados, os efeitos dessas transformações no meio ambiente. Ainda há outras possibilidades, pode-se constatar dentro das manifestações culturais o que permanece e o que se alterou ao longo do tempo e quais os fatores que levaram a este processo. Quanto à alimentação, elaborar uma pesquisa gastronômica, construindo um cardápio dos hábitos alimentares da população.

Conclui-se que existem muitas possibilidades de trabalho para ser realizado neste campo do processo de urbanização do campo, ou melhor, de transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Morgado de. Taubaté: de núcleo irradiador de bandeirismo a centro industrial e universitário do Vale do Paraíba. 2.^a edição. Aparecida: Santuário, 1991.

ADORNO, Teodor Ludwig Wiesengrund. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Dossiê questão agrária – A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estud. av. vol.11 no.31 São Paulo Set./Dec. 1997.

BRASIL (a), **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**. Decreto-Lei Nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

BRASIL (b), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. Acessado em 26 de agosto de 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Origens étnicas e sociais do empresário paulista**. Revista de Administração de Empresas 4(11) junho 1964: 83-103.

_____. **Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil**. Curitiba: Revista de Sociologia e Política Nº 28: 9-30 JUN. 2007.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11^a Ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CANO, Wilson Org. [et al]. **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

CARONE, Edgar. **A primeira república**. São Paulo: Difel, 1969.

COUTINHO, Carlos Nelso. **Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político**. 2^a Edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 1971.

DINIZ, Clélio Campolina e CROCO, Marco Org. **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio Org. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. Fazer a América. São Paulo: Edusp, 2000.

FERRÃO, João. Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. Santiago-Chile: EURE, 2000.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: publifolha, 2000.

GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere. vol. 1. Edição de Coutinho, C. N. e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Escritos políticos. vol. 1. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Escritos políticos. vol. 2. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

GUISARD FILHO, Félix. Jacques Félix, achegas à História de Taubaté. São Paulo: Ed. Athena, 1938.

HOBBSBORN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

LEFEBRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Centauro, 2009.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, Karl Heinrich e ENGELS Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Global, 2006.

MARX, Karl Heinrich. O Capital. São Paulo: Global, 2006. Bauru-SP: Edipro, 1998.

MELLO, J. M. C. De e NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil. SP: Cia. das Letras, 1994.

MINGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais** Nº 22, 1987.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. O que é urbano, no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. a

_____. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M.. (Org.). **Economia Regional e Urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. , p. 61-85. b

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão na sala de aula**. 7ª Edição – São Paulo: Editora Contexto, 2008.

NOVAIS, Fernando A. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Org. do Vol. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol.2. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

_____. SAVCENKO, Nicolau Org. do Vol. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol.3. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

_____. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol.4. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2000.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. História econômica geral. São Paulo: Contexto, 1999.

RICCI, Fabio. Industrias Têxteis na Periferia, origens e desenvolvimento: o caso do Vale do Paraíba. Taubaté-SP: Cabral, 2006.

SCHWARCZ, L. M. História da vida privada no Brasil – Vol. 4. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TRAJANO, Edison Vieira. Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. São Paulo: Tese de doutorado da USP, 2009.

TREVISAN, Salvador M. O que é rural? O que é urbano? E a educação? Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC) e da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), preparatório para a Conferência Estadual do FEEC e RESAB na Bahia. Ilhéus, 27.09.2003. Texto revisado em fevereiro de 2006.

VEIGA, José Eli da. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, RS: Desenvolvimento Regional, 2005.

_____. Nem tudo é urbano. *Cienc. Cult.*, Abr 2004, vol.56, no.2, p.26-29. ISSN 0009-6725. Consultado em 18/07/2011.

_____. Nascimento de outra ruralidade. *Revista Estudos Avançados* 20 (57), 2006. p.333-353.

_____. Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, SP, p. 26 - 29, 01 abr. 2004.

APENDICE A – Formulário de dados socioculturais**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ****MGDR – MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – TXIV****Formulário de dados socioculturais**

Data: ___/___/___ Entrevistado Número: _____

Profissão: _____ Tempo no local: _____

Nº de habitantes no local: _____ Nº de trabalhadores: _____ Sexo: F ___ M ___

1. Você se considera um habitante do campo?

- a. SIM b. NÃO

2. Qual a principal atividade da propriedade?

- a. Agrícola b. Pecuária c. Lazer d. Habitação e. Outros

3. Como você se locomove?

- a. Veículo automotor b. Tração animal c. Transporte público
-
- d. Bicicleta e. outros

4. De onde você tira o seu sustento?

- a. Propriedade b. Salário c. Zona Urbana

5. Dos alimentos que consome, o que você produz?

- a. Tudo b. Quase tudo c. Metade
-
- d. Pouco e. Nenhum

6. Das peças do vestuário de sua família, o que produzem?

- a. Tudo b. Quase tudo c. Metade
-
- d. Pouco e. Nenhuma

7. Quantas vezes vai a cidade?

- a. Todo dia b. Sempre c. Pouco
-
- d. Muito Pouco e. Raramente

8. Qual o destino do lixo produzido?

- a. Serviço Público b. Transporte Próprio c. Queima
-
- d. Enterra e. Nenhum

9. Qual o destino do esgoto doméstico?

- a. Rede Pública b. Fossa c. Água Corrente
-
- d. Ar Livre e. Outros

10. Qual a origem da água potável?

- a. Pública b. Nascente c. Poço
-
- d. Corrente e. Industrializada

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Sr. **Mauro Celso Senatore**, aluno do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação de mestrado, sendo orientado e supervisionado pela professora **Dr. Fabio Ricci**.

Seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação será absolutamente sigilosa, não constando seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no manuscrito final da monografia ou em qualquer publicação posterior sobre esta pesquisa.

Pela natureza da pesquisa, sua participação não acarretará em quaisquer danos para sua pessoa. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação que V.S. desejar, poderá ser fornecida pelo aluno-pesquisador ou pelo professor orientador.

TEMA DA PESQUISA: A Urbanização do Campo: o bairro do Monjolinho em Taubaté – SP.

OBJETIVO: Analisar a influência do processo de transformação cultural rural e urbano do bairro do Monjolinho no município de Taubaté estado de São Paulo.

PROCEDIMENTO: Aplicação de formulário de dados socioculturais.

SUA PARTICIPAÇÃO: Responder as questões do formulário.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para abril de 2012, a dissertação contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição para consulta na Biblioteca da Universidade de Taubaté, assim como no acervo on-line da Universidade de Taubaté e no banco digital de teses e dissertações da Capes.

V^a.S^a. terá a total liberdade para recusar sua participação, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalização ou prejuízo.

Agradecemos sua participação, enfatizando que a mesma em muito contribuiu para a construção de um conhecimento atual na área.

Taubaté, _____, _____ de 2019.

Prof. Orientador: Fabio Ricci
E-mail: riccifabio1234@gmail.com
Tel.: (12) 99782-7717

Aluno Pesquisador: Mauro Celso Senatore
E-mail: mauro.senatore68@gmail.com
Tel.: (12) 99162-4002

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento,
eu _____
portador do RG nº _____, autorizo a utilização, nesta pesquisa,
dos dados por mim fornecidos.

Taubaté, ____/____/2019.

Assinatura